

cadernos do
terceiro mundo 3

publicação mensal — Abril 1976

35\$00

Ano 1 nº 3

AMÉRICA LATINA
**CONTRA-
OFENSIVA
POPULAR**

Angola:
O inimigo
não descansa

Vietnam — Cambodja
As raízes
de um conflito

assine



10

agora também em português.

cadernos do
terceiro

mundos

Rua da Lapa, 180 - S/Loja - RJ

CEP 20.021 - Tel. 242-1957

Nesta edição

4 *Editorial*: Retorno à normalidade

Reportagem especial

7 *Sahara*: Escolhemos entre a independência e o genocídio

América Latina

- 17 *Contra-ofensiva popular*
23 *A ponta do iceberg*
31 *Bolívia*: uma grande vitória
37 *Nicarágua*: porque Somoza ainda não caiu?
47 *Chile*: as divisões internas da Junta
59 *Argentina*: renasce a actividade política

África

- 68 *Zimbabwe*: a farsa do «acordo interno»
71 *Angola*: o inimigo não descansa
73 *África do Sul*: a máquina de guerra sul-africana
79 *Moçambique*: as eleições consolidam o poder popular
87 *São Tomé e Príncipe*: o esforço colectivo

Ásia

- 90 *Vietnam-Cambodja*: as raízes do conflito

Médio-Oriente

- 101 *Emiratos*: a difícil federação

105 Panorama Tricontinental

Cultura

- 113 *Ariel Dorfman*: os intelectuais no exílio

Informação

- 118 *Versus*: dar a voz aos que não têm voz

Notas especiais

- 120 *Bauxite*: romper o monopólio multinacional
124 *Almanaque do Terceiro Mundo*



cadernos do terceiro mundo

Publicação mensal — n.º 3/Abril de 1978

Director: Pablo Piacentini

Editor Internacional: Neiva Moreira

Secretaria de Redacção: Beatriz Bissio

Edição em Espanhol — ano II, n.º 19

Editor: Enrique Cortez Reina

Insurgentes Sur 1722 Desp. 204, Mexico 20 D.F.

Correspondência: Apartado Postal 20-572

Mexico 20 D.F. MEXICO

Edição em Português — ano I, n.º 3

Editor: A. L. Campos

Administração: Arnaldo Reis, Ernesto Pádua

Chefe de Redacção: Marcelo Dias

Sub-chefe de Redacção: Baptista da Silva

Secretária de Redacção: Myriam Ribeiro

Artes Gráficas: Leonel M.

Colaboram neste número: Agustín Castagno, Cláudio Colombani, Clovis Brigaçõ, Cristina Canoura, Eric Nepomuceno, Etevaldo Hipólito, Ignacio Gangalez Janzen, Javier Padilla, Jorge Bernetti, Micaela Ramada, Theotonio dos Santos, Victor Monge

Os Cadernos do Terceiro Mundo utilizam os serviços da Inter-Press Service (IPS); Agência Noticiosa Iraquiana (INA); Agência Tanzaniana (SHITATA) e Prensa Latina (PL). Mantém intercâmbio editorial com as revistas Afrique-Asie (França), Nueva (Equador), Tempo (Moçambique) e Novembro (Angola)

Administração e Redacção: Rua Pinheiro Chagas, 41, 2.º Dto. — Lisboa

Composição e impressão: Empresa Jornal do Comércio — Rua Dr. Luís Almeida e Albuquerque, 5 — Lisboa

Distribuição: Djornal/Distribuidora de Livros e Periódicos, Lda. — Rua Joaquim António de Aguiar, 66, 7.º Dto. — Lisboa

assinaturas

PORTUGAL anual (12 números) 320\$00
semestral (6 números) 180\$00

anual (12 números) por via aérea

Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné e São Tomé e Príncipe

500\$00 esc. port.

Brasil

350 cruzeiros

Europa

14 dólares

Restantes países

16 dólares

pág. 2 n.º 3/Abril 78

Correspondência

“É pouco, mas é de boa vontade, isto é, o envio de dois boletins de inscrição de dois camaradas que pretendem os Cadernos do Terceiro Mundo desde o n.º 1 e durante 1 ano (...)” — António Ferreira Soares Albergaria, — Mirandela.

— Agradecemos as duas cartas enviadas. Nossas saudações.

“(…) Pretendia que esta assinatura se reportasse ao primeiro número, (...) e que me enviassem exemplares dos números já publicados. (...)” — Augusto Noémio Campelo Ferreira — Valbom.

— Atendemos ao pedido. Agradecemos.

“(…) No entanto ainda não recebi o número de Fevereiro. (...)” — Eduardo Filipe Pereira Bento — Torres Novas.

— O Eduardo Filipe já deve ter recebido o número de Fevereiro-Março, isto é, o n.º 2. Anotamos a mudança de direcção. Obrigado.

“Foi com grande alegria que verifiquei este fim de semana haver já, em Portugal, uma revista virada aos países do Terceiro Mundo. Permitam-me, portanto, enviar desde já um abraço sincero a todos os que de algum modo contribuíram para o lançamento em Portugal desta publicação e desde já também, desejar-lhes as maiores felicidades. (...)” — José Manuel d’Alte Pinho — Espinho.

— Cá estamos, e agradecemos os votos em nome de toda a equipa.

“De momento, sendo a única maneira que tenho

ao meu alcance de obter determinados valores culturais, espero de vocês a melhor compreensão e aceitação. (...)” — Isabel Maria — Amadora.

— Pelo teor da carta da Isabel Maria, já começamos a cumprir a missão que nos propusemos.

“(...) P.S. — Façam lá um esforçozinho e mandem-me o n.º 1 da revista.” — Nelson Jorge Moreira Correia Pinto — Porto.

— O leitor já deve tê-lo recebido.

“(...) Gostei, quero ser assinante. (...) Quanto a esta revista, vem tarde, ou não virá? (...) ...que se dediquem com especial carinho aos países de expressão portuguesa da África.” — Fernando de Sousa Lima — Lisboa.

— Compreendemos os anseios do Fernando Lima, mas o leitor compreenderá que a nossa informação é a nível de todo o Terceiro Mundo.

“(...) Li e gostei. (...) Peço-lhes, caso seja possível, o envio do número 1. (...) Uma certeza: os Cadernos do Terceiro Mundo (...) começam a ter procura.” — António Pereira Mendes Caldeira — Setúbal.

— Foi em função dessa procura que aumentámos a nossa distribuição em Portugal. Obrigado pela divulgação.

Pela limitação do espaço disponível (a prioridade é da Informação!), pedimos desculpas pela cartas não publicadas. As que o justificarem serão respondidas pessoalmente.

A todos, os nossos agradecimentos.

O Editor

Uma nova fase

Os evidentes sintomas de uma nova fase que se inicia na América Latina são o tema central dos **Cadernos do Terceiro Mundo** n.º 3. O início desta contra-ofensiva é analisado por Neiva Moreira e Theotónio dos Santos que buscam os seus antecedentes históricos e o seu contexto económico e político internacional.

A primeira grande vitória popular no continente, nos últimos anos, a **Amnistia Geral** conquistada na Bolívia, é analisada por uma das mais notórias protagonistas da greve de fome vitoriosa. Trata-se da senhora Ema Torres, viúva do ex-Presidente Juan José Torres, entrevistada, no México, por Micaela Ramada.

Conforme prometíamos no nosso número anterior, trazemos aos nossos leitores informações e análises sobre a situação na Nicarágua, onde a ditadura hereditária de Somoza continua sob o assédio da revolta popular. Também cabe destacar a entrevista aos **Cadernos do Terceiro Mundo** pelo veterano dirigente socialista chileno Clodomiro Almeyda.

A luta do povo saharauí continua a merecer grande destaque. O nosso enviado especial, Baptista da Silva, viajou até ao Sahara onde acompanhou as cerimónias do II aniversário da fundação da República Árabe Saharauí Democrática.

Abordamos neste número 3 dos **Cadernos do Terceiro Mundo** o penoso tema do conflito entre o Vietnã e o Camboja, com uma retrospectiva histórica e uma entrevista com Le Tham, o embaixador vietnamita no México.

De África chegam-nos colaborações sobre as eleições para o poder popular em Moçambique e entrevistas com dois novos deputados eleitos. A manobra racista do regime de Ian Smith é analisada, bem como os próprios termos do “acordo” entre Salisbúria e os seus colaboradores negros.

O recrutamento de novos mercenários para serem utilizados contra Angola também é abordado num artigo com revelações inéditas sobre a sua actividade.

Na secção de cultura, o intelectual chileno Ariel Dorfman, autor do célebre “Para leer el Pato Donald” — estudo desmistificador da banda desenhada — fala dos problemas do êxodo, para o exílio, dos intelectuais latino-americanos.

EDITORIAL

Retorno à normalidade

Ao cumprir, o presidente norte-americano James Carter, o seu primeiro ano de governo, e ao ler à nação uma mensagem de capitulação diante dos sectores económicos internos da super-potência, tudo parece ter voltado à «normalidade». Depois de ter prometido ao seu país e ao Mundo uma etapa de reformas liberais durante a sua campanha, e iniciado seu mandato com indicações impetuosas de renovação, Carter foi cedendo, passo a passo, sem concretizar nenhuma das suas promessas, até cair agora na posição de um presidente sensível aos «donos» do Poder, atento em observá-los, e disposto a fazer-lhes todas as concessões necessárias.

Esta revista alertou, desde o início para a exagerada expectativa que estava a receber a campanha de Carter em defesa da vigência dos direitos humanos no Mundo.

Com efeito, as medidas concretas — cortes de crédito — e as ameaças endereçadas às ditaduras do Cone Sul, tinham alimentado a falsa esperança, mesmo em sectores progressistas, de que o mandatário poria todo o seu peso para impôr a substituição daqueles regimes e abrir caminho às democracias representativas, com a inclusão de espaço para a expressão das forças de esquerda.

Dissemos então que a «abertura» de Carter não poderia ter tal amplitude, mas que se tratava de uma operação de troca, pela qual eram pedidas modificações formais das ditaduras, ou mesmo a convocação de eleições que somente permitissem a passagem do Poder a forças que representassem a continuidade da dependência.

Isto era assim pela simples razão de que o sistema capitalista multinacional não pode negar-se a si mesmo, mas que, pelo contrário, procura os seus métodos de expansão, adaptando-se para isso à conjuntura internacional. E dissemos que a pretendida campanha de Carter pelos direitos humanos, não tinha outro objectivo senão obter, em troca das suas recriminações às ditaduras reaccionárias, a credibilidade para a verdadeira razão da sua campanha: uma ofensiva contra os países socia-

listas, que pretende equiparar àqueles regimes no que se refere à violação dos direitos humanos.

Em pouquíssimo tempo, os factos deram-nos a razão. Assim, por exemplo, Carter viu a ditadura chilena endurecer os seus métodos, armar um plebiscito fraudulento, com base no qual o seu titular, o general Pinochet, proclamou que não haveria comícios nem consultas por dez anos. E Carter nem sequer fez uma condenação enérgica, marcando, por omissão, uma nítida contradição com as declarações e actuações iniciais do seu próprio Governo.

A utilização oportunista dos direitos humanos feita por Carter, ficou marcada com a sua viagem ao Irão, onde, na noite do Ano Novo, ceou com o Xá, titular de um dos mais representativos e reacccionários regimes do planeta.

Em Teerão, onde o tema dos direitos humanos foi rebaixado a uma discreta menção — ritual e desprovida de convicção — concretizou-se a sua completa negação real, quando os Estados Unidos concederam ao Irão o moderno e sofisticado armamento que este solicitava. Tratou-se de uma vulgar operação de troca em que o monarca persa deu a sua parte, juntando-se ao reino saudita na negativa de aumentar o preço do petróleo (na última reunião da OPEP, celebrada em Caraballeda, Venezuela, em Dezembro de 1977).

Foi assim que o pretenso campeão dos direitos humanos fortaleceu o poder do Xá, que os viola no seu próprio país, ao mesmo tempo que lhe deu o potencial bélico para alterar a paridade estratégica no Golfo Arábico, constituindo isso uma maior ameaça para a paz e a segurança da área.

Este itinerário prolongou-se com a ingerência nos assuntos internos franceses que formulou em Paris e a poucos dias de regressar, com uma intromissão semelhante na política italiana.

editorial

Ao condenar em ambos os casos os partidos comunistas, e ao pressionar aqueles países para que lhes fechem o caminho em direcção ao Governo, Carter recebeu uma inflamada resposta da opinião pública da França e da Itália. Ao mesmo tempo, desfez outro tipo de ilusão que o seu «liberalismo» havia criado: a de que Washington olharia como agora um facto positivo, a «evolução do eurocomunismo», e que não interviria se os seus componentes chegassem ao Governo.

Sabemos agora, pelas suas actuações, que a verdade não é essa, e que a única coisa que lhe interessa é que os «eurocomunistas» cortem os seus vínculos com os países socialistas, debilitando ou dividindo o movimento comunista à escala mundial, ao mesmo tempo que persiste a sua oposição a todo e qualquer movimento para a esquerda na Europa Ocidental.

Toda esta evolução pode ser explicada.

Não faltam analistas políticos que desculpem Carter, dizendo que este tem necessidade de acalmar os factores internos do poder para fazer aprovar no Congresso a sua lei sobre a energia, que foi no início demasiadamente longe e que pôs em confronto reacções superiores às previstas, como no caso da Palestina, em que a sua passageira aproximação ao reconhecimento dos direitos nacionais desse povo árabe, foi prontamente negada, alinhando então Carter com o líder sionista Menahem Begin, como o exigiram os poderosos núcleos judeus dos Estados Unidos.

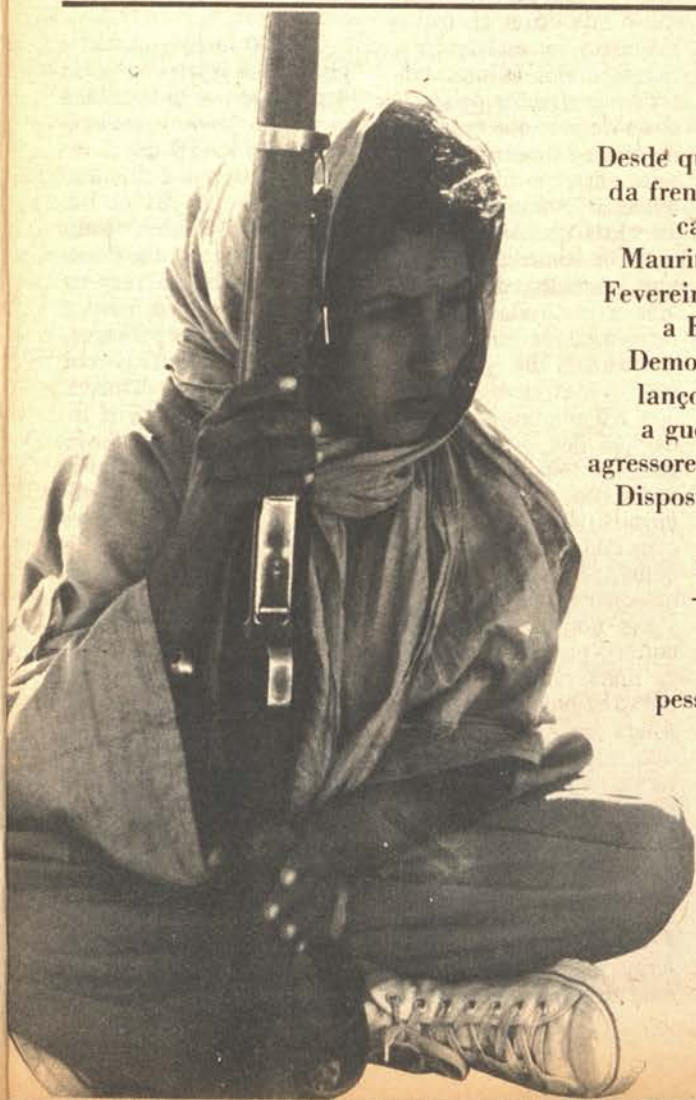
Tudo pode ser bem explicado, e naturalmente, bem entendido.

Carter não poderia fazer outra coisa, nem podemos esperar dele um comportamento que não esteja de acordo com os interesses do sistema. Tudo voltou à normalidade, as coisas estão claras (como sempre o foram), e isto apresenta a vantagem de que mesmo os mais optimistas terão de analisar o quadro internacional a partir da realidade e das suas complexas contradições, pois existem e oferecem um largo campo para as forças progressistas. Mas isto é outra questão.

SAHARA

reportagem
especial

«Escolhemos entre a independência e o genocídio»



Desde que o então secretário-geral da frente POLISÁRIO, EI-Ouali, caído no terreno da luta na Mauritânia, proclamou, a 27 de Fevereiro de 1976, em Bir Lahlu, a República Árabe Saharaui Democrática, o povo do deserto lançou-se na ofensiva, levando a guerra ao interior dos países agressores: Marrocos e Mauritânia. Disposto e consciente a conduzir a guerra até à libertação completa do seu território — Saguia El Hamra e Rio de Ouro.

Estivemos no Sahara e pessoalmente vivemos da sua luta, do seu quotidiano, das suas aspirações.

Baptista da Silva

As cerimónias comemorativas do segundo aniversário da proclamação da República Árabe Saharaui Democrática (RASD) constituíram o pretexto próximo para, "in loco", vivermos da luta, do quotidiano, das aspirações deste povo beduíno, nómada e guerreiro, que apesar de todas as dificuldades trava, vitoriosamente, uma guerra de libertação contra a agressão e a partilha de que foi alvo o seu país — Saguia El Hamra e Rio de Ouro, vulgarmente conhecido por Sahara Ocidental — pelos regimes expansionistas de Marrocos e da Mauritânia.

A luta de guerrilhas deu lugar à guerra aberta; das acções dos guerrilheiros como forma de darem protecção às populações indefesas que procuravam em território vizinho da argélia refúgio do napalm das bombas marroquinas, os combatentes saharauis passaram à ofensiva, levando a guerra aberta ao interior dos países agressores, infligindo-lhes pesadas perdas em homens e em material, atacando os seus pontos económicos nevrálgicos.

Hoje, passados que foram dois anos da anexação da Saguia El Hamra e Rio de Ouro pelos exércitos de Marrocos e Mauritânia, os regimes de Rabat e de Nouakchott sabem que a "questão do Sahara" não era "uma questão de dias", e que o povo saharauí, que diziam ignorar, liderado pelo seu movimento de libertação — A frente POLISARIO — não lhes dará "nem paz nem estabilidade" sem que antes tenha regressado em definitivo ao seu território nacional e obtido a independência total do seu país.

De Argel ao deserto

Depois de alguns dias em Argel, onde se concentraram todos os representantes de países, partidos políticos, organizações de solidariedade e humanitárias, e jornalistas de todas as partes do mundo, convidados a assistirem ao segundo aniversário da proclamação da RASD, tomámos um dos aviões, especialmente fretados para esta ocasião, que nos levaria até Tindouf, a cerca de 2 mil quilómetros a sudoeste da capital argelina. Ainda do ar apercebemo-nos que estávamos a chegar, devido às importantes concentrações de soldados e viaturas que evoluíam no terreno desolado do deserto ocre, ou que entre as dunas se confundiam. Um jornalista que estivera presente às comemorações do ano passado, despertava-nos a curiosidade para a possibilidade de vermos alinhados na pista "os migs". Mas estes nem vê-los. No entanto apercebiamos-nos que eles ali estavam, perfeitamente camuflados dos nossos olhares intrometidos, e de qualquer raid da aviação marroquina, prontos a intervir a qualquer momento.

Era notório que, de há um ano para cá, muita coisa tinha mudado naquela cidadezinha de deserto. Ainda em Argel, tínhamos sido informados que há já vários meses que as carreiras aéreas regulares entre a capital e Tindouf tinham terminado, ao mesmo tempo que Rabat intensificava as suas intimidações contra a soberania da República Argelina dizendo poder usar "o direito de persegui-

ção" aos guerrilheiros saharauis.

É evidente que com este agravamento de tensão entre os dois países, e o posterior envolvimento directo de forças francesas vindas em socorro do regime de Nouakchott, a braços com um exército inexistente e presa fácil do bem organizado e valoroso Exército de Libertação do Povo saharauí, (mas sobretudo em auxílio dos interesses do capital francês naquela região, nomeadamente no centro mineiro de Zouerat), as autoridades argelinas tomaram as devidas precauções...

O avião imobilizou-se na pista. Pelas janelas ovoadas deparou-se-nos uma coluna de "Land-rovers" com bandeiras das RASD que se erguiam dos para-choques. Na pista, uma fila de homens com "djelabas" azuis aniladas e panos negros envoltos na cabeça, esperavam-nos. Entre o tirar o cinto e esticar as pernas fomos surpreendidos por uma voz que nos chamava: "os portugueses"! E lá fomos escada abaixo, jornalistas, delegações de alguns partidos da esquerda portuguesa, e organizações de solidariedade para com o povo sahalain. Fomos recebidos pelo vento morno de fim de tarde e pelas mãos e sorrisos dos elementos do Conselho da Revolução, órgão supremo do poder executivo da República Saharaui, que nos davam as boas vindas e agradeciam-nos a nossa presença às festividades do seu dia nacional.

Ao encontro do povo Saharaui

Soldados e oficiais argeli-



O Exército de Libertação do Povo Saharaui

nos pediam-nos que não tirássemos fotografias, enquanto nos instalávamos nos "jeeps" que pronto iniciaram a marcha, rodeando de longe as pistas.

Atravessámos Tindouf sem nos determos. A cidade estava deserta e apenas se viam, aqui e ali, alguns grupos de soldados argelinos nas suas fardas verde-azeitona, gozando o descanso do exercício físico dispendido, também o rúseo fim de tarde e o prazer do tabaco negro que se consumia em fumo por cima das suas cabeças. Alguns saudavam a caravana de "Land-rovers" esbracejando, mas Tindouf ficava inexoravelmente para trás, protegida pelas altas elevações que a rodeiam, onde no alto se vislumbravam sofisticados aparelhos de radar e detecção, e de pontos estratégicos se erguiam bocas de anti-aéreas de muitos milímetros de calibre.

Anoitecia. O último posto com soldados argelinos há muito que ficara para trás. Uma espécie de fronteira.

Em direcção sudoeste, a coluna de "Land-rovers", numa velocidade certa, ia serpenteado as dunas, em nada semelhantes àquelas que Hollywood nos colonizava no celulóide. O nosso condutor exibia prodígios de condução e um sentido de orientação perfeito, que mais tarde comprovaríamos ser atributo comum a todo o saharauí, imprescindível à própria sobrevivência e, naturalmente, à própria guerra de libertação que este povo exilado é obrigado a travar. Conhecem o deserto e os trilhos como as suas mãos. Quando mais tarde fizemos grandes viagens de noite de regresso das visitas a vários acampamentos de refugiados, e na escuridão impne-

trável à luz fosca dos faróis se cruzavam vários trilhos, os condutores sem indecisões tomavam o trilho certo, como se houvesse sinalização a indicá-lo. O nosso espanto era indiscrível.

Após três horas de caminho, com breve paragem e visita ao hospital central Martir Sidi Aidu, ao qual voltaríamos dias depois para visita mais detalhada acompanhados pelo Presidente do "Crescente Vermelho Saharaui", Ali Mahmoud, pressentimos que chegávamos ao local onde se iriam realizar as comemorações. De quanto em quanto a coluna estacava e da escuridão surgiam guerrilheiros armados que a identificavam. Ficou-nos a impressão de que havia "senhas" que abriam o caminho, opinião que se reforçava já que à medida que nos aproximávamos de campos de refugiados

Sahara estes controles aumentavam. Por questões de segurança, o povo saharauí é obrigado a saber quem transita no seu território.

De repente, dos mais diversos pontos da escuridão começaram a surgir ao longe dezenas e dezenas de faróis amarelos que convergiam para o mesmo local. Era de tal modo intenso o trânsito, que houve alguém a nosso lado que defendia "a necessidade de sinaleiros naquele deserto". O espetáculo era deslumbrante.

Formou-se, então, uma coluna imensa de viaturas, e foi assim que demos entrada no local especialmente preparado, onde se viam a desenrolar todas as cerimónias comemorativas do segundo aniversário da proclamação da República Árabe Saharaui Democrática.

O 27 de Fevereiro

Uma fachada de um fortim construído em adobe, de cujas torres, perfilados, surgiam soldados do Exército de Libertação de "kashnikov" reluzentes, mostrava-nos onde nessa mesma noite de 26 de Fevereiro iriam começar as festividades. Por detrás dessa fachada, erguiam-se as bancadas destinadas especialmente às 60 delegações oficiais estrangeiras (entre as quais se encontrava representado o governo mexicano) e aos cerca de 300 convidados, representantes de partidos políticos, organizações de solidariedade e movimentos de libertação e órgãos de imprensa de todo o mundo, que nesta data se quiseram associar a este povo que há quase cinco anos pegou em armas para defender a sua independência e soberania nacional. Os

velhos saharauis tinham também lugar na tribuna.

Em todos os locais em que tivémos a honra de conviver com o povo saharauí, pudémos observar a perfeita integração na sociedade, o carinho de que são alvo e a atenção com que são ouvidos estes velhos saharauis, de rostos serenos, símbolos vivos da história e da cultura do seu povo. Sempre que pudémos falar, com eles e na maior parte das vezes a dificuldade de encontrar uma língua que ambos falássemos constituía uma barreira impossível de transpor, os velhos, com uma vivacidade de espantar eram um manancial de histórias sobre a penetração do colonialismo e a vida que nesses tempos se levava.

No dia seguinte, pela manhã, milhares de mulheres e crianças, empunhando bandeiras, cartazes e fotografias dos mártires mortos no terreno da luta, juntaram-se em quadrado em torno do recinto, onde no meio se erguia o palanque onde discursariam os representantes dos países que já reconheceram a República Saharaui (Argélia, Madagáscar, Angola, Moçambique, Guiné Bissau, Togo, Benin, Coreia do Norte e Ruanda, e há bem pouco, as ilhas Seiscelles e a República do Yemen do Sul) e, naturalmente, o Secretário-geral da Frente POLISARIO, Mohammed Abdelaziz.

As bandeiras, os panos das mulheres, davam à festa um colorido magnífico. Também a nós convidados nos foram distribuídos panos para envolvermos a cabeça, protegendo-a do vento e da poeira fina que este trazia.

O Exército de Libertação

Precedendo o discurso de quase duas horas do Secretário-geral, Mohammed Abdelaziz, e a festa propriamente dita (com música e canções revolucionárias, poesia, dança e teatro, expressão viva da cultura e da criatividade das massas saharauis) deu-se o desfile de cerca de dois mil homens do Exército de Libertação, com unidades a pé e motorizadas, numa demonstração impressionante de força e organização. Um responsável da POLISARIO dizia-nos com orgulho que "todo o material bélico que tinha incorporado o desfile militar tinha sido apreendido ao inimigo".

Se de início pudémos ficar surpreendidos, a ida posterior ao local onde se concentravam filas imensas de "land-rovers" e camiões, equipados com canhões sem recuo ou metralhadoras pesadas, com as insígnias de Marrocos e da Marítania, os montes de morteiros de todos os calibres que se amontoavam e as "g-3" que se empilhavam no terreno, desfaziam qualquer dúvida da capacidade ofensiva do Exército saharauí.

Mesmo com uma parte importante dos seus homens empenhados nas cerimónias festivas, nem mesmo assim o Exército de Libertação dá tréguas às forças agressoras. Na noite de 28 chegavam notícias ao local das festividades, que os guerrilheiros haviam na véspera atacado durante duas horas! a própria capital do Sahara Ocidental — El Aioun — submetendo a região do aeroporto a in-

tenso fogo de morteiro. Também a 28, Nouadhibou, capital económica da Mauritânia e porto de mar onde termina a linha férrea que transporta a produção mineira de Zouerat, foi cenário de violentas explosões. Nesse mesmo dia, as forças de libertação atacaram e ocuparam das 17 às 20 horas a vila de Touajil, situada, a 77 quilómetros de Zouerat, junto ao caminho de ferro que liga aquele importante pulmão económico da Mauritânia ao porto de Nouadhibou. Tendo perecido nos confrontos 37 elementos das forças inimigas e destruído imenso material.

E mais comunicados de guerra nos iam entretanto chegando às mãos noticiando novas vitórias do exército de libertação, ou anunciadas aos microfones no recinto das festividades e recebidos num clamor de "you-yous" das mulheres, sonidos que estas fazem com a língua quando querem expressar contentamento e esperança na vitória, enquanto os homens se abraçavam num sinal de regozijo camaradagem contentamento e ternura sempre patente nas suas relações.

«A guerra de libertação é garantida pelas massas»

É difícil ouvir qualquer alusão à forma de organização e actuação no terreno do Exército de libertação, já que muitos dos pormenores relacionados com esta vanguarda armada entram no campo do secreto. No entanto, algo dele se sabe, a começar pelas forças agressoras marroquinas e mauritanas ou os seus



As mulheres saharais festejam as recentes vitórias do Exército de Libertação

“acessores” de estado-maior franceses. Não corremos, pois, o risco de cometer nenhuma inconfidência.

A partir dos 14 anos, toda a população recebe treino militar. Os homens passam a integrar o exército operacional, as mulheres constituem as milícias populares de auto-defesa dos acampamentos de refugiados. O Exército de Libertação do Povo Saharaui é constituído por unidades dispersas e pequenas, na ordem dos 100 ou 150 homens. Existe em todas elas um responsável militar e um responsável político. A hierarquia tradicional e militarista não tem cabimento nas forças de libertação. Quando são planeadas acções de envergaduras, várias unidades concentram-se em determinado local, executam o plano traçado atacando os objectivos previstos e voltam a dispersar, formando várias colunas, de modo a dificultar as acções de represália da aviação marroquina ou dos “sabres” franceses. Contando com importantes depó-

sitos de abastecimento no interior do território e “aquartelamentos” subterráneos, as forças armadas de libertação são senhoras do terreno, que conhecem a palma, senhoras de toda a iniciativa, senhoras da guerra. Como nos dizia um guerrilheiro “o inimigo apenas ocupa as cidades e alguns quartéis, sempre de cabeça metida debaixo dos abrigos de betão. Nunca sabem quando e onde atacamos. E pode ser sempre a todo o momento”.

É também sabido que dentro da Mauritânia, alvo sistemático dos guerrilheiros saharais, por constituir o elo fraco da agressão, que a França é obrigada a deixar cair a sua máscara de neutralidade fazendo intervir efectivos seus directamente no conflito, a POLISARIO goza de imensa simpatia junto do povo mauritano, que tal como o saharai fala o “Hasnia” e tem uma história e uma cultura comuns. Os dirigentes da POLISARIO não escondem essas simpatias. E foi com um caloroso aplauso de solidariedade e dos

vibrantes "you-yous" das mulheres saharauis que um representante da oposição mauritana ao regime do Moktar Ould Daddah trouxe às cerimónias do segundo aniversário da proclamação da República Saharai a fraternidade "do povo irmão da Mauritânia".

Mauritânia: O ocupante ocupado

Mas que país é este que de ocupante passa à situação de ocupado? oito mil soldados marroquinos ocupam as posições estratégicas do seu território; os oficiais franceses e marroquinos enchem os "seus" Estados-Maiores. O seu exército por altura do Acordo Tripartido de Madrid, assinado 14 de Novembro de 1975 e que consagra divisão pura e simples do território do Sahara Ocidental, era constituído por cerca de 4000 homens; na primeira fase da guerra aumentaram os efectivos para perto dos 15000 homens; hoje, tal contingente reduz-se a metade. Tal facto, deve-se sem dúvida às pesadas perdas infligidas pelo Exército de Libertação do povo saharai, como também aos inúmeros prisioneiros que faz.

Durante o primeiro dia das cerimónias foi-nos dado ver cerca de 200 prisioneiros capturados pelos guerrilheiros saharauis, na sua maioria mauritanos. Metiam dó. Eram a imagem real de homens que têm consciência que se batiam por uma causa perdida e que em nada lhes dizia respeito. Acestados por dezenas de microfones, e "chapas" fotográficas reconheciam "que eram" correctamente tratados e se a ali-

mentação não era melhor, era porque o povo nos acampamentos de refugiados "também come o mesmo" que eles comem. Ao perguntarmos a vários dirigentes da POLISARIO o número total de prisioneiros marroquinos e mauritanos, a resposta que obtinhamos era sempre evasiva, no entanto, todos eram perentórios: "são mais de mil".

As dificuldades de recrutamento devem constituir também um dos principais "problemas" das autoridades de Nouakchott. Centenas de jovens fogem para os países limítrofes, Mali e Senegal, para fugirem à incorporação no exército. Sem documentação, são, no entanto, presa fácil das autoridades senegalesas que os devolvem às autoridades mauritanas onde lhes apresentam duas hipóteses: ou a incorporação nas fileiras ou a prisão.

No plano económico a crise deixa antever já a bancarrota. Dois terços do Orçamento do Estado são consagrados ao esforço de guerra; a produção de Zouerat, principal fonte de receitas, desce vertiginosamente devido às constantes paralisações provocadas pelos ataques do exército de libertação saharai, quer àquele centro mineiro quer à linha férrea que o liga ao porto de Nouadhibou no Atlântico por onde deveria ser escoada a produção. Todos os projectos de investimento se encontram paralizados, já que todos os empréstimos que consegue, nomeadamente de países árabes reaccionários, são consumidos no esforço de guerra.

O "exemplo" da POLISARIO é contagiante. Há indícios que alguns secto-

res da oposição mauritana que até 1974 integravam o PKM (Partido dos Kadihin Mauritanos) esboçam os primeiros focos de resistência armada, que tende a ganhar cada vez maior amplitude à medida que o descontentamento grassa entre as massas populares, a contas com um aumento de custo de vida galopante, e que vêm os seus filhos morrerem numa guerra que não provocaram.

Mesmo no seio do aparelho de Estado mauritano existem divergências que Ould Daddah não consegue esconder. Prova disso é o facto de em todas as sucessivas remodelações ministeriais de que o governo tem sido fértil nos últimos tempos, os elementos de cariz nacionalista têm-se visto sistematicamente afastados e substituídos por elementos "ou próximos de Rabat ou do Eliseu".

Abdelaziz, no seu discurso do dia 27 de Fevereiro não deixou de lançar "um apelo dirigido ao governo do povo irmão da Mauritânia para que volte à razão a fim de permitir o estabelecimento dos laços de fraternidade entre os nossos povos, em vez de prosseguir no plano de genocídio contra o nosso povo, perdendo homens, dinheiro e a independência, tanto mais que tal plano está inevitavelmente votado ao fracasso".

Marrocos: O sonho do «Grande Império» não se desfez

Apesar da situação para Marrocos não se apresentar ainda como a de colapso. Ela no entanto não é fácil. O exército marroquino mantém aquartelados no



"A dança do guerrilheiro". A arte está intimamente ligada à luta de libertação

Sa hara 25 mil homens. Apesar dos seus quadros serem de há muito profissionalizados, o moral das tropas não corresponde às ambições da formação do "grande império" marroquino (que se estenderia do Marrocos ao Senegal) há tanto acalentado pelo Rei Hassan, e que "por ironia" para o regime de Daddah, o actual Ministro dos Negócios Estrangeiros marroquino foi sempre um dos seus mais intransigentes defensores.

Se ao abrigo do acordo militar e de defesa firmado entre os regimes de Rabat e Nouakchott, Hassan pôde enviar importantes contingentes de tropas, que controlam hoje os pontos es-

tratégicos da Mauritânia, o que constituiria um passo importante para a futura anexação deste país, a intervenção francesa parece provar que o Eliseu continua a dar garantias a Daddah contra essa possibilidade; como aliás já o havia feito a quando da negociação do Acordo Tripartido.

Por outro lado, ao exército marroquino é exigido o controle sobre uma área superior ao equivalente da Espanha e França juntas, tendo pela frente um adversário organizado, consciente por que luta e conhecedor perfeito do terreno onde se move — o Exército de Libertação do Povo Saharai.

Nos campos de refugiados

ÀS 4 da madrugada do dia 1 de Março, depois de a custo termos saído da cama, empacotámos a bagagem e deixámos o conforto da tenda de pele de camelo, que naqueles dias nos tinha abrigado do frio enregelante da noite do deserto. Despedimo-nos calorosamente do nosso guia e do "hospedeiro" da nossa tenda, que nos momentos de cansaço nos servia o chá de menta saharai que nos recuperava as energias.

Depois de um pequeno almoço que nos fez esquecer o sono, abandonámos o

Sahara local das festividades. Ao longe, divisavam-se, alinhadas, as dezenas de tendas propositadamente erguidas no local para albergar as centenas de convidados que tinham estado presentes. Os poucos que ainda restávamos, aconchegados nos "Land-rovers", partíamos agora ou com destino a Tindouf ou em direcção aos campos de refugiados.

Tivemos a oportunidade de nesta estadia de mais alguns dias com o povo saharauí sermos acompanhados por Ali Mahmoud, presidente do "Crescente Vermelho Saharauí", que nos traçou um balanço exaustivo de todas as carências de que sofre a população, quer no campo da assistência médica, quer no campo alimentar.

Na sua companhia percorremos Dayras, ou seja acampamentos de refugiados, onde cada qual tem a designação de uma cidade do Sahara Ocidental.

Os campos de refugiados, em número de 23, distribuem-se em três províncias (Wilaya): El Aiun, Smara e Dakhla.

Os acampamentos estendem-se numa área que tem por comprimento cerca de 200 quilómetros. Em todas as Dayras a organização é semelhante: toda a população maior de 14 anos de idade se encontra integrada em células de 11 elementos, e cada célula elege os seus representantes às diferentes Comissões que organizam a vida da Dayra, como sejam a de alimentação, puericultura, artesanato, formação e informação política, justiça, artesanato, etc.

Existe depois todo um trabalho de coordenação entre as diferentes comis-

sões, que integram tantos elementos quanto o número de células existentes na Dayra.

É todo um esquema de organização, aparentemente complicado, mas profundamente democrático da base para o vértice. No topo desta organização encontra-se um responsável administrativo e outro político da Dayra.

Este tipo de organização, que pareceu a todos nós extremamente original, é tanto mais digno de estudo e atenção quanto ele constitui a base organizativa que a F. POLISÁRIO decidiu adoptar uma vez liberto e independente, no Saguia El Hamra e Rio de Ouro.

Todos os meses têm lugar em cada Dayra um Congresso Popular de Base. O Congresso Popular Geral que se realiza todos os 8 meses é a confluência ao nível das três Wilayas dos Congressos Populares de Base que entretanto se realizaram em cada uma das Dayras.

Numa festa nocturna que a população da Dayra de El Guelta, Wilaya de El Aiun, teve a ternura de nos oferecer, perguntámos a Aini Sayed, membro do Bureau Político da F. POLISÁRIO, se este tipo de organização fora influenciado pela experiência de outros povos, que nos respondeu: "Sempre ao longo da história tivemos tradições de comunidade e solidariedade de base. Tentámo-nos organizar de modo a que essa solidariedade se reforçasse e alargasse. E, também, porque tivemos que nos organizar segundo a realidade que vivemos."

Em todas as Dayras são distribuídas diariamente às



crianças até aos 7 anos de idade 3 refeições. No entanto, verifica-se uma carência enorme de leite, pois, normalmente, recebem de organizações humanitárias uma quantidade de leite que dá para um mês, mas, entretanto, o "stock" vai-se esgotando e há, irremediavelmente, que esperar mais 2 ou 3 meses pela chegada de nova remessa.

As tendas das Dayras que percorremos, verdadeiras mantas de retalhos fustigadas pelo vento incessante,



Ao fim da tarde, em todas as "dayaras". dá-se o hastear da bandeira da República Saharaui

abrigam em média 2 ou 3 famílias. Devido às condições de (não) habitabilidade as bronquites e o reumatismo são frequentes. A má nutrição, para além das anemias, faz até com que os próprios medicamentos não produzam os efeitos curativos normais.

Esta duríssima realidade, que os 100 000 saharauis no exílio são obrigados a viver naquela região desértica e inhóspita, "onde nem as gazelas — abundantes em território saharauí — que-

rem viver".

Em todas as conversas que se tinham, entre nós jornalistas, ou com membros destacados da POLISARIO, vinha "sempre à baila" as eleições francesas, que poucos dias depois se realizariam, e os possíveis reflexos da vitória da Maioria de Esquerda no combate à política "giscardiana" de intervenção directa da França no conflito do Sahara.

O responsável político da Dayra de Farsia, cego, e ex-

celente orador, aproveitaria mesmo a presença no nosso grupo de vários representantes de organizações humanitárias francesas, para dizer: "Não queremos a guerra e repudiamos a intervenção francesa, mas sabemos que quem interviu foi a França oficial e não o povo francês".

Aini Sayed, responsável da F. POLISARIO na Europa confessaria-nos: "a vitória eventual da esquerda não pode senão dar-nos esperanças de ver a França

Sahara
adoptar uma atitude diferente do governo actual.

“Em primeiro lugar pedir-lhe-emos a retirada das tropas francesas das zonas de guerra e que ela deixe de fornecer armas a Marrocos e à Mauritânia. Numa palavra: que cesse toda a ingerência no conflito”.

A promessa de neutralidade feita por François Mitterrand, poucos dias antes do escrutínio, e a posição do PS francês reafirmando ser esta a ocasião “para um governo de esquerda fazer a demonstração concreta que é capaz de aplicar uma política de paz”, dão-nos a certeza que a esperança do povo saharau não será ameaçada.

No entanto, um alto responsável da POLISÁRIO em Argel alertava-nos para a possibilidade de “intervenção de senegaleses na Mauritânia”.

Seja como for, este povo, o povo POLISÁRIO, de tal modo ele e o seu movimento de libertação formam um e um só, está consciente, preparado e organizado para o que der e vier. “sabemos que a guerra tende a ser cada vez mais dura” — dizia-nos um responsável político de uma unidade do Exército de Libertação Saharau — mas, escolhemos entre a independência e o genocídio”.

As dificuldades que a POLISÁRIO pôs à totalidade dos jornalistas na deslocação às zonas de combate, nesta ocasião, fazem prever que novas e importantes ofensivas estão em preparação.

Convidaram os “CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO” a voltar, então sim, “para irmos até onde quiséssemos”. Havemos de voltar.

Carta aberta

Há, actualmente, em Marrocos, várias centenas de presos políticos de várias tendências — entre os quais os nossos filhos, irmãos e maridos, conhecidos pelo grupo de 139 marxistas-leninistas.

Os primeiros, detidos em Novembro de 1974, passaram longos meses incomunicáveis, sujeitos a torturas, de olhos vendados e mãos atadas, até serem enviados para a prisão.

Depois de uma primeira greve da fome de 19 dias, foram por fim a julgamento no dia 3 de Janeiro de 1977, diante do Tribunal de Casablanca. Este julgamento, que não foi mais do que um processo de opinião, caracterizado pela violação contínua dos direitos dos acusados e da defesa, terminou com condenações extremamente severas que variaram entre 7 anos e a prisão perpétua.

A 8 de Novembro de 1977, os detidos iniciaram a sua quarta greve da fome que durou 46 dias (terminou a 23 de Dezembro de 1977) e durante a qual viria a falecer um dos grevistas: Saida Menebhi, de 25 anos, condenado a 7 anos de prisão.

Sob a pressão nacional e internacional, e depois da morte de Saida Menebhi, o Ministro da Justiça formou uma comissão nacional composta de parlamentares, médicos, advogados, com vista a discutir com os grevistas as suas reivindicações.

Puseram os presos termo à greve da fome com a promessa que todos os problemas seriam satisfeitos de forma satisfatória, e foi tornado público um comunicado oficial dando o resultado das negociações.

Mas mais de um mês passou sem que a dita comissão se tivesse reunido, sem que nenhuma das promessas se tivesse concretizado.

Viram-se assim os presos obrigados, apesar do seu precário estado de saúde, a reiniciar a 2 de Fevereiro de 1978, a greve da fome reclamando a concretização efectiva das suas reivindicações e a promulgação de um estatuto do preso político em Marrocos.

No dia seguinte foram dispersos por três prisões de Marrocos e, desde então, nós, familiares, estamos sem notícias deles.

Frente ao silêncio das autoridades responsáveis, face ao perigo de morte em que se encontram os grevistas, só uma informação e uma mobilização da opinião pública nacional e internacional pode salvar a vida dos nossos filhos, maridos e irmãos.

Rabat, a 11 de Fevereiro de 1978

As famílias dos presos políticos marroquinos em greve da fome

AMÉRICA LATINA

Contra- ofensiva popular

*Desde o ataque a Cuba em 1961
até a libertação de Saigón em 1971
muitas coisas aconteceram no mundo.
A maré contra-revolucionária reflui
e de novo as forças políticas tomam a iniciativa.*

EM 1961 teve lugar o ataque da Bahia dos Porcos, montado, financiado e comandado pela CIA, numa tentativa de grande envergadura para destruir a então nascente revolução cubana. Ainda que cerca de dois anos antes o primeiro-ministro Solomon Bandaranaike tenha sido assassinado no Sri Lanka, como parte de uma operação destinada a bloquear a experiência progressista do seu governo, pode tomar-se o ataque a Playa Girón (derrotado pela inquebrantável resistên-

cia do povo e das forças armadas cubanas) como o início de poderosas e contínuas ofensivas imperialistas contra os povos do Terceiro Mundo.

Também cabe assinalar como referência histórica o mês de Abril de 1975 — a derrota dos Estados Unidos no Vietname — como o início do declínio da dominação imperial norte-americana. Os vietnamitas, cambodjanos e laosianos demonstraram que pequenos povos podem enfrentar e derrotar a um império com o poderio dos Estados Uni-

Neiva Moreira

dos, apoiados não somente nos países socialistas, que já são cerca de metade do mundo, como também daquela metade da outra metade que são as correntes progressistas e revolucionárias que actuam "nas entranhas do monstro", conforme dizia o poeta cubano José Martí.

Poucos meses antes, em Outubro de 1973, verificou-se outro acontecimento fundamental — a vitória dos exércitos árabes no de-

O avanço dos movimentos populares na América Latina é extensamente analisado neste número. Além do artigo de Neiva Moreira que nos dá uma linha global da situação, o tema é visto de diferentes ângulos por Theotônio dos Santos (a crise imperialista), Victor Monge e Javier Sanchez Padilla (Nicarágua), Clodomiro Almeyda e Agustín Castagno (Chile), Ema Torres e Micaela Ramada (Bolívia) e Jorge Bernetti e Ignacio Gonzalez Jansen (Argentina).

CONTRA-
OFENSIVA
POPULAR

cadernos do
Terceiro
Mundo
Rua da Lapa, 180 - São Paulo - RJ
CEP 20.021 - Tel. 242-1957



serto do Sinai e a posterior liberação dos preços do petróleo, assim como a utilização deste produto como uma arma de guerra — projectando no campo económico os efeitos da crise política que afectava o sistema capitalista a partir dos seus reveses na Indochina.

Ao golpe no Sri Lanka e ao ataque à Bahia dos Porcos seguiu-se o *putsh* no Congo que culminou com o assassinato do grande líder nacionalista Patrice Lumumba.

Em 1963 o presidente Juan Bosch era derrubado, na República Dominicana. O movimento popular que tentou restabelecer o seu governo progressista, liderado pelo coronel Caamaño Deno, foi dominado pela intervenção directa dos “marines” dos Estados Unidos quando a rebelião tinha a sua vitória assegurada.

Um ano crucial

O ano de 1964 foi marcado por uma verdadeira “safra” de golpes reaccionários. Depois de esmagada uma tentativa de tomada do poder por oficiais nacionalistas do Gabão (país onde a produção de petróleo começava a ganhar importância económica), houve um golpe reaccionário no Daomé.

Em Abril daquele mesmo ano o governo progressista do presidente João Goulart foi deposto no Brasil. Ainda que se tenha tentado explicar o movimento como sendo uma rebelião da classe média “contra a subversão e a corrupção” apoiada na direita militar, os documentos do Pentágono e do Departamento de Estado da época — muitos dos quais estão arquivados ao alcance do público na Biblioteca do Presidente Lyndon Johnson, em San António, no Texas — comprovam a directa responsabilidade de Washington no golpe.

Pouco depois, em Novembro de 64, chegou a vez da Bolívia com o derrube do presidente Paz Estensoro e a sua substituição pelo general René Barrientos. Muitos documentos e confissões oficiais nos Estados Unidos são o testemunho da participação da CIA neste golpe.

Fomos, pessoalmente, testemunhas de um insólito pré-aviso daquele *putsch*: Numa reunião social em La Paz, em Setembro deste ano, oficiais da missão militar norte-americana que falavam fluentemente o espanhol e não resistiam ao impacto do “pisco” (espécie de aguardente) de La Paz, a uma altitude de quase quatro mil metros, diziam para quem quisessem ouvi-los que Paz Estensoro não comemoraria o Natal

no Palácio Quemado e que “o homem” era Barrientos.

As advertências transmitidas ao governo sobre este e outros sintomas da conspiração foram insuficientes para debilitar a confiança do poder na “amizade” norte-americana e na fidelidade do exército às instituições democráticas.

A lista é interminável e intercontinental. Em 1966 eram derrubados dois dirigentes nacionalistas de repercussão mundial: os presidentes N’Krumah de Ghana e Sukarno, da Indonésia. Quando estava a propor a nacionalização de algumas empresas estrangeiras no seu país foi deposto o rei Mwami Ntare V, do Burundi, e substituído por um governo terrivelmente reaccionário encabeçado pelo general Micombero.

Em 1967 a ultra-direita militar ocupou o poder na Grécia destronando o rei Constantino. Nessa mesma época era assassinado na Tanzânia Eduardo Mondlane, primeiro presidente da Frente de Libertação de Moçambique. No Uganda a experiência reformista do presidente Milton Obote era destruída por um golpe de direita chefiado por Idi Amim Dada.

O inimigo golpeava em todos os lados. Em todas essas operações — hoje são conhecidas provas irrefutáveis — estava metida a CIA ou os serviços secretos eu-

ropeus, principalmente os franceses.

O epicentro revolucionário desloca-se para a América latina

Liquidados ou neutralizados vários governos progressistas africanos — com grande parte do continente negro dominado por uma maré neo-colonialista — o centro nevrálgico da luta por mudanças sociais deslocou-se para a América Latina, em fins da década de 60 e nos primeiros tempos da década de 70. Em vários países multiplicaram-se os esforços para travar a onda contra-revolucionária que irradiava de Washington e tinha como o seu ponto fundamental de apoio o Brasil.

Os processos nacionalistas e anti-imperialistas encabeçados no Peru pelo general Velasco Alvarado, em 1968, e na Bolívia pelo general Juan José Torres, em 1970, eram expressões deste contra-ataque que teria como ponto culminante a experiência socialista que se iniciou em 1970 com a eleição do presidente Salvador Allende, no Chile.

No início de 1973, Hector Campora era eleito, por uma esmagadora maioria, presidente da Argentina e com ele o peronismo de esquerda chegava ao governo. Houve um momento em

que desde as alturas do Chimborazo, no Equador, até à Antártida, passando pelo eixo da cordilheira dos Andes, estavam implantados governos de tendências populares, progressistas ou revolucionárias.

A CIA destruiu-os ou neutralizou-os, um a um. E para não deixar um enclave democrático no Cone Sul, dominado por ditaduras repressoras, liquidou também com os restos do liberalismo uruguaio e através disso com um lugar de refúgio e encontro dos perseguidos do continente.

Os acontecimentos políticos e sociais não são limitados por datas fixas. Por isso o tempo que vai desde Palya Girón às batalhas de Suez e Saigão são meras referências históricas que assinalam globalmente um período decisivo das lutas populares na América Latina, África e Ásia.

Nesta etapa de desafios pode-se dizer que todos os caminhos de luta foram tentados. Desde o eleitoral até ao uso das armas, este assinalado pelo sacrifício e heroísmo das gerações jovens e pelo holocausto de milhares de bravos combatentes, entre os quais a figura exemplar de Che Guevara é hoje um símbolo.

Numa mera cronologia jornalística como esta não cabe uma análise mais profunda dos antecedentes destes quinze anos de lutas,

derrotas e frustrações que coincidiram com o auge da expansão norte-americana no mundo. Nem a toda uma multiplicidade de pequenos e grandes episódios que assinalam a resistência popular ao avanço imperialista.

Porém, caberia perguntar-se em que medida a etapa que se está a iniciar, de evidente contra-ofensiva popular, foi gerada por alguns avanços e muitos irracismos, fruto da constante resistência nesta época muito difícil. O que nos interessa assinalar é que sofram outros ventos nos países emergentes que lutam pela sua independência económica e libertação social.

Não vamos aqui analisar a crise do capitalismo (que já é objecto de um outro artigo nesta edição). Também não nos alongaremos no significado deste período de ocupação política dos nossos países pelos sectores mais retrógrados da direita civil e militar: o entreguismo, o retrocesso cultural, a destruição sistemática de todas as conquistas das classes trabalhadoras, a renúncia ao controlo nacional das decisões políticas, o enriquecimento ilimitado de reduzidas oligarquias associadas ao capital estrangeiro, a marginalização social, o trágico saldo das torturas, dos assassinios, das mutilações, e dos exílios



que assinalam a época que ainda estamos a viver.

As mudanças na África e no Mundo Árabe

Vejamos em linhas gerais alguns sintomas de que algo está a mudar neste panorama. Um novo pólo de poder gera-se no Vietnã, forjando uma correlação de forças distinta na Ásia. Os restos do colonialismo europeu são derrotados em Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde, e São Tomé e Príncipe. Uma formidável guerra de libertação sacode o poder neocolonial na Rodésia e na Namíbia. Cresce a agitação popular que impõe mudanças em muitos outros países africanos e avizinha-se um confronto decisivo com os racistas da África do Sul.

No Mundo Árabe, que pelas suas riquezas está a transformar-se num pólo de poder decisivo, um grupo de países formado pela Argélia, Iraque, Yémen do Sul, Líbia e Síria e, sobretudo, pela indomável Resistência Palestina, enfrenta as manobras de Sadat, teleguiado de Washington.

Com as suas diferenças e tácticas distintas e até com as suas contradições — este bloco está a impedir uma entrega incondicional da causa palestiniana, que seria o primeiro passo da di-

reita árabe rumo a um confronto possivelmente armado contra os países progressistas do Médio Oriente. Porém, o mais importante é a insurreição das massas operárias e camponesas árabes dos países ainda dominados por regimes reaccionários ou entreguistas.

No ocidente árabe, ou seja: Mauritânia, Marrocos, República Saharai e Tunísia, são evidentes os avanços revolucionários. A extraordinária resistência da Frente POLISÁRIO desafia a conjura das multinacionais do fosfato, com a participação de Marrocos, da Mauritânia e da Espanha no seu crepúsculo franquista. Ninguém duvida que atrás da incondicional actividade política e das armas dos combatentes do deserto, floresce uma revolução profundamente popular cujas projecções finais não se limitam à jovem República Saharai, mas que poderão inclusivamente mudar o panorama político-institucional da Mauritânia e de Marrocos.

Na Tunísia um regime corrupto e profundamente permeabilizado por interesses capitalistas, particularmente franceses e norte-americanos, enfrenta uma rebelião popular que desafia a ditadura de Bourguiba.

Se ampliarmos a análise ao chamado «mundo ocidental e cristão» teremos


de assinalar o fim das mais antigas ditaduras de direita, em Portugal e Espanha, as novas perspectivas que se abrem aos partidos populares da França e Itália e o crescimento do movimento progressista nos Estados Unidos.

O inimigo perde terreno na América Latina

Não é diferente o panorama na América Latina. A Revolução Cubana emerge vitoriosa e consolidada, pese a implacável pressão imperialista, e já tem poder e condições para colaborar com as nascentes revoluções africanas.

As duras lutas e a resistência no «Cone Sul» começam a dar os seus frutos e o inimigo perde posições. As oligarquias político-militares do sul já não são mais um aliado atractivo para Washington, que sente que o custo político e social de manter governos anti-populares nesta região se torna demasiado oneroso. Procura pois mudar este panorama, e também as figuras dos ditadores, através de uma estratégia que tenta manter os interesses económicos das multinacionais amenizando a situação através de concessões políticas secundárias.

Porém, o que conta realmente é a rebelião popular, a sede de mudança que se



observa em todos os países. De novo aparecem multidões reclamando liberdade em frente ao Palácio de La Moneda, bombardeado por Pinochet. A oposição uruguaia levanta a cabeça e a classe operária, duramente golpeada, dá mostras evidentes de uma reorganização que avança.

A difícil, sacrificada e heróica resistência dos trabalhadores argentinos e dos movimentos armados, que neste período foram o centro da resistência contra a ditadura, confluem para uma nova etapa política já em pleno desenvolvimento. O Brasil é sacudido por uma onda incontrolável de reivindicações democráticas que está a forçar o regime a admitir uma abertura política. No Peru as massas populares convertem o enterro de Velasco Alvarado numa reafirmação revolucionária e numa advertência à direita e ao governo de Morales Bermudez.

Na América Central o movimento popular fortalece-se. Um povo subjogado, com os seus quadros destruídos, governado por um despotismo sem paralelos, como é a Nicarágua, levanta-se contra a tirania num formidável movimento de reivindicações democráticas. O facto de So-moza continuar no poder ainda por um mês, um ano ou por um biénio, conta pouco. Muito mais importante que este episódio,

que por si já é de extraordinária grandeza política e humana, é o facto da resistência se organizar na pátria de César Augusto Sandino.

Também se move num sentido progressista o Caribe anglofónico. A Guiana e a Jamaica consolidam as suas experiências progressistas e Belize, com o seu movimento independentista que enfrenta a ditadura guatemalteca, conta com o apoio e as simpatias do Terceiro Mundo e inclusivamente das correntes progressistas guatemaltecas.

O problema das vias que conduzem às mudanças (cuja discussão às vezes meramente académica e especulativa absorveu uma parte fundamental das energias e do tempo da esquerda latino-americana) passa a ser uma preocupação secundária. Existe um facto determinante: o incremento do movimento popular, a presença das massas no processo político latino-americano, que está a ganhar um novo apogeu.

Elas podem expressar-se através de manifestações massivas, de movimentos operários de reivindicações camponesas, de demonstrações de inquietação da classe média e até pelos protestos cada vez menos conformistas de certos sectores empresariais afectados pela penetração do capital es-

trangeiro. Em muitos países a igreja une-se ao povo e os seus sectores mais militantes e fiéis à mensagem evangélica reforçam as vanguardas em luta pela mudança social.

É de importância histórica o facto da primeira derrota real de uma ditadura no continente, na actual etapa de luta se tenha concretizado, não mediante um movimento armado, nem uma eleição ou um "pronunciamento" militar, mas mediante uma greve de fome na Bolívia. De uma iniciativa de um pequeno grupo, passou a ser uma formidável e maciça rebelião silenciosa que obrigou a ditadura, pelo menos, a recuar e negociar.

Inclusivamente naqueles países que mantiveram as suas instituições políticas, como a Venezuela, a Costa Rica e o México, cresce a reivindicação por mudanças. As campanhas eleitorais nos dois primeiros destes países impregnam-se deste espírito. Estimulados por uma reforma política indiscutivelmente progressista, que o actual governo propicia, fortalece-se no México, numa escala pouco usual na América Latina, o debate político. O próprio presidente López Portillo estimula o Partido Revolucionário Institucional (PRI), no governo, a modernizar-se e a ampliar a participação popular nas suas decisões. No campo da

oposição de esquerda intensificam-se as mobilizações e a organização política e nas organizações operárias são reiteradas e públicas as manifestações a favor da unidade e da transformação.

Significa tudo isso que estamos a viver numa época revolucionária, que os caminhos rumo ao avanço político e social no Terceiro Mundo, particularmente na América Latina, já estão abertos? Não o afirmariamos.

O inimigo é poderoso e persistente. Está longe de ser o «tigre de papel» de quem tanto se falou. Ataca no mundo árabe, controla ditaduras antipopulares, como nas Filipinas e no Zaire, mantém Israel e o Irão como poderosos arsenais ofensivos, estimula as contradições entre os povos dominados ou aproveitados — como os conflitos que neste momento opõem a Somália à Etiópia, o Camboja ao Vietnam — para debilitar o promissor Movimento dos Países Não Alinhados, cuja influência é crescente na ONU e nas organizações de defesa das matérias-primas.

No entanto, no conjunto da grande confrontação, é inegável que o imperialismo norte-americano recua, e na medida em que isso ocorre, é desafiado na Ásia, enfrenta a sua maior crise em África, e a subida das esquerdas dentro dos próprios países aliados da Europa Ocidental, concentra-se e trava a sua batalha mais importante na América Latina. O facto de mudar de tática, de falar em direitos humanos e de mostrar menos ostensivamente a sua presença na disputa económica do mercado la-

tino-americano significa pouco. Seria fútil e ilusório esperar que a libertação económica e social dos povos latino-americanos seja uma concessão do centro de poder que os domina.

O que conta nesta batalha é a decisão dos povos de se libertarem e avançarem com a presença revitalizada da vontade popular num quadro político do qual havia sido, até agora, totalmente apagada.

Através de contactos políticos em distintos países, de pesquisas entre os nossos colaboradores e correspondentes e da simples análise dos factos nos últimos tempos em toda a América Latina, sente-se a presença de um novo espírito, de uma renascente consciência de organização e luta. Nestes contactos o que mais escutámos foi a palavra «unidade», não só como uma tática de ocasião mas como um sentimento mais profundo e responsável.

Este reordenamento tático nasce de uma autocrítica, em geral imperceptível mas actuante, e de um entendimento menos sectário ou grupista que permite, acima dos factores quase sempre ocasionais ou especulativos de desunião, a tarefa histórica de reunir o maior número de forças para travar a batalha de hoje, enfrentar a etapa de agora. Só assim é possível evitar os erros que cometemos todos, de confundir as prioridades e de tomar como realidades aquilo que eram meramente aspirações ou perspectivas teorizantes.

“Não é possível — escreve-nos, do Rio de Janeiro, um jornalista brasileiro — que os intelectuais voltem a cometer o erro trágico de se isolarem das massas po-

pulares, refugiando-se em modelos ideológicos “quimicamente puros”, cuja discussão meramente académica lhes dá um sentimento de realização política, mas que são profundamente ineficazes e alienantes. Do mesmo modo que temos que evitar nesta nova etapa que o povo (o povo, como se diz aqui no Brasil), órfão da assistência dos intelectuais progressistas, se deixe manipular por soluções demagógicas de curto alcance”.

Temos aqui alguns temas que merecem sem dúvida a discussão, a urgente discussão da esquerda latino-americana. Uma discussão que não seja um exercício intelectual de fórmulas livrescas mas de análise profunda da nova realidade no continente. Uma discussão que seja uma ferramenta para as tarefas a empreender.

Existem manifestações evidentes de uma contra-ofensiva popular na América Latina. E seria para deplorar por outros quinze ou talvez trinta anos que os líderes políticos, operários e camponeses, os intelectuais, os estudantes, as vanguardas que historicamente empurram o processo revolucionário — inclusivamente a Igreja post-conciliar — não tivessem apreendido a lição dos últimos tempos para procurar um entendimento objectivo, realista, unitário, em suma, dialéctico, na etapa que vivemos e buscar também instrumentos eficazes e decisivos. Trata-se de formular estratégias correctas, capazes de consolidar um levantamento de massas democrático e anti-imperialista que possa abrir o caminho a mudanças muito mais profundas e amplas na América Latina.

A ponta do iceberg

*Inicia-se uma nova etapa de lutas populares no Continente.
As reivindicações ampliam a sua base social
como consequência da crise do sistema económico
que não pôde ser atenuada
nem pelas ditaduras direitistas nem pelos «desenvolvimentismo» liberal.*

Teotónio dos Santos

O que está a acontecer hoje na América Latina só pode ser entendido no contexto da crise capitalista internacional. As suas economias são profundamente dependentes do comportamento da economia internacional e as opções políticas que se lhes colocam encontram-se fortemente condicionadas pela evolução da política mundial.

A crise mundial capitalista

Desde 1967 a economia capitalista, que havia encontrado os caminhos da recuperação e do crescimento económico contínuo depois da Segunda Guerra Mundial, entrou numa crise económica gravís-

simas. Desde esse ano, quando ocorreu a primeira desvalorização do dólar, as economias capitalistas do centro (EUA, Europa Ocidental e Japão) entraram num período marcado por uma baixa geral da taxa de crescimento anual da economia, por um desemprego crescente, pelo debilitamento do comércio mundial, pela instabilidade monetária e pela inflação.

O aparecimento desta crise de longo prazo produziu efeitos fundamentais na economia e na política internacional.

Agudizaram-se as contradições entre os capitalistas e os assalariados, entre os principais países imperialistas (sobretudo os EUA, o Japão e a Alemanha), entre os países capitalistas domi-

nantes e desenvolvidos e os países capitalistas dependentes e sub-desenvolvidos. Como consequência, aumentou a combatividade do movimento operário nos países capitalistas e os trabalhadores começaram a exigir soluções políticas cada vez mais radicais e anti-capitalistas. Muitos sectores das classes médias perderam a confiança no capitalismo e aproximaram-se do movimento operário.

No plano internacional aumentou a combatividade dos movimentos de libertação nacional nos países dependentes e coloniais e estes aproximam-se mais do campo socialista e da busca de projectos de desenvolvimento económico não-capitalistas.

Neste quadro político e económico, o imperialismo tem tentado manter a sua dominação recorrendo, ora à repressão brutal, ora a tentativas reformistas que visam moderar as crescentes ânsias de libertação das massas.

A eleição de James Carter representa um momento em que o sector mais lúcido do grande capital norte-americano procura desesperadamente encontrar um caminho que permita aos Estados Unidos manterem-se no controlo da situação internacional.

A Comissão Trilateral, formada por David Rockefeller em 1973, tinha como objectivo unificar os critérios dos dirigentes políticos e económicos dos EUA, Europa e Japão para em comum fazer face ao debilitamento da ordem social capitalista em cada país, recuperar a imagem dos governos burgueses, fortalecer as autoridades centrais, restabelecer a hegemonia norte-americana e enfrentar conjuntamente o desafio do Terceiro Mundo por uma ordem económica internacional mais favorável. Por fim, com esta renovação do capitalismo no plano económico, político e ideológico, pretende-se defrontar o campo socialista, cada vez mais poderoso. Para dar autoridade moral a este plano, o governo norte-americano necessitava agitar uma palavra de ordem que infundisse respeito e autoridade aos governantes capitalistas. Por isso agitou a bandeira dos direitos humanos que haviam sido violentamente espezinhados pelos Estados Unidos ao apoiar e articular a onda golpista, militarista e fascista no Terceiro Mun-

do, sem contar os crimes de guerra cometidos no Vietnam e em outros países em que as tropas norte-americanas, as dos seus aliados ou de mercenários, tinham lutado contra os movimentos de libertação nacional.

No entanto, os planos de Carter estão ameaçados pela impossibilidade de ultrapassar a crise capitalista. Em 1974 e começo de 1975 a crise capitalista internacional atingiu o seu ponto mais agudo. No segundo semestre de 1975, iniciou-se uma recuperação económica que despertou muitas esperanças infundadas. Porém, já no segundo semestre de 1977 era absolutamente nítido que esta recuperação económica chegava ao fim e que em 1978 e 1979 a economia capitalista deveria passar pela mais grave depressão económica do pós-guerra.

Em consequência a produção deverá baixar em quase todos os sectores económicos mantendo-se, com dificuldade, uma taxa de crescimento muito baixa. O desemprego deverá atingir uma percentagem altíssima da força de tra-

balho. A inflação não deverá ceder senão ao fim de um longo período de depressão económica. A luta entre as potências capitalistas deverá agudizar-se com as medidas proteccionistas adoptadas por cada país, que procurará vender mais no exterior e reduzir as suas importações. Como consequência disso, verificar-se-á uma grave crise no comércio mundial.

Neste contexto, o sistema financeiro internacional deverá chegar a um momento grave de insegurança, com violentas lutas entre o dólar, o marco alemão e o yen japonês. Ao mesmo tempo, o enorme endividamento externo dos países do Terceiro Mundo conduzirá a uma crise violenta dos sistemas dos pagamentos actuais e também afectará o comércio mundial.

No quadro desta nova crise de dimensões mundiais, será difícil aos EUA aventurarem-se a actuar pela força e arriscarem-se a assumir compromissos militares que não possam cumprir, pois, em primeiro lugar, o seu déficit fiscal não permite aumentar ainda mais as suas despesas militares e, em segundo lugar, o gigantesco déficite da balança de pagamentos impedirá a realização de maiores gastos militares no exterior.

O governo norte-americano tem então que procurar uma política conciliadora que evite soluções de crise política aguda e utilizar esquemas políticos com um mínimo de legitimidade popular que possam impedir explosões revolucionárias incontrolláveis.

Esta é a razão das suas pressões para que as dita-

"Dave" Rockefeller, o organizador da Comissão Trilateral.



DAVID ROCKEFELLER

Chairman of the Board



O anti-imperialismo: um sentimento generalizado na América Latina.

duras militares encontrem fórmulas de adaptação a esta situação, alvitando esquemas de liberalização progressiva que permitam aliviar a crise política que vivem os regimes de força, sem perder o controlo da situação.

uma zona de aspirações adiadas

A América Latina sempre foi um continente instável e inquieto.

A libertação colonial não pôde assegurar-lhe uma libertação económica que permitisse a criação de uma economia capitalista independente e desenvolvida. As burguesias nativas converteram-se em oligarquias dedicadas à produção agrícola e mineira para exportação e em comerciantes e especuladores locais e internacionais.

A sua industrialização foi atrasada até ao século XX e, em alguns países, até a metade deste século, época em que a economia mundial já estava sob o domínio do grande capital internacional. Por isso as burguesias locais viram-se submetidas à dominação deste capital e, na década de 1950 e anos seguintes, tiveram que ceder o espaço económico às grandes empresas multinacionais que são, hoje em dia, as principais responsáveis pelos investimentos industriais nos países latino-americanos.

Como consequência disso, depois de 150 anos de história independente, a América Latina ainda não pôde alcançar a sua independência nacional, decidir o seu destino económico, superar as economias rurais atrasadas, elevar substancialmente o nível de vida das suas massas campe-

nas, operários, assalariados agrícolas e urbanos e pequenos proprietários.

A vitória da revolução cubana em 1958 e a sua definição socialista, em 1961, foi um marco fundamental na história latino-americana. Ela comprova duas coisas fundamentais: em primeiro lugar, que o imperialismo não é invencível no hemisfério ocidental frente à determinação revolucionária de um povo unido e conduzido com decisão e autenticidade revolucionária; em segundo lugar, ela demonstra que somente o socialismo pode resolver os problemas secularmente adiados no continente. Em poucos anos de revolução, Cuba eliminou o analfabetismo, a desigualdade social, a prostituição, as enfermidades sociais básicas e recuperou a dignidade nacional, infundindo ao seu povo uma vontade férrea.

O exemplo da revolução cubana repercutiu-se profundamente nas massas do continente. O imperialismo teve que elaborar uma resposta sistemática a este desafio ideológico. A Aliança para o Progresso procurou criar uma ilusão de reformas económicas e sociais que solucionariam grande parte dos problemas sociais adiados ao longo de todos estes anos. Conforme sabemos, estas "revoluções em liberdade" e outros slogans reformistas fracassaram estrondosamente. Mas cumpriram o seu objectivo de retardar um movimento social revolucionário.

Por outro lado, o imperialismo desenvolveu um enorme aparato militar de "contra-insurreição", capaz de enfrentar com eficiência e rapidez o brotar das guerrilhas antes que estas pudessem vincular-se aos movimentos de massas.

Ao mesmo tempo iniciou-se um processo de formação de uma elite militar pró-imperialista, instruída na doutrina da segurança hemisférica e na sua expressão nacional. As doutrinas de "segurança nacional" em cada país tentavam justificar a intervenção das forças armadas como as únicas capazes de assegurar uma modernização económica que impedisse (no seu entender) a manutenção das condições económicas e políticas que os políticos tradicionais criaram e que favoreciam a "subversão" comunista.

Revolução e contra-revolução

Nem os governos burgueses reformistas, nem os go-

vernios militares de direita, nem os governos militares de cunho progressista, nenhum deles conseguiu dar uma resposta aos problemas fundamentais dos povos. E, toda a vez que a luta popular superou os limites aceitáveis para o imperialismo, a resposta foi o golpe de Estado e a destruição de todas as conquistas populares.

No entanto é necessário ressaltar que cada onda de mobilizações populares veio a ser mais radical que as anteriores e, do mesmo modo, as respostas do imperialismo tornaram-se mais fascistas.

Na década de 50 assistimos não só ao apogeu dos governos populistas de clara definição nacional e democrática, dentro de uma economia capitalista, como também a processos revolucionários do mesmo sinal, como foi a revolução boliviana, a guatemalteca e a primeira fase da revolução cubana, assim como a libertação da Venezuela no fim da década.

Mas o "golpe" foi a forma de responder aos desafios lançados por um Péron, um Vargas, um Cheddi Jagan, um Arbenz, etc... Na década de 60 tivemos outras ondas reformistas, com bases cada vez mais radicais rumo ao socialismo, como a experiência de Goulart no Brasil e a da República Dominicana em 1965. Os golpes sucederam-se não só nestes países, como também na Argentina, em 1966 e em outras partes, onde se procurava controlar uma ofensiva popular de dimensões continentais. Mas também se utilizou o reformismo de Frei, no Chile; de Belaúnde, no Peru, de Lopez Mi-

chelsen, na Colombia, etc... Todos acompanhados por financiamentos vultosos da CIA, AID e outros organismos internacionais.

Nada disso pôde conter definitivamente as aspirações de liberdade das massas latino-americanas. Depois das grandes manifestações de massas de 1968, não só se formaram governos militares progressistas no Peru, Equador, Panamá, Honduras e Bolívia, como também se desenvolveram grandes frentes de massa com fortes raízes populares como a Unidade Popular, no Chile; a Frente Ampla, no Uruguai, o UNO no Salvador e o Movimento Peronista na Argentina, englobando uma ala esquerda de grande peso.

Na Bolívia, a Assembleia Popular desafiava os limites da ordem capitalista e gerava as bases de um poder popular alternativo ao Estado Burguês. No Chile, o governo popular chegava ao poder com um programa socialista e desencadeava um processo social de uma profundidade e de dimensões revolucionárias inéditas.

O golpismo militar da década de 70 teve um conteúdo desesperado que procurou conter este movimento social que transbordava por todos os lados. Bolívia em 1971, Uruguai em 1973, Chile neste ano, Argentina em 1976 foram os momentos culminantes desta onda fascista continental.

Assim se conseguiu adiar, pela via da mais cruel repressão, sem nenhuma legitimidade social e sem nenhuma bandeira reformista, como a Aliança para o Progresso, as aspirações populares no Continente.

Os grandes problemas continuam

Nestes anos posteriores à Revolução Cubana, o reformismo burguês perdeu, dia após dia, a sua força ideológica neste continente. As experiências realizadas não foram capazes de resolver nenhum dos problemas fundamentais da América Latina.

A dependência económica não se atenuou. Pelo contrário, aumentou de maneira angustiante. Não somente as economias foram massivamente invadidas pelas empresas multinacionais, que hoje dispõem de uma percentagem fundamental dos recursos industriais, mas também as balanças comerciais e de serviços dos países latino-americanos apresentam um déficite crescente que conduziu a um endividamento internacional, pelo menos dez vezes superior às já enormes dívidas dos anos 60.

O crescimento industrial, que se processou com base na penetração de capital estrangeiro, apoiado no subsídio estatal directo ou indirecto, teve características altamente negativas para os povos latino-americanos. Em primeiro lugar, concentrou-se nos sectores de consumo de luxo e em produtos de tecnologia sofisticada, cujo mercado fundamental é constituído pelos sectores de altos rendimentos, que se apoderaram numa proporção crescente da maior parte da renda nacional.

Estes investimentos foram altamente concentrados e baseados em comportamentos monopolistas e



Salvador Allende e Fidel Castro, os expoentes de dois processos e dois marcos na história latino-americana.

consequentemente não aumentaram significativamente o emprego, acelerando a marginalização social e produzindo um impacto muito reduzido no que concerne à criação de um mercado interno. Ao mesmo tempo, o carácter monopolista destes investimentos favoreceu um sistema de preços elevados que provoca, entre muitos outros factores, constantes pressões inflacionárias.

As limitações desta forma de industrialização reflectiram-se nos problemas crónicos das economias latino-americanas: a distri-

buição da renda cada vez mais desigual; a concentração económica; a monopolização e as restrições do mercado interno; a ausência de uma indústria nacional de base e o aumento das importações de maquinaria e outros produtos industriais para permitir os novos investimentos, com as suas consequências altamente negativas para a balança comercial. As insuficiências do mercado interno e a tendência crescente para o déficite na balança comercial obrigaram a pôr, em primeiro lugar, a necessidade de aumentar as ex-



10 Nixon: patrocinou golpes de estado na Bolívia, no Uruguai e no Chile.

portações de produtos manufacturados, sobretudo a partir do fim da década passada. O aumento destas exportações não significou porém uma melhoria na balança comercial, pois muitos destes produtos não passavam de uma elaboração das matérias-primas importadas. O aumento da exportação significava, conseqüentemente, um aumento das importações!

Deve assinalar-se também que um maior volume de comércio externo significava também maiores pagamentos de fretes às empresas exportadoras que são, na maioria dos casos, filiais das multinacionais. Como resultado disto as exportações produziam uma enorme sangria de divisas através da remessa de lucros e do pagamento de "royalties" pela utilização de tec-

nologias, marcas e patentes. Estes e outros factores explicam o déficite crescente das balanças de pagamentos e a recorrência inevitável ao crédito externo, que conduz a novas sangrias de divisas para o pagamento das amortizações e juros, num montante que chega muitas vezes a representar cerca de 30 a 50 por cento do volume global das exportações.

As tentativas reformistas de transformação agrícola realizadas na década de 60 alteraram favoravelmente a situação no campo. Actualmente uma reforma agrária de tipo tradicional, com o objectivo de constituir uma pequena burguesia rural, tem fracas perspectivas. A agricultura foi modernizada parcialmente, não através da pequena propriedade agrícola, mas da "racionalização" do latifúndio e da penetração massiva no campo das empresas multinacionais dedicadas à agro-indústria.

Uma consequência disto é a expulsão massiva de mão-de-obra agrícola rumo às cidades e a formação de grandes massas de assalariados agrícolas — na maior parte das vezes de carácter temporário — que trabalham durante pequenos períodos do ano (nas safras) e que vivem muitas vezes em pequenas cidades cercadas de zonas rurais. Outros camponeses dirigiram-se directamente às grandes cidades aumentando a explosão urbana e formando as grandes massas marginais apinhadas nos bairros de lata das capitais latino-americanas. Isto exacerba a crise das grandes cidades, o descontentamento social e a miséria das massas urbanas.

A juventude dos nossos

países vê-se impossibilitada de trabalhar devido à limitação dos mercados de trabalho criados pelo estilo de industrialização já assinalado. A sua pressão sobre o sistema escolar e sobre as universidades gerou grandes concentrações escolares, onde uma marginalização esclarecida cria um foco de inquietação e rebelião social. A oposição ao regime capitalista encontra ali uma das suas fontes mais importantes, afectando de forma aguda a estrutura ideológica dos países latino-americanos e criando o quadro para uma cultura de classe média contestatária e de oposição social e política.

Nem as ditaduras de direita, nem os regimes militares progressistas, nem os regimes liberais de cariz reformista conseguiram pois abrir um caminho para as aspirações sociais dos povos latino-americanos.

Cada vez mais se está a configurar uma situação socio-económica e política mais explosiva na América Latina. O adiamento da concretização das aspirações populares converte-se no ponto de partida de um movimento social crescentemente radicalizado.

No plano popular desenvolve-se a organização do movimento operário, visando defender-se dos programas de governo que procuram limitar as suas conquistas, ou, como nos casos das ditaduras militares, destroem violentamente os direitos e garantias obtidos em anos e anos de luta. Dentro de um contexto in-



Carter: mudar a política para manter a hegemonia.

ternacional de crise, no qual os movimentos sindicais retomam o caminho da unificação, forjam-se importantes movimentos unitários na América Latina. Estes converteram-se no centro de uma mobilização social e política de alcance cada vez mais profundo, na

medida em que se vai mostrando claramente a impossibilidade de resolver os problemas dos trabalhadores num plano estritamente sindical. Forjam-se as bases de uma unidade de classe que dê origem a um projecto social sob a sua hegemonia e que se reflecta



Os povos começam a retomar a ofensiva na América Latina.

também, no plano político, através dum crescente desenvolvimento dos partidos operários e populares.

Este movimento operário tende a catalisar amplos sectores de trabalhadores da classe média e de um sub-proletariado urbano em crescimento. Também tende a liderar os assalariados rurais, cujo peso é crescente, e as massas camponesas, que ainda se encontram em luta contra as relações sociais pré-capitalistas.

Ao mesmo tempo, a radicalização do movimento estudantil e das novas camadas de professores universitários dá dimensões impressionantes a uma intelectualidade cada vez mais sensibilizada por um pensamento revolucionário.

Finalmente, as camadas da burguesia duramente afectadas pelo processo de concentração económica, monopolização e desnacionalização da economia, vêm-se atraídas rumo ao movimento popular. Ou, pelo menos, perdem as suas

aspirações a uma hegemonia política e ideológica, escudando-se numa crítica económica, cada vez mais sem perspectivas, ao estado de coisas existente.

Neste ambiente social é possível entender que se esteja desenvolvendo na América Latina, no actual momento, uma série de acontecimentos que formam o ponto de partida para uma nova onda de lutas populares de grande alcance histórico.

Não é surpreendente que estas lutas encontrem alguns pontos programáticos catalizadores que correspondam exactamente às aspirações secularmente adiadas. Porém, existe uma mudança evidente em relação ao passado. Aquilo que antes eram reivindicações limitadas pela hegemonia de elites sociais ou de sectores das classes burguesas nacionais, converteram-se cada vez mais na base de uma transformação social muito mais profunda.

A luta pela soberania na-

cional, pela independência económica e pela democracia nos países latino-americanos, escapa ao círculo limitado do passado. Está cada vez mais claro para os povos que estas reivindicações básicas não podem ser alcançadas dentro da ordem económico-social capitalista. Uma palavra básica começa a dar fundamento e sentido a estas lutas: o socialismo.

Este é o início de uma nova etapa de lutas populares no continente. A experiência da revolução cubana e a realidade internacional começam a consolidar-se na consciência das grandes massas. Os acontecimentos que são descritos neste número dos *Cadernos do Terceiro Mundo* nada mais são que a ponta de um "iceberg". Quando este bloco de gelo emergir terá uma cor resplandesciente e anunciará uma era de independência, justiça social e paz para os nossos povos.

BOLÍVIA

Uma grande vitória

Entrevista de Micaela
Ramada
com a senhora
Ema de Torres

*Pela primeira vez em
muitos anos, uma
ditadura latino-americana
é forçada a fazer
importantes concessões
e a conceder uma
amnistia geral.
A senhora Ema de
Torres, viúva do gen.
Juan José Torres,
analisa para os Cadernos
do Terceiro Mundo os
principais aspectos
dessa conquista
histórica.*



No quadro das lutas populares dos últimos tempos, as conquistas alcançadas na Bolívia têm uma importância singular, dadas as características do movimento social que lutou por elas.

Uma greve de fome que começou com mulheres e crianças e pôde parecer uma ingénua iniciativa destinada ao fracasso, transformou-se num protesto massivo em que participaram mais de trezentas mil pessoas apoiadas por dezenas de milhar de mineiros e outros trabalhadores, fortalecido pela atitude militante da Igreja e levado aos mais distantes confins do país pela solidariedade comprometida dos camponeses.

Nenhum sector social ficou alheio ao facto. A Bolívia vibrou depois de anos de aparente silêncio político.

A ditadura mostrou a sua fraqueza. Ficaram expostas as profundas contradições no seio das Forças Armadas, a falta de uma liderança militar, e a perda de prestígio, entre os seus pares, do general Banzer.

O irresistível movimento popular cresceu então até chegar a limites intoleráveis para o regime, e Banzer teve que ceder. Importantes reivindicações foram conquistadas pela luta: a Liberdade Sindical e Política, a Amnistia Geral e Irrestrita, a readmissão dos despedidos por razões políticas e sindicais.

A vitória foi do povo boliviano, tanto no interior do país como no exterior. Muitos exilados aderiram à greve de fome em apoio dos seus compatriotas, nas diversas capitais onde residiam.

Nesta solidariedade des-

de o exterior jogou um papel destacado a senhora Ema Obleas de Torres, viúva do ex-presidente Juan José Torres. A sua participação no grupo pioneiro de grevistas no exílio, que se reclinou na sede da Federação Latino-Americana de Jornalistas (FELAP), na capital mexicana, para levar adiante o seu jejum combatente, constituiu uma motivação para outros compatriotas que aderiram a esta forma de solidariedade militante em diversas partes do mundo.

Na Bolívia foi noticiada a sua presença à frente da equipa de grevistas no México e o povo sentiu-se reconfortado. Juntamente com ela estavam outras mulheres: Mercedes Urreolaogistia e Vilma Ballón Alvarado. Ema — como é carinhosamente conhecida nos meios políticos latino-americanos — confirmou com essa atitude a sua decisão de continuar a luta do general Torres dando novamente provas da sua integridade e do seu compromisso político. A ex-primeira dama da Bolívia quis ser uma lutadora a mais.

Em sua casa na cidade do México conversámos longamente com ela. Juan Carlos, o seu filho menor, participou por alguns momentos do diálogo. Encontrámos a senhora Ema Torres temperada pela terrível experiência que passou na Argentina, quando o seu marido foi assassinado; enriquecida por aquilo que ela mesmo descreve como a descoberta no exílio de que a família de uma pessoa não é mais aquela limitada pelos vínculos de sangue, mas os homens e mulheres latino-americanos com os quais compartilha-

mos os rigores do exílio. No meio da tristeza de estar longe da Pátria esta constatação não deixa de ser um motivo de profunda alegria — acrescenta.

Na sala um grande cartaz com a figura do General Torres domina uma das paredes. É um presente que me deram na República Democrática Alemã — explica a Sra. Ema — é uma ampliação de uma pequena foto retirada de um periódico.

Confio no povo

— Quais os resultados mais importantes da greve de fome, Ema?

— A greve de fome vitoriosa que se desenvolveu entre o dia 29 de Dezembro e 18 de Janeiro último, na Bolívia, alterou a correlação de forças políticas e sociais no nosso país, já que como resultado deste movimento foi obtida a libertação dos presos políticos, a volta dos exilados, a legalização das organizações operárias, a reincorporação dos trabalhadores despedidos por motivos políticos ou sindicais, inclusivamente daqueles que entraram na greve quando foi assassinado o general Torres.

Esta situação possibilitou que, na última semana de Janeiro, regressassem à Bolívia importantes dirigentes políticos de esquerda e que outros deixassem a clandestinidade, como aconteceu com os dirigentes da poderosa Federação dos Trabalhadores Mineiros que ocuparam os escritórios da FSTMB, na cidade de La Paz. Esta medida foi adoptada sem esperar pelo decreto governamental que

deveria "regular" a actividade sindical.

Estes passos permitiram à Central Operária Boliviana (COB) e à Federação dos Mineiros a convocação de eleições sindicais nos próximos trinta dias. Considera-se que dentro de três meses proceder-se-á à nomeação democrática dos dirigentes a nível nacional, com o que ficarão reestruturadas essas organizações que são o instrumento mais importante com o qual contam as classes trabalhadoras do país.

— Por que se escolheu como forma de luta a greve de fome?

— É a primeira vez na história que se dá uma greve de fome massiva. Nunca antes ocorrera algo similar. Participaram mulheres, crianças, sacerdotes, leigos, trabalhadores e dirigentes políticos.

Trata-se de uma forma de luta nova na Bolívia. É que o nosso povo é sábio. Vai experimentando diferentes formas de luta de acordo com as circunstâncias. Este é o valor deste facto: não se imitou o que foi feito noutras partes. O próprio povo boliviano munuiu-se dos instrumentos de luta de acordo com as circunstâncias e a realidade do país.

Por isso eu confio no povo. Nenhum teórico diria isto: "Tem que se fazer uma greve de fome". Porque eles em geral não criam, imitam, transplantam mecanicamente o que leram nos livros. Essa greve de fome foi um primeiro passo importante. É claro, porém, que não esgota a resistência.

— Que aspecto desta greve é que lhe parece o mais importante?



— A participação da mulher! Começaram a greve 4 mulheres e 13 crianças. A partir delas vão-se juntando os demais. A evolução política da mulher no continente latino-americano é uma das derrotas mais importantes que sofreu o imperialismo. Porque não se

trata somente das mulheres jovens, das novas gerações que já nasceram com uma outra mentalidade. São as mulheres da minha geração, nós que fomos criadas de costas para o povo, educadas para travar os nossos maridos nas suas lutas políticas, as que agora com-

Bolivia prendemos que não podemos viver de olhos vendados, encerradas nas quatro paredes do nosso lar.

A mulher é agora a companheira de luta do homem. Não aquela que por medo tenta sujeitá-lo na sua actividade política. A mulher latino-americana incorporou-se definitivamente nas lutas populares. Isto está claro no caso do Chile, da Argentina, do Uruguai e, naturalmente, da Bolívia.

Isso reflecte-se no grande número de mulheres presas políticas ou assassimadas pelas ditaduras. O imperialismo perdeu assim um dos seus aliados mais importantes no continente, a mulher medrosa que era um obstáculo para a militância do marido e dos filhos. Eu posso testemunhar pela minha experiência pessoal.

Oxalá estivesse mais preparada para ser melhor companheira do meu marido quando estava no governo! Para poder discutir politicamente com ele. Mas sinto-me realizada na minha filha mulher, nos meus filhos em geral que já são o fruto desta nova realidade. Porque sei que estão a preparar-se para ser quadros ao serviço da sua Pátria. É sobretudo na minha luta que penso continuar.

Esta greve é uma vitória da mulher boliviana na sua emancipação política.

— Foi também importante a atitude decidida dos exilados que aderiram à medida dos compatriotas que lutam dentro do país...

— Foi uma experiência muito bonita. Nós exilados não tivemos oportunidade de tomar contactos por telefone, de concertar uma

forma de actuação, nada. Foi uma atitude espontânea. Sabíamos que no nosso país o povo estava a lutar e surgiu a resposta dos diferentes países onde há exilados bolivianos. Aderimos à greve de fome.

— Em que países isto ocorreu?

— Nos Estados Unidos, no México, Peru, Venezuela, Espanha, França e Bélgica.

Dezanove mil exilados podem regressar

— Ema, você pensa que Banzer não fará marcha atrás nas suas promessas. Não considera precária a palavra outorgada de respeitar todas as concepções políticas?

— Não se trata de Banzer querer manter a sua palavra. Creio que terá de a respeitar porque o povo continua mobilizado, porque o povo está na rua.

Hão-de respeitar aquilo que foi arrancado na luta. Além disso, o facto de já se encontrarem na Bolívia os dirigentes sindicais e os chefes dos partidos políticos dificultaria ainda mais a burla do compromisso assumido. A resposta não se faria esperar.

— Já se tem ideia de quantos presos políticos foram beneficiados pela Amnistia?

— O governo nunca deu cifras dos presos políticos porque negava que existissem. Mas sabe-se que 19 entre eles passaram à justiça comum, depois de anos de detenção arbitrária e sem nenhum tipo de garantias. Foi um passo importante já que a justiça entendeu não haver quaisquer elementos para manter a

sua prisão arbitrária e determinou a sua libertação. Ficou claro que se tratava de presos políticos, os quais eram rotulados de "extremistas" pelo governo de Banzer, por causa das suas ideias patrióticas.

— Quantos exilados foram abrangidos pela Amnistia?

— Segundo a Assembleia pelos Direitos Humanos, 19 mil bolivianos estavam no exterior na qualidade de refugiados. Claro que nem todos tinham o estatuto de asilados. Aqui no México recebemos muitos bolivianos que saídos das prisões e expulsos do país chegavam na qualidade migratória de turistas, porque o governo de Banzer não lhes reconhecia outra.

É uma grande vitória que esses milhares de pessoas possam regressar ao país e reintegrar-se nas suas famílias.

— Pode afirmar-se que a greve de fome generalizada foi um processo espontâneo?

— Não, não foi um movimento espontâneo. Estas coisas são muito organizadas. A classe operária da Bolívia sempre trabalha de forma organizada. Uma das coisas mais importantes é que os trabalhadores responderam sempre às orientações que da clandestinidade partiam dos dirigentes sindicais. Essa greve foi uma demonstração da maturidade que a classe operária alcançou na Bolívia. Os líderes são acatados a cem por cento, enquanto as coordenadoras laborais do governo nunca puderam fazer-se respeitar.

— Pela veemência das suas palavras, Ema, observo que você sente profundamente esta atitude militan-



Emma de Torres a participar da greve de fome na sede da FELAP, no México.

te dos trabalhadores bolivianos...

— Emociono-me quando falo da classe operária da Bolívia. Foi o meu marido que me ensinou a amá-la, a amar o povo do meu país. E não se enganou. Foi o seu povo que fez com que Banzer tivesse que ceder.

— Acredita que a legalização das organizações operárias é um passo decisivo?

— Absolutamente. A vigência das liberdades sindicais na Bolívia é fundamental. Que poderiam fazer os partidos políticos sem a legalidade da COB, da Federação Mineira?

Uma frente anti-imperialista

— Qual é a resposta política dos sectores progressis-

tas bolivianos à conjuntura que se abriu com a vitória popular de Janeiro?

— Os dirigentes dos partidos, grupos e forças de esquerda encontram-se em conversações amplas e existe a possibilidade de se estruturar uma ampla frente nacional.

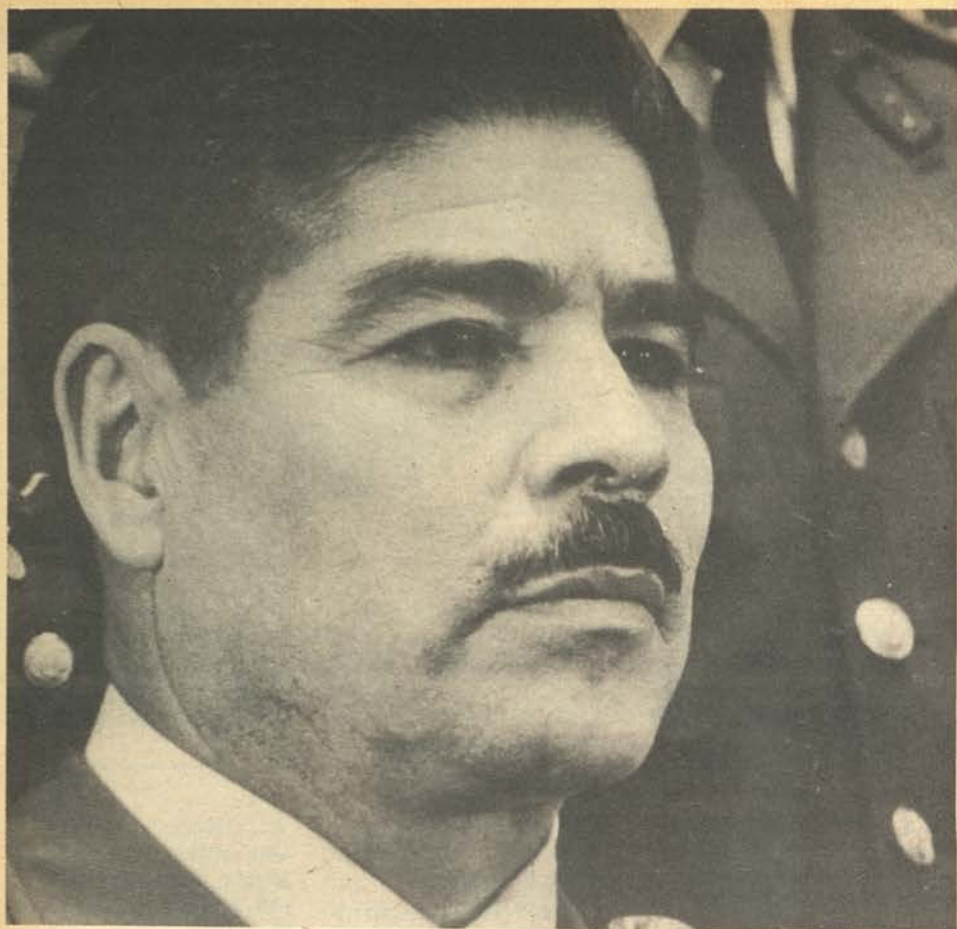
— Seria uma frente para a conjuntura eleitoral de Julho próximo?

— Penso que deve analisar-se a situação da Bolívia com muita clareza. Não se pode criar uma frente só para as eleições (se é que as vai haver...). Temos que planear uma actividade política a longo prazo. Não serviria ao processo uma frente para dois ou três meses. Temos que pensar numa frente a longo prazo com uma plataforma anti-

-imperialista e democrática. Que sentido teria uma frente que não se definisse como anti-imperialista e democrática?

— E qual seria, além desta definição a plataforma dessa frente?

— O povo tem muito presente o período de governo do general Torres. Foi o último período de avanços sociais e políticos que teve a Bolívia. Porque com Banzer recuou-se. A plataforma da frente tem que colocar, no imediato, a vigência das medidas anti-imperialistas ditadas durante os governos dos generais Ovando Candia e Juan José Torres, como uma base para, logo, aprofundar o processo de libertação nacional e social na Bolívia. Todos aqueles pontos têm vigência actualmente.



Juan José Torres: o seu governo progressista foi deposto pelo golpe de estado do gen. Hugo Banzer em 71. Foi assassinado no exílio, em Buenos Aires em 1976.

A solidariedade latino-americana

10

— Qual foi a sua experiência pessoal durante os dias de greve de fome no México?

— O mais importante para mim foi a solariedade demonstrada por todos os latino-americanos. Porque senti também que de certa forma eles fizeram da nossa luta a sua luta e que por isso tomaram a nossa vitória como a sua própria vitória. Em particular me impressionou a solidariedade dos partidos e das associa-

ções sindicais mexicanas que se sentiram também comprometidas com o problema.

Menciono isso porque quando acabávamos de chegar aqui, a Bolívia era para o mexicano algo muito distante. Isto mudou radicalmente desde há um ano e meio. Quer dizer que o exílio dos latino-americanos também trouxe algo para o povo mexicano que foi tão fraternal no seu acolhimento. Está a fazê-lo sentir — assim como nós o sentimos a partir da experiência do exílio — que a Pátria Grande Latino-Ame-

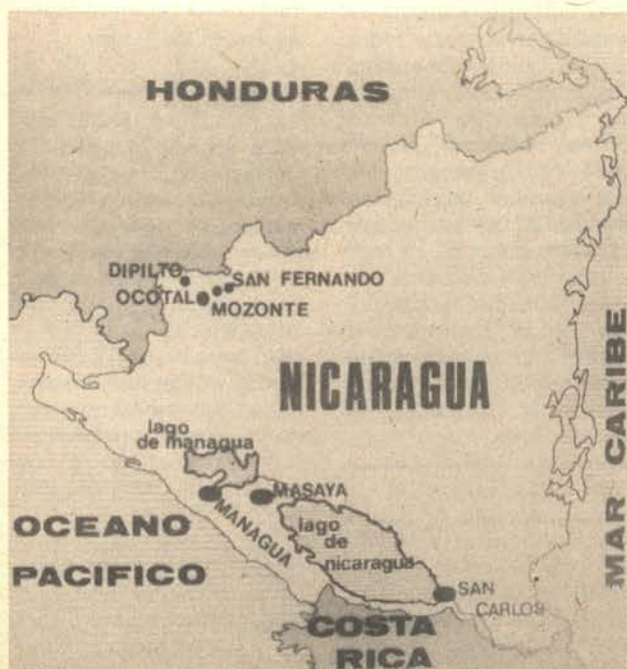
ricana é um projecto viável. A América Latina é uma só. E esta foi, a nível pessoal, uma das lições mais importantes do exílio: compreensão de que as lutas dos nossos países não podem ser tomadas como coisas isoladas. Por isso sentimos que estamos todos comprometidos com a Nicarágua rebelada contra a ditadura. Por pequena que possa ser uma vitória, em qualquer país da América Latina, nós, os latino-americanos, assumimo-la como um triunfo próprio, e isso é muito importante. ●

CONTRA-
OFENSIVA
POPULAR

NICARÁGUA

Porque Somoza ainda não caiu?

*Os antecedentes históricos,
o significado
e as consequências da onda de protestos populares
que sacudiu a Nicarágua nas últimas semanas.
As razões pelas quais a ditadura ainda se sustenta
e as que determinam que a sua queda seja inexorável
a médio prazo.*



Victor Monge

É indubitável que a família Somoza, contra a qual luta o povo da Nicarágua há mais de quarenta anos, encontra-se ferida de morte.

Os acontecimentos de Janeiro deste ano constituem um importante e certo golpe popular nas próprias raízes do poder ditatorial.

Devido ao assassinio de Pedro Chamorro, director e proprietário do diário oposicionista "La Prensa" e líder da União Democrática de Libertação (UDEL), desenvolveram-se ao longo de todo o país, e principalmente na capital, Manágua,

Nicarágua grandes manifestações públicas de protesto. O povo lançou-se às ruas de uma maneira nunca vista anteriormente na Nicarágua, tanto pela magnitude da participação popular, como pelo carácter das suas exigências.

As palavras de ordem dos manifestantes começaram por exigir que se esclarecessem as circunstâncias e indicassem os responsáveis do crime, já que se espalhou a suspeita de que no mesmo estão envolvidos membros da família Somoza, o que não parece absurdo tendo em vista a longa história daquele valente opositor, e à não menos longa série de assassinios cometidos pelo regime.

Com o passar das horas e dos dias as manifestações de rua aumentavam de extensão e as suas exigências adquiriam uma cada vez maior profundidade. As multidões inspiradas por organizações tais como a Frente Sandinista de Libertação Nacional, a Confederação Geral dos Trabalhadores, o Partido Socialista da Nicarágua e a própria UDEL, reclamavam a liberdade dos presos políticos, o fim das torturas e dos assassinios nas prisões; o termo do genocídio contra os camponeses e o respeito às liberdades democráticas.

No entanto, nada disso é viável ou possível na Nicarágua sem um requisito prévio que as massas compreendam rapidamente: o afastamento do poder da família Somoza e dos seus cúmplices civis e militares. Esta última exigência foi também incorporada às palavras de ordem dos manifestantes.

O movimento assumiu

tal força que os próprios organismos da iniciativa privada aderiram e convocaram os empresários a uma greve geral que foi amplamente seguida durante três semanas. Outro tipo de reivindicação foi acrescentada a partir das perspectivas destes novos participantes nos protestos: a independência do poder judicial e o fim da "concorrência desleal" da família Somoza no campo dos negócios.

Ao mesmo tempo que se levava a cabo a greve, desenvolviam-se várias acções militares da Frente Sandinista de Libertação Nacional entre as quais se destaca a ocupação por algumas horas e a captura de armamento na importante cidade de Ribas, o ataque à guarnição de Penas Blancas, posto na fronteira com a Costa Rica e outros golpes não menos espectaculares.

Ao iniciar-se a última semana da greve quase todos os observadores coincidiam em prognosticar a queda do regime. Na América Central recorda-se que em 1944 uma greve geral fez cair o ditador Maximiliano Hernandez Martínez, que exercia o poder há 14 anos e fora responsável pela matança de trinta mil camponeses em 1932. Outra greve similar fez desaparecer do cenário político o general Ubico, na Guatemala, na mesma época.

O que aconteceu?

No entanto, a partir do dia 7 de Fevereiro, os empresários nicaraguenses começaram a abrir paulatinamente as portas dos seus estabelecimentos, com o

que começou o fim da greve e se assegurou a permanência por um tempo suplementar de Somoza no poder. O que acontecera?

Para compreendê-lo é necessário analisar a realidade nicaraguense sob diversos ângulos. Em primeiro lugar deve encontrar-se uma explicação para o facto de se ter estabelecido na Nicarágua um regime que se mantém solidamente no poder durante mais de quarenta anos, apesar da sistemática luta do povo nicaraguense pelo seu derrube.

Em segundo lugar é necessário compreender quais são as condições que a luta popular não pôde ainda reunir, apesar dos seus esforços. Depois de isto examinado, chegaremos à necessária conclusão de que os dias da ditadura estão contados e que a história não se irá deter na Nicarágua.

As bases do poder da ditadura

A primeira coisa que chama a atenção na situação nicaraguense é a persistência de um regime que se mantém no poder há quatro décadas, não obstante a forte oposição do povo e o generalizado desprestígio internacional. É de estranhar também que a contribuição de importantes sectores empresariais que aderiram à luta popular, não tenha precipitado a sua queda, em Janeiro deste ano.

A explicação de tal fenómeno deveria ser procurada em algumas das características particulares da história da Nicarágua. Estas mostram como a família



Cena dos distúrbios em frente ao cemitério quando do enterro de Chamorro

Somoza se apodera do poder político, em 1934, num momento histórico no qual nenhum grupo social interno chegara a constituir-se no sector económico dominante e modernizante da sociedade nicaraguense, ao mesmo tempo em que da mesma maneira, nenhum grupo político chegara a apoderar-se do controlo político, devido à ocupação do país pelos "marines" norte-americanos.

Para explicar como isto foi possível, é necessário conhecer alguns aspectos relevantes da história da Nicarágua.

A presa cobiçada dos EUA

A América Central tem sido, desde sempre, um território cobiçado pelos Estados Unidos. Já em 1856, William Walker, um filibusteiro norte-americano, com o apoio envergonhado mas indubitável do seu governo, aproveitando-se de divisões

internas, logrou autoproclamar-se pela força das armas e pela intriga, Presidente da Nicarágua.

O seu propósito era o de expandir o território da União Americana e implantar o escravagismo para precaver-se contra a sua quase segura abolição iminente nos Estados Unidos. Foi necessário que o invasor tentasse levar a guerra até à Costa Rica para sofrer a sua primeira derrota, a qual terminou por transformar-se em definitiva quando um exército composto por todos os países centro-americanos entrou vitoriosamente em acção. Foi assim que os invasores foram expulsos da América Central em 1857.

Regressaram porém meio século depois, já não disfarçados de filibusteiros, mas envergando o uniforme oficial dos U.S. Marines. Isto deu-se quando na passagem do século o poder foi conquistado na Nicarágua pela tendência liberal, cujo re-

presentante mais proeminente era o presidente José Santos Zelaya, que governou entre 1893 e 1909.

Foi expulso do poder por uma intervenção directa do governo dos Estados Unidos, que começa como uma acção diplomática em 1909 e toma em 1912 a forma de uma ocupação militar por parte dos marines norte-americanos. O verdadeiro motivo desta intervenção foi a política relativamente anti-norte-americana de Zelaya, que não só se negou a aceitar algumas das exigências financeiras de companhias norte-americanas, como também oferece à Alemanha e ao Japão a concessão do direito de construir através do território nicaraguense um canal inter-oceânico semelhante ao do Panamá. Isto contra os desejos dos Estados Unidos que tinham interesse em conservar para si este direito.

O país passou a ser directamente governado pelo

exército invasor ainda que, para salvar as aparências, alguns complacentes nicaraguenses tenham ocupado, em certas ocasiões, postos de importância, inclusive a Presidência da República.

Os marines desocuparam a Nicarágua em 1925 quando acreditam ter estabelecido para sempre a sua pax na república centro-americana, mas têm que regressar em Dezembro de 1926 quando os liberais, liderados por Sacasa encontram-se a ponto de derrubar o conservador e pró-ianque Adolfo Díaz.

Novamente os "marines" mantêm o controlo do país, até que logram um acordo com o seu adversário, o liberal Juan José Moncada, que traindo o seu chefe Sacasa aceita a presidência da República em troca da sua submissão aos interesses norte-americanos. Foi uma jogada de mestre dos ianques porque com isso se propunham controlar os seus inimigos comprando o seu chefe militar máximo.

Quando a traição estava pronta a consumir-se, porque todos os chefes intermediários do exército liberal de Moncada aceitaram a ignóbil transacção, um deles, o mais popular, o de origem mais humilde, o mais querido entre os camponeses da região das Segóvias e, entre os operários das minas, levantou-se altivo contra a traição e declarou que não deporia as armas enquanto o exército invasor não tivesse abandonado o território nicaraguense.

Chamava-se Augusto César Sandino. Os marines tentaram aniquilá-lo militarmente empregando um

FSLN e OLP unidos

"A utilização do estado racista israelita pelo imperialismo, no assessoramento técnico-militar, na provisão de armamentos e recursos económicos à ditadura nicaraguense, encabeçada pela família Somoza, preocupa as organizações representativas do povo palestino e do povo nicaraguense". Assim se expressa o Comunicado Conjunto assinado, depois de vários contactos, por representantes da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) e da Organização para a Libertação da Palestina (OLP).

No documento condenam-se igualmente "as manobras norte-americanas tendentes a minar a unidade árabe, apoiando-se nos interesses reaccionários do Médio Oriente".

"Os povos da Nicarágua e Palestina — afirma o comunicado — ainda que separados por milhares de quilómetros, encontram-se unidos na identidade dos seus interesses e na luta contra um inimigo comum. Os destinos de ambos os povos foram ameaçados pelo imperialismo inglês, que apontava a Palestina, a Nicarágua e o Uganda, como países onde se podia estabelecer o estado sionista. Isto demonstra a falsidade das considerações sobre os supostos direitos históricos dos sionistas sobre o solo palestino."

No momento actual, afirmam as organizações revolucionárias nicaraguense e palestina, "o Estado Sionista serve como fornecedor de armas aos regimes impopulares da América Latina, especialmente à Guatemala, El Salvador e à Nicarágua."

O documento, assinado por Issam Salim, representante da OLP para a América Latina e José Escobar membro da Direcção Nacional da FSLN destaca que "a identificação e a solidariedade entre os povos palestino e nicaraguense ultrapassou os marcos da declaração teórica", já que "o internacionalismo foi selado com o sangue generoso dos combatentes sandinistas caídos pela causa palestina em 1970". A FSLN e a OLP consideram que "os nossos povos enfrentam um inimigo comum: o imperialismo, as manobras diversionistas da chamada política dos direitos humanos e as maquinações das forças da reacção locais".

Ambas as organizações expressam a sua solidariedade com o Exército Guerrilheiro dos Pobres, da Guatemala e com as Forças Populares de Libertação Farabundo Martí, de El Salvador.

abundante e moderno equipamento militar e grandes quantidades de soldados. Tudo isso foi inútil. Enfrentavam nada menos que um precursor da guerra de guerrilhas e um dos mais altos expoentes da guerra popular. Só lograram a sua desmobilização e a dos seus homens quando, tal como exigia o herói, o último *marine* abandonou o território nicaraguense.

No entanto a traição já estava preparada: os ianques deixaram instalada a Guarda Nacional, simples agência ou sucursal do exército norte-americano, comandada por Anastasio Somoza García quem, aproveitando-se de uma reunião conciliatória de Sandino com o presidente Sacasa, assassina traiçoeiramente Sandino e depõe Sacasa para instalar-se a si mesmo na Presidência, a qual não mais abandonaria até ao seu *ijusticiamento*, pelas mãos do poeta, mártir e herói, Rigoberto Lopez Perez, em 1956.

Uma história interrompida

Se repetimos esta história, ainda que seja conhecida, foi para nela recuperar uma perspectiva que nem sempre tem sido tomada em consideração e que é importante para que se possa explicar a profundidade do domínio somozista. Uma releitura destes acontecimentos deixa claro que na Nicarágua, por motivo das guerras civis e das intervenções norte-americanas, se criaram obstáculos ao processo de desenvolvimento capitalista, ainda que não o tenham interrompido definitivamente, que se estava a dar nos res-



Manifestação popular no enterro de Chamorro

tantes países centro-americanos e latino-americanos nesta época. Zelaya foi a expressão política do início deste processo.

A sua oposição à expansão norte-americana distinguiu-o daqueles estadistas liberais que lograram concretizar a sua obra de ajustamento das instituições estatais às necessidades do desenvolvimento capitalista. Essa sua posição anti-imperialista impediu-o e aos seus correligionários de completar a obra liberal modernizadora.

Porém, existiu algo mais. A ocupação militar norte-americana e as guerras civis que se estenderam desde 1912 (data do primeiro desembarque dos *marines*) até 1934 (assassínio de Sandino) coincidem com uma etapa importante na formação das burguesias nos restantes países centro-americanos.

Em outras palavras: a agitação da vida política nica-

raguense e mais concretamente as guerras civis, a ocupação militar e a impossibilidade de realizar um projecto político liberal, criaram obstáculos à formação de uma burguesia importante.

É por isso que Somoza ao tomar o poder em 1934 também teve a capacidade para tomar de assalto o mundo dos negócios. Da sua dupla posição de Presidente e de chefe da Guarda Nacional, consegue penetrar cada vez mais profundamente no controlo da economia, que usufrui de maneira estritamente pessoal. Não deixou passar nenhuma oportunidade para expandir a sua fortuna para a qual utilizou todos os meios ao seu alcance.

Só para dar um exemplo, pode mencionar-se a forma pela qual se converteu num grande cultivador de café. Devido à Segunda Guerra Mundial, e seguindo as

orientações da diplomacia dos Estados Unidos, foram expropriados pelo Estado os alemães donos de extensas plantações de café e de fábricas transformadoras deste produto. As propriedades assim confiscadas foram vendidas em leilão público. Neste leilão só existe um licitador que as adquire por uma soma ridícula. Este licitador é Anastasio Somoza que se converte a partir de então no principal produtor e exportador de café do país.

Com estes e outros parecidos recursos vai intervindo noutros ramos da produção agrícola, como a pecuária, mais tarde o algodão, o mesmo sucedendo em relação a outras actividades, como as finanças, os serviços e a indústria.

Hoje em dia a chamada "Sucesión Somoza" e as empresas pessoais do actual ditador Somoza Debayle e de outros membros da sua família controlam um dos primeiros bancos do país e todas as suas ramificações, a principal empresa de navegação, importantes quantidades de acções das principais empresas de aviação que operam na Nicarágua, das indústrias mais importantes, das empresas algodoeiras. Controlam também uma alta percentagem da pecuária e são os latifundiários mais importantes do país.

Quer dizer: o poder económico, que em qualquer outro país está nas mãos de um sector da burguesia, na Nicarágua está concentrado numa só família que, além disso (e por isso mesmo), mantém um férreo controlo político.

Desta altíssima concentração do poder económico derivam muitos dos obstá-

culos com os quais esbarra a luta popular. Se em outras experiências históricas (por exemplo El Salvador e Guatemala na década dos 40) a ditadura foi ao ar como resultado de uma insurreição popular combinada com profundas contradições dentro dos grupos económicos dominantes reflectidas dentro dos aparelhos repressivos do Estado, na Nicarágua ambas as condições requerem vencer enormes dificuldades.

No que se refere às contradições entre os grupos dominantes, é evidente que sendo o clan Somoza o principal grupo económico e estando presente em todos os ramos da economia, as possibilidades de contradições no seio da burguesia diminuem. O reflexo destas eventuais contradições no interior das forças repressivas é menos provável porque a ditadura utilizou a sua influência para proporcionar possibilidades de enriquecimento aos seus cúmplices civis e militares. Os oficiais da Guarda Nacional converteram-se por este processo em empresários ou fazendeiros.

Por outro lado, a ditadura logrou desarmar as tentativas de organização popular mediante uma feroz repressão. Toda a organização de classe é combatida, os sindicatos não têm existência legal, os partidos políticos são formalmente inexistentes. Se algo existe de constante, de persistente e quotidiano nos quarenta anos de ditadura, é a destruição de toda a tentativa de organização popular e a aplicação dos métodos mais efectivos para fazer "desaparecer" os dirigentes populares.

É por isso que apesar do

grande espírito de luta do povo nicaraguense, manifestado nas heróicas jornadas de Janeiro deste ano, não foi possível a conversão do protesto em insurreição. Ainda falta no seio do povo uma estrutura organizativa generalizada e eficiente que possa orientar a rebeldia e levá-la a um grau mais elevado.

Esta carência não é atribuível de nenhuma maneira às organizações que lutam contra a ditadura. Pelo contrário. A construção de uma estrutura organizativa arraigada no povo e altamente eficaz é uma das metas dos sindicatos, dos partidos e das combativas organizações revolucionárias na Nicarágua. As formas especiais de dominação somozista tiveram até agora bom êxito em reprimi-los. A tudo isto há que juntar a relativa debilidade da classe operária e o escasso desenvolvimento educativo do povo, devido ao alto nível de analfabetismo, que não só é derivado ao atraso produzido pelo regime, mas, inclusivamente, fomentado por ele como uma forma de fortalecer o seu domínio.

Porque Somoza cairá

O exame destas mesmas circunstâncias que nos explicam a persistência do regime, se analisadas do ponto de vista da evolução que tiveram durante as jornadas de Janeiro, levam-nos à conclusão de que a ditadura não sobreviverá muito tempo. Vejamo-las uma a uma.

É evidente que um grupo da burguesia nicaraguense tem actualmente importan-

tes contradições com a família Somoza, e que existe uma tendência dentro da diplomacia norte-americana que pretende desfazer-se desta. A esse respeito vale a pena recordar dois factos das jornadas de Janeiro. Por um lado, as exigências das organizações da iniciativa privada, e por outro as circunstâncias do fim da greve dos empresários. Recorde-se que entre as reivindicações dos empresários figurava o fim da "concorrência desleal", que a família Somoza exerce contra os outros empresários.

Isto mostra que os sectores da burguesia nicaraguense não ligados directamente ao ditador sentem que a concorrência exercida por este priva-os da possibilidade de fazerem bons negócios. É digno de nota que os referidos sectores tenham reunido bastante força nos últimos anos. São os proprietários do outro importante banco do país (o primeiro está sob o controlo de Somoza), de extensas plantações de cana de açúcar e de algodão, de indústrias importantes e várias empresas de serviços. O fim da greve mostra que houve uma negociação entre ambos os grupos, na qual actuou necessariamente um mediador.

Afirma-se na Nicarágua com bons fundamentos que o mediador foi a embaixada dos Estados Unidos. Este país, que é o responsável directo pela instalação do primeiro Somoza no poder e pela sua consolidação, encontra-se numa posição difícil por causa da política de direitos humanos da Administração Carter. Ainda que a citada política esteja destinada a

outros fins, é certo que a diplomacia norte-americana não pode considerar-se alheia a um regime que aparece aos olhos da opinião mundial como um dos mais desrespeitosos da pessoa humana. Existem pois contradições dentro dos órgãos diplomáticos norte-americanos com relação à Nicarágua. Dentro delas joga um papel importante o lobby de Somoza nos Estados Unidos, que, juntamente com o sector que defende o regime sul-coreano, é um dos que mais distribui dinheiro na compra de influências, em Washington.

Apesar da oportuna intervenção norte-americana, a negociação de Somoza com o sector opositor da burguesia não terá um carácter permanente; as tensões pelo controlo dos negócios continuarão, devido à voracidade do ditador e à necessidade dos outros de aumentarem — como toda a burguesia que não queira

perecer — o ritmo da sua acumulação.

As tensões no interior da diplomacia norte-americana também continuarão, apesar da forte tendência pró-somozista existente no seu interior, porque os Estados Unidos deram mostras de quererem experimentar — para evitar o fortalecimento de uma alternativa popular — uma forma de dominação menos brutal e sangrenta, na Nicarágua.

O ascenso popular

As jornadas de Janeiro representaram grandes conquistas do ponto de vista popular. É um destes casos em que o povo, faz avançar mais a História em três semanas do que em muitos anos.

A participação massiva da população nestas acções de protesto marcam uma

Os edifícios de Franco Fin e do First National City Bank a arder em Manágua



Nicarágua mudança qualitativa no processo pela organização popular, porque não se limitou aos grupos politicamente mais avançados, como os sindicatos e os estudantes, mas envolveu toda a população. Noutras ocasiões em que isso se deu na história da Nicarágua, o resultado foi um apogeu da organização popular. No entanto as jornadas de Janeiro superaram todas as outras em amplitude e generalização.

Acrescente-se, no entanto, outra circunstância de grande importância: a unidade entre as organizações populares. Por um lado multiplicam-se os contactos entre elas, e por outro existem concordâncias com relação às metas tácticas.

A isto somam-se sinais de desagregação da unidade da Guarda Nacional que, ainda que débeis, são sintomáticos. São vários os soldados, e oficiais subalternos que desertaram. Um deles morreu no posto fronteiriço de Peñas Blancas combatendo ao lado dos patriotas.

O futuro imediato

Apesar deste quadro optimista, é possível que lamentavelmente ainda haja muito sacrifício para que a dignidade humana seja garantida e respeitada na Nicarágua. Tentámos explicar porque a ditadura está tão fortemente enraizada; isto leva-nos a esperar um derube lento, mas seguro, cheio de sacrifícios, mas também de esperanças.

O povo da Nicarágua tem uma história cheia de mártires que muito brevemente, numa pátria livre, terão a honra que merecem.

O massacre de Masaya

Mal se dissipavam os ecos da vaga de protestos que sacudiram a Nicarágua em Janeiro, uma nova onda de rebelião, ainda mais violenta, veio sacudir o cambaleante regime somozista. Respondendo a um arrogante discurso pronunciado pelo tirano numa praça de Manágua — do interior de uma cabine à prova de bala — no qual este reafirmava a sua disposição de permanecer no poder até 1981, o povo nicaraguense novamente saiu para as ruas.

O epicentro desta segunda vaga foi a cidade de Masaya, a 30 quilómetros de Manágua. Milhares de manifestantes, na sua maioria de origem indígena, saíram para a rua com armas rudimentares e algumas espingardas e levantaram barricadas. A Guarda Nacional de Somoza conseguiu esmagar a rebelião utilizando tanques, helicópteros e artilharia o que provocou mais de cem mortos e várias centenas de feridos. Assim Masaya continuou a ser palco de manifestações pontuais e protestos da mais variada ordem.

No resto do país o massacre de Masaya teve répercussões imediatas: em Manágua e em pelo menos quinze outras localidades, o povo manifestou-se massivamente exigindo a queda da tirania dinástica, ao mesmo tempo que a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) multiplicava as suas incursões.

Somoza, no entanto, permanecia agarrado ao poder, apoiando-se exclusivamente na sua Guarda Nacional de 7500 homens e na complacência dos EUA que, nesta altura, apareceram totalmente comprometidos com a sobrevivência do regime, pelo menos até à gestação de alguma fórmula de compromisso que permita a preservação de todos os seus interesses económicos estreitamente ligados à facção somozista.

Os próprios sectores da oposição burguesa que animam algumas forças da UDEL davam mostras de um crescente desencanto para com a administração Carter, na qual tantas esperanças haviam investido. O massacre de Masaya, perpetrado com blindados, helicópteros e armas norte-americanas e israelitas, por uma Guarda Nacional formada e treinada pelos EUA não oferecia exactamente um espectáculo airoso do ponto de vista dos "Human Rights"...

Enquanto isso, o povo nicaraguense, rebelado contra a tirania, enterrava os seus mortos, tentava reforçar e aprimorar a sua organização e preparava-se para a terceira vaga.

CLONC! CLONC! CLONC!



MANAGUA-NICARAGUA: 1978

O resgate das panelas

Entre os acontecimentos registados nos primeiros dias de Fevereiro na luta do povo nicaraguense contra o regime de Somoza, surgiu como um instrumento de protesto o golpear de panelas.

Ruído crescente e irritante, de triste lembrança para o movimento popular no Chile, adquiriu na Nicarágua uma dimensão renovada como arma de luta contra a ditadura somozista. A Guarda Nacional tentou dispersar os desfiles das donas de casa e se em certas zonas de Manágua teve

êxito, noutras "os agentes das forças do Governo optaram por retirar-se ante a agressividade das manifestantes", segundo indicou um telex da AFP.

Paradoxos da luta popular: mulheres com panelas apareceram tão agressivas à guarda pretoriana organizada por Somoza para proteger a sua ditadura, que nada se pode fazer com elas.

Surpresas da luta popular: o resgate das panelas por parte das mulheres nicaraguenses para a abertura de uma frente de luta não-

-armada mas corrosiva, contra a ditadura. Aquilo que começou na sexta-feira 4 de Fevereiro como uma manifestação parcial e espontânea, veio a adquirir somente em dois dias a potencialidade de uma expressão maioritária, popular, enérgica e desafiante para o regime. Além disso as mulheres nicaraguenses agregaram ao golpear das panelas uma presença musical centro-americana. As radio fotos mostram-nas em ritmo vivo, alegre e desafiante. Algo muito distinto das mulheres da burgue-

sia chilenas que golpeavam as panelas com os sons sintomáticos de marchas militares. Secos, cortantes, inflexíveis, duros. Enfim: ditatoriais.

Atrás destes factos existe algo mais profundo. A queda do Governo do Presidente Allende foi um conjugar de muitos factores mas entre eles reconheceu-se como importante a mobilização das mulheres da média e alta burguesia. O aparelho de "inteligência" antipopular pôs em marcha a "operação panelas". As mulheres deixaram de lado as suas alienantes telenovelas e a ordem publicitária aconselhada pelas revistas femininas, para responder ao chamamento da agitação contra um governo que buscava transformações justas. Era natural, afinal, tratava-se da defesa de um domínio de classe.

Conseguiram-no no dia 11 de Setembro de 73. Enquanto os militares impunham a sua ditadura elas regressavam com as panelas à cozinha, na qual diga-se de passagem, nunca havia existido privações.

Mas enfim haviam conseguido transformar a panela num símbolo de luta que levou ao triunfo de Pinochet e da sua conjura anti-constitucional.

E com razão se falava no México do "cacerolesismo" como referência a certas forças políticas opostas às tendências progressistas impulsionadas pelo Governo.

A panela e a direita passaram a constituir uma definição simbólica. Uma unidade. Uma perspectiva aberta a desafiar qualquer tentativa de transformação das estruturas dominantes.

Um símbolo da rebelião

E de repente, na Nicarágua a panela é resgatada pelo movimento popular. Soa de outra forma e transforma-se num grito contra a ditadura. Aquilo que a burguesia chilena acreditava ser um triunfo para sempre, foi-lhe arrancado das mãos pela mulher nicaraguense que o converteu num símbolo da rebeldia contra a opressão sustentada pelas armas.

Será esse um caso excepcional? Ou, pelo contrário, demonstra que é necessário arrancar das mãos ditatoriais todo o instrumento ideológico que estes tenham utilizado para se sustentar, dando-lhe uma nova simbologia popular?

Neste último sentido inscreve-se, por exemplo, a recuperação dos símbolos nacionais, da bandeira, das datas pátrias, dos heróis e dos lugares onde se ganhou a independência no passado. As ditaduras manipulam tudo isso, mas o povo não volta as costas aos símbolos nos quais se reconhece. São seus mas sente-os e vive-os de outra forma.

É uma questão importante, a não ser esquecida, especialmente no marco político do exílio.

E junto com esse resgate encontra-se a defesa dos símbolos próprios. É mais que evidente a decisão adoptada pelas forças ideológicas das ditaduras para retirar ao povo não só a sua liberdade como também a sua linguagem. "El Mercurio" de Santiago do Chile (famoso matutino golpista) incitou no seu editorial de 15 de Janeiro a que fossem convertidos em força mo-

triz da ditadura pinochetista os conceitos de "solidariedade" e de "libertação". Queixou-se que o sentido de solidariedade se tivesse transformado numa força nas mãos daqueles sectores da Igreja que estavam contra a ditadura. Propôs ao Governo a criação de um aparelho de penetração nos sectores populares para contrariar esta acção solidária.

Do mesmo modo assinou que o conceito de "libertação" fora passivamente abandonado nas mãos de uma Igreja latirio-americana defensora da mudança social e dos movimentos africanos que lutam pela sua autêntica independência.

Não são factos casuais. O aparelho de "independência" — o mesmo que um dia criou as marchas das panelas — pode pôr em movimento todo um complexo de comunicação social e publicidade através do qual venha a apropriar-se das palavras-símbolos. Retirar-lhes a sua dimensão profundamente popular. Basta recordarmos, como dado, de que maneira, nos anos 60, o sistema publicitário capitalista se apropriou do conceito "revolução". Apareceu a revolução das comunicações e promoveu-se o fim das ideologias.

Neste contexto as panelas nas mãos das mulheres do povo nicaraguense aparecem como uma indicação orientadora: resgatar todo o instrumento ou símbolo do qual as forças populares venham a necessitar na sua luta e defender aquele património de ideias-força que se desenvolveu na busca de uma sociedade nova e justa.

CHILE

As divisões internas da Junta



Pela primeira vez a luta entre os altos chefes militares no Chile vem à tona revelando um confronto evidente.

Conhecem-se agora os principais pontos de atrito entre Leigh, Merino e Pinochet.

A detenção e o confinamento de doze dirigentes da democracia cristã, entre eles o ex-presidente do Senado, Tomás Reyes Vicuña, as renovadas ameaças contra a Igreja, o incremento da repressão interna e os ataques no exte-

rior aos governos e movimentos anti-fascistas e em particular às Nações Unidas, marcaram, a partir de 4 de Janeiro deste ano, data do "referendo" organizado pelo general Pinochet, todo um programa de acção destinado a consagrar o

Agustin Castagno

carácter personalista da ditadura e a perpetuá-la no tempo.

Como é sabido, Pinochet impôs a consulta fraudu-

Chile lenta, contra a opinião dos seus pares na Junta, o Comandante da Marinha, almirante José Toribio Merino, e o Comandante da Força Aérea, general Gustavo Leigh Guzmán (os quais, juntamente com o comandante dos "carabineros" e o próprio Pinochet, como Comandante do Exército, integram a Junta Militar de Governo).

Uma vez "conhecidos" os resultados (previamente preparados, claro) Pinochet proclamou que não haveria mais consultas nem eleições por dez anos, em atitude que não deixou margens para dúvidas sobre a sua intenção de perpetuar a ditadura.

Os actos sucedidos a partir de 4 de Janeiro, e os avisos que fez sobre as "mudanças", deixaram também bem claro que a realização do seu projecto passava pela intensificação da repressão, de modo a eliminar toda a forma de resistência ou de contestação do seu poder, inclusive a nível militar.

Repressão a DC

É pois natural que, da mesma maneira como até agora o conjunto da esquerda chilena foi brutalmente reprimido por representar a alternativa de fundo à ditadura direita, nesta nova fase, a repressão se estenda àqueles que defendem uma alternativa reformista, ou simplesmente oponham uma resistência pacífica ao regime.

A democracia cristã e a Igreja ocupam com efeito esse espaço de semi-legalidade que Pinochet tem que eliminar para afirmar o seu

projecto, pois do contrário, continuará a suportar pressões internas que tornarão o poder presidencial vacilante e exposto a mudanças nominais e formais.

Trata-se de um percurso nada fácil de ser seguido. Além da resistência organizada pelos partidos da Unidade Popular, que sofrem as dificuldades e as limitações próprias de um regime fascista, há também a oposição a esses desígnios de amplas camadas da classe média (geralmente expressa pela Democracia Cristã), a Igreja Católica (com excepção de grupos reaccionários minoritários), núcleos importantes da burguesia que vêem seus interesses e as suas posições em perigo, e interpretando essas últimas contradições e suas próprias aspirações de poder, os Comandos da Marinha e da Força Aérea.

Por seu lado, Pinochet tem a seu favor a parte decisiva do poder militar como Comandante do Exército, a que se soma o apoio dos "Carabineros" e o poderoso serviço nacional de Inteligência (ex-DINA, com a apenas mudança de nomes). Conta ainda com o apoio dos capitais financeiros que cresceram à sombra

Eduardo Frei: agora a Democracia-Cristã também sofre o peso da repressão.



do regime e com um sector da classe média que não é fácil quantificar, mas que sem dúvida é minoritário.

O isolamento de Pinochet

A crise provocada pela acomodação "manu militari" das estruturas económicas às exigências do capitalismo multinacional, executadas implacavelmente pelos tecnocratas da equipa económica (apelidados como os "Chicago boys" por seu apego às receitas da escola ultra-liberal), produziu drásticas reduções no salário real e no nível de emprego.

Fica claro que, se as classes sociais chilenas se pudessem pronunciar, o resultado seria um impressionante isolamento de Pinochet. Para este, tratava-se justamente de acentuar a repressão e calar toda a forma de expressão ou de acção adversa, o que por sua vez encontrava oposição, inclusive dentro do próprio regime.

Há dois tipos de antecedentes que convém recordar. A luta pelo poder dentro da Junta e o debate pelo modelo ou saída política do regime, sendo estes dois os temas que se entrecruzam.

O fracasso do projecto económico, o isolamento social e o repúdio internacional generalizado, fizeram nascer dentro das Forças Armadas e da burguesia, o medo de que a continuação da acção impulsionada por Pinochet terminasse por afectar os seus interesses, e a "Segurança Nacional" (tema central das ditaduras do Cone Sul).

Se algum factor agravou este tipo de inquietação, foi sem dúvida o aparecimento de James Carter como Presidente dos Estados Unidos, e a sua insistência nos "direitos humanos" e na "democratização" do hemisfério. Como líder do governo capitalista, Carter defendeu uma posição agressiva contra os governos socialistas, acusando-os de violação dos direitos humanos e civis. Mas para que essa campanha pudesse ter alguma credibilidade, Carter tinha que mostrar uma atitude convincente no que se refere a fazer respeitar os direitos humanos na sua própria área de influência.

Como a violação dos direitos humanos é produzida pela exploração capitalista, tal demonstração era impossível, mas isso não impediria que fosse montada uma grande campanha publicitária com os meios do sistema capitalista, se por sua vez o governo norte-americano não pudesse exhibir algumas pseudo-democratizações nas ditaduras subordinadas aos Estados Unidos.

Eis porque Carter começou o seu mandato com actos espectaculares, como o corte da ajuda militar às ditaduras do Cone Sul.

No Chile, o eco fez-se sentir, talvez mais que em nenhum outro país, em virtude da sua delicada situação regional, que se alia ao seu isolamento internacional.

Com efeito, o Chile tem conflitos históricos e fronteiriços com os seus três vizinhos: com a Argentina, que é o mais poderoso, arasta-se o problema do Canal de Beagle, que chegou a níveis elevados de periculosidade ao ponto de, em



Os "Direitos Humanos" no Chile...

meados de Janeiro, ter havido na zona uma concentração maciça dos três ramos das forças armadas da Argentina e do Chile, configurando-se um alarmante clima de beligerância; com a Bolívia, está até hoje pendente o tema da mediterraneidade a que se submeteu o país do altiplano; e com o Peru, existe a questão de Arica.

Nestas condições, um país necessita de aliados, de opinião pública favorável e de fornecimento de material bélico, que somen-

te podem ser dados pelas grandes potências, para ser garantido o apoio necessário em caso de um conflito armado. Ou seja, necessita de tudo o que, nesta situação, impede a continuidade do regime de Pinochet.

Carter não pedia demasiado

Diante deste quadro, não era de estranhar que sectores da burguesia e das Forças Armadas iniciassem

Chile uma crítica ao passado, e começassem a pensar em mudanças formais que significavam uma acomodação do regime às exigências internacionais.

Além disso, Carter não pedia muito: apenas as modificações que lhe permitissem mostrar que as suas pressões resultavam num processo de redemocratização, mesmo que fosse só uma perspectiva parcial, imprecisa, e a longo prazo.

Mas essa mudança também suscitava numerosas contradições. A Democracia Cristã contava com as suas próprias forças e com o apoio do governo norte-americano, mas tinha muito pouca influência nas Forças Armadas. Por sua vez, os sectores da grande burguesia afectados pelo regime de Pinochet, e ainda os Comandos da Marinha e da Força Aérea, não podiam aceitar o reformismo da Democracia Cristã, nem mesmo na versão mais moderada apresentada pelo líder do partido e ex-presidente, Eduardo Frei.

Esta divisão permitiu até agora o avanço do projecto de Pinochet, que é bastante simples e conhecido, seguindo o modelo do franquismo espanhol. No meio do isolamento internacional completo, e apesar da oposição interna generalizada, procura-se denunciar esta oposição interna como traidora e aliada ao estrangeiro (e às Nações Unidas, acusando a todos de serem dependentes do "marxismo" internacional), e assim justificar uma repressão que anule todo o espaço da oposição, para assegurar incontestavelmente o poder militar no exercício do governo.

Esta situação, dramática

por suas consequências sociais, pode converter-se em uma tragédia nacional se Pinochet triunfa, mas acumula ao mesmo tempo conflitos regionais que o Chile, hoje, não poderá enfrentar. Neste caso, a doutrina da Segurança Nacional esgrimida por Pinochet, converter-se-ia em sua patética negação.

Dentro da sua lógica, Pinochet apresentaria diante da opinião pública interna, um plebiscito que lhe desse a "legalidade" que utilizaria para impôr a sua liderança dentro da direita e militar. Tratando-se de uma fraude, o que importa não é, obviamente, analisar os seus resultados, mas sim os seus efeitos. Interessa analisar, sim, como o utiliza Pinochet na disputa interna pelo poder, e qual será o resultado das contradições existentes.

Trata-se de questões decisivas que só terão resposta no tempo, mesmo que seja evidente que nesta disputa, até agora, Pinochet está à frente.

Entretanto, e mesmo que isso possa ser somente um episódio revelador das contradições existentes nas cúpulas, já são conhecidas, documentadamente, as intrigas da disputa entre os altos comandos. Isso foi possível depois da revelação de três cartas, assinadas por Pinochet, Merino e Leigh, nas quais discutem-se asperamente a iniciativa presidencial de efectuar uma "consulta popular".

As cartas de Merino e Leigh

As cartas foram conhecidas pouco depois de realizado o plebiscito. A assinada por Leigh, datada de 23

de Dezembro, foi publicada integralmente na primeira semana de Janeiro. Na semana seguinte, a agência IPS difundiu as cartas de Pinochet (de 26 de Dezembro) e de Merino (23 de Dezembro), que foram entregues à IPS por Rodrigo González, do MAPU (Movimento de Acção Popular Unitária).

Merino foi muito taxativo quando denunciou que Pinochet, ao convocar por sua conta o plebiscito, "afastou-se completamente do sistema legal vigente, especialmente naquelas disposições de Direito Público, que se referem tanto às suas atribuições, como às da Honorável Junta de Governo". E acrescenta que o Presidente "tornou vulnerável e atropelou as atribuições da Junta", e "marginalizou-a da mais importante das decisões políticas dos últimos anos".

A posição de Merino consiste em promover uma nova negociação, na qual a Junta recupere o poder de decisão, limitando as atribuições do Presidente da mesma. Exige na realidade, que "com brevidade seja cumprido o mandato constitucional da feitura de uma acta que clarifique de forma definitiva as atribuições dos poderes públicos, já que não estou disposto a tolerar no futuro que Vossa Excelência me coloque diante de situações de facto..."

Leigh, igualmente severo em condenar o passo dado por Pinochet, recorda que "desgraçadamente, tanto neste caso como em outros anteriores, nós, os membros da Junta, encontramos-nos diante de factos consumados, sem que, com certeza, tivéssemos tido

ocasião de participar na sua gestação". Faz também uma acusação directa a Pinochet, de "...repudiamos os plebiscitos de ratificação que são próprios dos governos nos quais se exerce o poder pessoal, que necessitam de ratificação, mas que não são próprios nem dignos de um governo institucional militar como o nosso".

Leigh considera o plebiscito um precedente negativo como remota possibilidade de devolução do poder aos civis, declarando: "este governo tem uma tarefa superior a cumprir que não está sujeita às contingências políticas, que são eminentemente transitórias... Em consequência, o Governo Militar acabará quando tiver cumprido sua tarefa, e possamos então os chilenos, todos, em uma palavra, os civis, assumir a responsabilidade de governar sua pátria".

Este conceito choca-se frontalmente com a interpretação de Pinochet que no dia seguinte da proclamação pessoal do seu "triunfo", anunciou que não haveria nem consultas nem eleições nos próximos dez anos, sugerindo assim, o mínimo de tempo que deseja continuar no poder.

Confirma-se, pelas palavras dos protagonistas, que se delinearam duas posições nas Forças Armadas em relação ao tema da saída política. Enquanto um sector, evidentemente o de Leigh, crê que há necessidade de serem feitas algumas concessões diante da situação de deterioração do regime e das pressões internas e externas, Pinochet pensa de modo oposto.

A carta de Pinochet não contém, efectivamente,



A votação no Estádio de Santiago, no dia 4 de Janeiro.

nenhuma concessão aos seus pares de ar e mar. Em síntese, diz que o plebiscito é uma decisão legítima, pois encontra-se dentro da esfera de suas atribuições, que a mesma não compromete as Forças Armadas, e chega a pôr estas de lado, ao afirmar que a "realização e a qualificação" da convocatória, não estavam a cargo das Forças Armadas, mas do seu governo. E diz que fará semelhantes consultas sempre que as creia necessárias.

Pinochet fez notar aos seus pares que ele é ao mesmo tempo, Presidente da Junta, Chefe da Nação, e portanto, Presidente da República. Este último título, acrescentou, outorga-lhe a faculdade de "administrar o Estado".

Esta tarefa pressupõe "dois campos bem precisos" que Pinochet define como "um nível de atribuições devidamente regulamentares, e outro, de poderes discricionários".

O primeiro nível seria o do cumprimento de "nor-

mas superiores", como a Constituição ou a Legislação em geral e o poder constituinte, que segundo o esquema actual, recaem sobre a Junta.

O segundo nível refere-se a tudo que não está legislado, e a este campo Pinochet dá uma ampla extensão quando fala das "normas em vigor muito escasas", chegando a reclamar "competência a quem administra para dar solução aos problemas nacionais que ficaram fora da previsão legislativa e lhe faculte explicitamente a adopção de todas as decisões que, não lhe estando reservadas pela Constituição e pela Lei, sejam as que tendem para a finalidade última da acção governamental: o bem estar da pátria, a sua reafirmação soberana e a satisfação de todas e cada uma das suas necessidades".

Tudo o que é abrangido por este critério, entra na área dos poderes discricionários de Pinochet, segundo as suas próprias afirma-

Chile ções. E para isso, o Presidente da Junta não precisa de consultar a mesma.

A distribuição do actual esquema de poder foi estipulada por um Decreto-Lei de Dezembro de 1974, e desde então, por determinação de Pinochet, ficou assim definida. Isto explica porque, durante estes três anos, o conflito se tenha mantido latente.

Uma fase de definição

Agora, pela primeira vez, a disputa surge publicamente, já que se entrou na fase das definições, com uma confrontação manifesta.

Estão pois, claros, os ter-

mos em que se apresenta a luta. Pinochet quer impôr uma ditadura personalista e de longa duração, enquanto que Merino e Leigh querem participar do poder. Além disso há um sector que quer fazer concessões democratizantes.

Ao que parece, os quatro Comandantes contam com o apoio das forças que comandam, e é claro, a de maior peso é o Exército. Deste modo, e a interpretar os resultados controlados do plebiscito como um triunfo pessoal, Pinochet dispõe-se a continuar, passando por cima da Marinha e da Força Aérea.

É difícil entrever como poderiam estes travar a marcha de Pinochet, cuja direcção conhecem e te-

mem, como demonstra o seguinte parágrafo da carta de Leigh: "causam-nos grande preocupação algumas opiniões ouvidas de membros da vossa assessoria, relativas às consequências posteriores ao plebiscito, e aos planos e medidas que foram esboçados, uns para serem cumpridos, e outras para serem adoptados, uma vez conhecidos os resultados da consulta".

É assim que Pinochet caminha no meio de uma divisão castrense, que se não o impediu de dar alguns passos tendentes a desenvolver o seu projecto, por sua vez o condiciona e trava. Há pois, um processo aberto cujo desenlace ainda não podemos prever.

Clodomiro Almeyda: «Este negro período está a chegar ao fim»



Clodomiro Almeyda, presidente da Unidade Popular e dirigente do Partido Socialista Chileno, fala aos Cadernos do Terceiro Mundo sobre a experiência chilena e latino-americana na última década, partindo de uma ampla autocrítica que considera necessária para enfrentar os novos desafios.

Como avalia hoje, a Unidade Popular, a experiência, as conquistas e os seus erros do Governo Popular chileno?

— Para já, o debate autocrítico não terminou. Na medida em que o tempo passa — já lá vão quatro anos e meio desde o golpe — há a decantação de certas conclusões fundamentais, de aceitação mais ou menos geral.

Temos que partir da ideia básica de que o Governo da Unidade Popular foi o resultado de décadas de luta do povo do Chile, que conquistou progressivamente a sua unidade e coincidiu nos objectivos a conquistar ao poder. Não foi algo feito de improviso ou acidentalmente, mas o resultado de lutas, de derrotas e de vitórias.

A História demonstrou que, apesar dos avanços do movimento popular, que permitiram conquistar democraticamente o Governo — que é só uma parte do poder —, uma série de carências do projecto e do “trabalho” político da UP, facilitaram e condicionaram o êxito da contra-revolução.

Está claro que para que se tenha desencadeado uma contra-revolução, temos que considerar que a UP e o seu governo chegaram a constituir uma ameaça real à ordem estabelecida, e, aos interesses domésticos e estrangeiros que administravam essa ordem e dele se beneficiavam.

A autocritica da UP

Creio que as carências que facilitaram e condicionaram o triunfo dos contra-revolucionários, foram, em primeiro lugar, a ausên-

cia de um grande projecto militar destinado a tornar impossível que as Forças Armadas fossem utilizadas para derrubar o Governo Popular. Não tínhamos conhecimentos claros sobre a natureza, o papel e a cultura política das instituições armadas chilenas, e, por conseguinte, não tínhamos também um plano para os neutralizar, transformar, ou, minimizar a sua potencialidade contra-revolucionária.

Em segundo lugar, havia também a ausência de um grande projecto ideológico, destinado a disputar a reacção e ao imperialismo o contrê das consciências e, com isso, dos sectores e das classes médios da sociedade. Não nos empenhamos em fundamentar e definir uma nova legitimidade para o Governo Popular, que nos tivesse permitido transformar a instituição democrática-liberal burguesa e então adequar as mudanças políticas às transformações económicas promovidas pelo Governo Popular.

A reacção sempre teve a iniciativa neste plano ideológico. Levou ao máximo a rentabilidade do seu con-

trôle sobre os meios de comunicação social e, em geral, sobre os agentes da socialização política. Através disso, não lhe foi difícil ganhar as camadas médias da população, isolar a classe operária, pondo definitivamente a ordem institucional contra o movimento popular.

A reacção valeu-se de uma hábil manipulação dos valores da segurança e da liberdade, que se empenhou em mostrar como radicalmente ameaçados.

Em terceiro lugar, e no plano económico, creio que não foi completada a política de redistribuição e da criação e desenvolvimento de uma área de propriedade social, com uma política destinada a alterar a orientação dos recursos produtivos em função das necessidades sociais, e a limitar o poder de compra dos sectores de altos rendimentos, modificando a estrutura da oferta e, conseqüentemente, a da procura, criando por essa via, novas formas não convencionais de acumulação.

A redistribuição da renda em favor do povo, e a criação da área de propriedade

“Não tínhamos conhecimentos claros sobre a natureza, o papel e a cultura política das instituições armadas chilenas”.



Chile social, foram realizadas num marco social e ideológico capitalista. Creio que essa é a razão pela qual o processo económico escapou ao contrle estatal. Esse contrle traduziu-se em escassez, mercado negro, especulação e, sobretudo, inflação.

Por último, creio que todos estamos hoje de acordo em que o nível de unidade conseguido pelas forças políticas e sociais que sustentavam o Governo foi insuficiente. Não se pode desenvolver com êxito uma Revolução sem uma força dirigente homogénea e um comando único. Isso faltou e isso explica, em grande medida, as carências anteriores.

A «democracia viável» dos Estados Unidos

— Qual o papel atribuído ao imperialismo na articulação do golpe?

— Creio que a acção do imperialismo consistiu, na ausência, no aproveitamento das insuficiências da nossa política — que lhe permitiu, por exemplo, operar e influenciar nas Forças Armadas para desencadear o golpe — e em ampliar e agravar até limites insustentáveis os efeitos negativos de algumas das nossas políticas, particularmente a económica. O bloqueio financeiro externo, por exemplo, facilitou e agravou consideravelmente as consequências dos nossos erros na política económica geral.

Por outras palavras, o imperialismo actuou eficazmente, e eu diria, determinantemente, na desestabilização política do Governo,

aproveitando os vazios e as deficiências da nossa política. O exterior operou através do interior.

— Qual é a posição actual de Carter em relação ao regime?

— Já há consenso de que a política pelos direitos humanos da nova administração norte-americana, considerada globalmente, está destinada a legitimar novamente a hegemonia política do imperialismo sobre o Ocidente capitalista e sobre as áreas que dele dependem, ao mesmo tempo em que procura debilitar o mundo socialista.

Esta política “humanista” foi determinada pelo interesse político dos Estados Unidos. É por esta razão que não é aplicada nem no Irão, nem na Coreia do Sul. E também não seria aplicada no Chile, se isso envolvesse sério perigo para a segurança e interesses do imperialismo.

Mas a nação norte-americana não é homogénea. Os sectores mais consequentemente democráticos e progressistas acreditam, seriamente, na necessidade de proteger os direitos humanos. E na medida em que trabalham nesse sentido e conseguiram uma importante influência no Departamento de Estado, esses sectores proporcionaram aos antifascistas chilenos uma ajuda efectiva, ao favorecerem o isolamento político da Junta. Recorde-se a atitude dos Estados Unidos na recente Assembleia Geral das Nações Unidas, onde patrocinaram o voto de condenação à Junta Militar.

Isto não exclui que outros segmentos da estrutura de poder norte-americana — o mundo das finanças e

o Pentágono — tenham actuado desde o golpe até agora, proporcionando à Junta um apoio económico e político de grande importância.

Por outro lado, dentro do Departamento de Estado, a contenda não está decidida a favor de nenhum dos litigantes. Há conjunturas em que é imposto o critério reaccionário e conciliador de Todman, e há momentos em que pesam mais os elementos liberais, como aqueles que dominam na embaixada dos Estados Unidos na ONU, Young, Lowestein e Tysson.

O prognóstico dessa luta não é muito optimista, mas creio que devemos fazer — apesar disso — todo o possível para ajudar e estimular aqueles sectores que dentro da administração norte-americana se opõem à Junta fascista.

Penso que, em definitivo, a administração, no seu todo, se inclina para favorecer no Chile um regime que eles chamam “democracia viável”, que desde que sustente o regime capitalista, não necessita da violência fascista para funcionar, e não põe em perigo os interesses políticos e económicos dos Estados Unidos.

Pela unidade antifascista

— Qual o conteúdo que a UP atribui ao regime que se instaurou no Chile?

— Creio que há um consenso generalizado na Unidade Popular sobre o carácter fascista da ditadura militar.

Estamos na presença de um regime contra-revolucionário que destruiu pela força uma democracia libe-

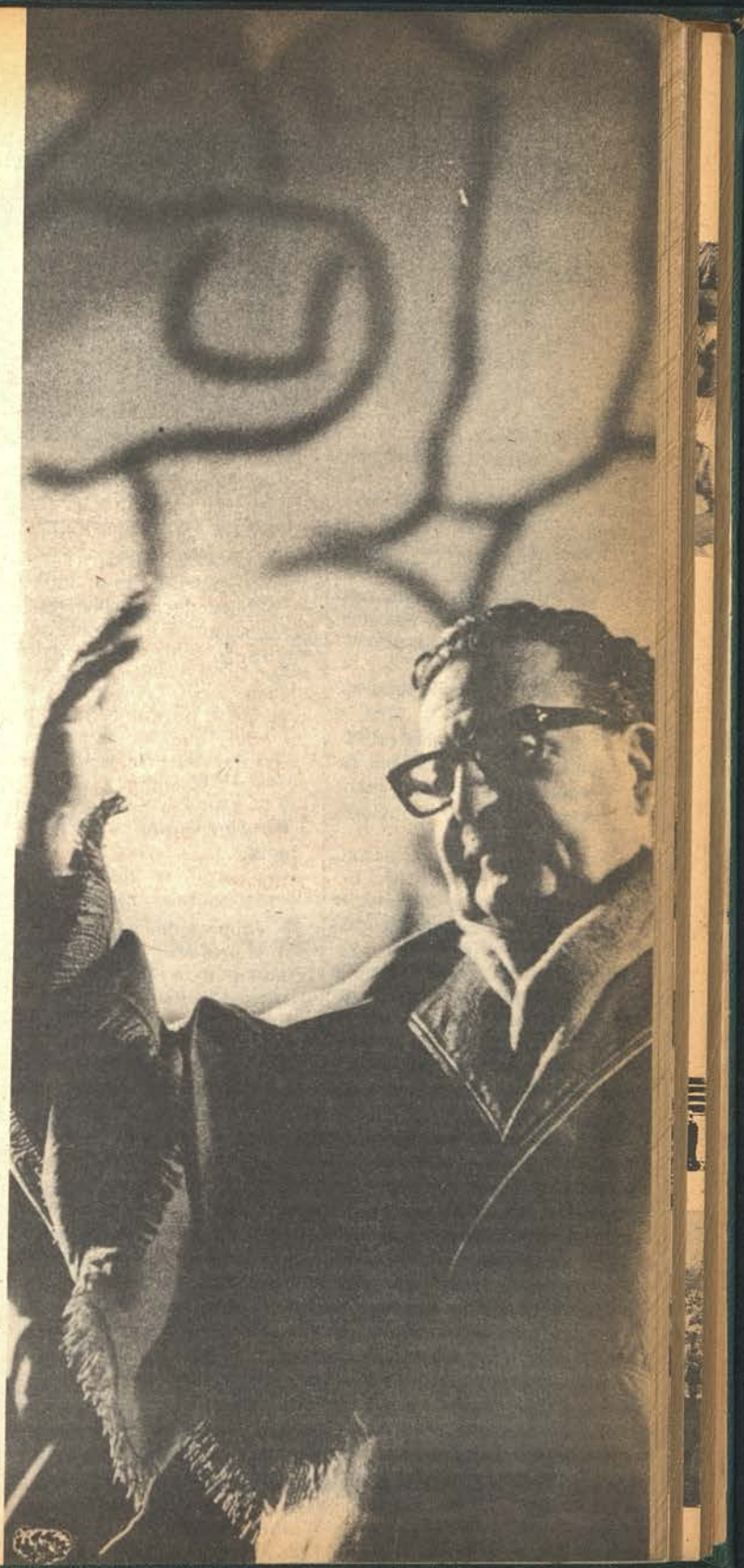
ral parlamentar, suprimiu a actividade política, aterrozou o movimento sindical e substituiu a legitimidade democrática do Estado por outra nova, cujos valores fundamentais são a manutenção da ordem, o anticomunismo, o anti-marxismo, e o nacionalismo chauvinista e agressivo. E tudo isso em benefício do grande capital e seus mandos financeiros, que são no fundo os únicos grandes usufrutuários deste sistema de dominação.

Isto é precisamente o fascismo. Está claro que num país dependente como o Chile, a hegemonia do capital financeiro atinge uma projecção internacional, e são o imperialismo e seus aliados internos, aqueles que se aproveitam deste regime de coacção que permite a super-exploração do trabalho, e a acentuação da dependência.

O fascismo, por outro lado, apresenta-se assim como a única forma, em sociedades relativamente democratizadas como o Chile, que permite reacomodar o domínio das classes proprietárias às novas condições criadas pelo fracasso do "desenvolvimentismo" e à crise geral que afecta o mundo capitalista.

— Quais os caminhos seguidos pelo Chile na luta contra a ditadura?

— Nas condições chilenas, a forma predominante de resistência antifascista é a luta de massas. Isto não quer significar uma renúncia a qualquer outra forma de luta, incluindo a armada, mas somente privilegiar a luta de massas nesta etapa, com a intenção de a aprofundar e estender, prolongando-a por outras vias que surjam como necessá-



Chile rias num dado momento para enfrentar e derrotar o adversário.

A Unidade Popular convocou para esta luta antifascista de massas, todos os democratas chilenos, com a intenção de formar uma grande coligação antifascista que torne possível, não somente derrubar a Junta, mas também, depois, iniciar a reconstrução democrática do Chile na via do socialismo.

— Isto inclui a Democracia Cristã?

— As acções comuns que, sobretudo no interior do país, são realizadas conjuntamente pelos militantes da UP e os democratas cristãos, inserem-se, efectivamente, neste contexto.

— E o MIR?

— A Unidade Popular estabeleceu com o MIR a promoção de acções comuns contra a ditadura, na esperança de que isso torne possível novas e maiores coincidências.

Fissuras na cúpula militar

— Qual foi a mudança no panorama político depois do "plebiscito" convocado por Pinochet?

— Em primeiro lugar, creio que ninguém, nem dentro nem fora do país, foi enganado pela pseudo consulta popular feita por Pinochet. Isso só serviu para o desprestigiar ainda mais.

Em segundo lugar, o plebiscito deu a oportunidade, ainda que por poucos dias, de que pela primeira vez o povo rompesse o recesso político, e saísse às ruas para manifestar a sua oposição a Pinochet. Isso foi um importante estímulo à luta popular.



"Este isolamento debilita Pinochet internamente, afecta o apoio que lhe dão as próprias Forças Armadas (...)".

Em terceiro lugar, o plebiscito possibilitou a vinda a público das graves divergências entre os membros da Junta. Já não restam dúvidas de que a cúpula militar tem graves fissuras. Não acredito que seja necessário insistir sobre o significado deste facto, que se repercute na espinha dorsal do poder sobre o qual repousa o regime.

— Como se desenvolve actualmente o trabalho da UP no exterior?

— A Unidade Popular tem como tarefa fundamental no exterior o apoio à resistência no interior, no aspecto económico, ideológico e de preparação de quadros, e, principalmente, na solidariedade internacional contra a Junta.

Creio que está à vista de todos, que este objectivo foi atingido. Pinochet continua isolado, repudiado e condenado pela comunidade das nações, organizações internacionais e pelas forças sociais e espirituais mais representativas da Humanidade.

E este isolamento debilita Pinochet internamente, afecta o apoio que lhe dão

as próprias Forças Armadas, e assim, ajuda significativamente a resistência interna na sua luta para derrubar a ditadura.

Contra-ofensiva popular

— Nas últimas semanas uma série de lutas e vitórias em diversos países do continente sul-americano parecem indicar que se está a produzir uma mudança de direcção nos acontecimentos políticos da América Latina. Estaremos em vésperas de uma contra-ofensiva popular?

— O negro período que teve o seu início com o golpe militar brasileiro em 1964, e cujos episódios mais significativos foram a queda do Governo progressista do general Torres na Bolívia, a queda da Unidade Popular no Chile, e o caucionamento de sucessivos regimes militares reaccionários na Argentina, este negro período, repetimos, parece estar a atingir o seu fim.

Há indicadores de todos os tipos que demonstram que no Brasil se acumulam factores que anunciam uma progressiva liberalização do sistema, que já não é capaz de conter a inquietação política do país em busca da democracia.

Na Bolívia a pressão pelo regresso a um regime de maior liberdade já não pôde ser contida, e a amnistia política total, e o estabelecimento dos direitos democráticos dos sindicatos, juntamente com o anúncio de eleições próximas, configuram uma abertura democrática que está a ter uma profunda e estimulante influência para a resistência antifascista no Cone Sul.

A abertura de um processo eleitoral no Equador, e, as renovadas demonstrações de apoio dado pelo povo peruano ao processo

revolucionário, empurram na mesma direcção.

Na América Central, o facto mais significativo, é o impetuoso desenvolvimento da luta contra Somoza, que faz cambalear a sua ditadura, contribuindo para a modificação do contexto geral repressivo que até agora predominava na área.

As tendências unificadoras da esquerda na Venezuela, Equador e México, inscrevem-se no mesmo contexto de ascensão dos movimentos populares, e de ruptura do cerrado círculo de ditaduras militares ou reaccionárias, que fazem frente a esquerdas desunidas, reprimidas e desmoralizadas.

A alvorada de uma nova etapa

A configuração desta nova situação na América La-

tina reclama agora, com mais urgência que nunca, a coordenação de lutas antifascistas e anti-reaccionárias dos povos dos nossos continentes. Cada um dos nossos povos deve apoiar-se nos outros, para que cada um deles possa dialeticamente, reforçar-se na sua luta e reforçar o conjunto.

É claro que esta nova etapa de ascensão dos movimentos populares na América Latina terá também de ser caracterizada por um esforço de organização, ainda que embrionário, do conjunto de forças anti-imperialistas e antifascistas, processo este paralelo ao das convergências ideológicas das suas vanguardas.

Só assim se poderá evitar que depois das ditaduras militares reaccionárias e fascistas, tenda a estabelecer-se a situação na Améri-

"Este negro período, repetimos, parece estar a chegar ao seu fim (...)"





ca Latina através de novas versões de reformismos burgueses já fracassados, ou de democracias restritas anticomunistas, estimuladas e sustentadas pelo imperialismo, e acarinhadas pela ala direita da social-democracia europeia.

— Neste contexto de transformações há um especial interesse na sua crítica aos vícios metodológicos dos marxistas latino-americanos.

— Penso que no alvorecer de uma nova etapa no desenvolvimento popular na América Latina, o acervo teórico das vanguardas políticas encontra-se notavelmente enriquecido pelas

experiências dramáticas dos últimos anos.

O subjectivismo e o voluntarismo, que primaram nos anos sessenta, e que tanto contribuíram para criar as condições para a emergência dos fascismos, cederão lugar a posturas políticas mais maduras, apontadas numa consideração da realidade latino-americana que tenha em conta o nível real da consciência das massas, e o peso e a influência das classes médias no conjunto global da sociedade.

Isto não significa, nem deve significar, um abandono ou um abrandamento da estratégia revolucionária

das vanguardas políticas, mas uma mais correcta inserção destas vanguardas no conjunto das classes e fracções de classes susceptíveis de serem mobilizadas a favor de um projecto democrático e socialista para a América Latina.

Trata-se de dar aos avanços no processo de transformação social, o suficiente respaldo das massas, a necessária homogeneidade ideológica e orgânica e a legitimidade adequada, para que as vanguardas não se isolem e sejam separadas das massas, e possam ser atacadas e vencidas pelo imperialismo e seus aliados.

ONTRA
OFENSIVA
POPULAR

ARGENTINA

Renasce a actividade política

*A partir das combativas mobilizações operárias
de Outubro e Novembro
o panorama político e social mudou de maneira evidente.
O «projecto nacional» a longo prazo
proposto pela ditadura
não é considerado viável
e as forças políticas passam, paulatinamente à ofensiva.*

Dois anos da instauração da Junta Militar presidida pelo general Jorge Videla, o panorama político argentino sofreu uma transformação considerável que tem a sua origem no formidável avanço do movimento operário, expresso nas lutas desencadeadas nos meses de Outubro e Novembro de 1977.

Estes episódios marcaram ainda para os apologistas da ditadura, um ponto de viragem na orientação do processo. Com efeito, as greves que perturbaram a Argentina, protagonizadas por trabalhadores do metropolitano de Buenos Aires e por operários das in-

dústrias petrolífera e textil, distribuidores de gasolina e funcionários do Estado, marcaram tanto o limite da repressão económica que estava disposta a suportar a classe trabalhadora, como o renascimento da sua potencialidade de luta.

A suspensão da actividade política, a intervenção da maioria dos sindicatos e a proibição do direito à greve, a desumana política de repressão exercida pelas Forças Armadas contra as organizações guerrilheiras, o movimento operário e todos os sectores dissidentes com a política oficial ou suspeitos de o ser, o cerceamento da liberdade de Imprensa e Informação, ha-

Jorge Bernetti

viam constituído os pilares de uma política que foi destinada a arrasar as bases democráticas e populares da sociedade argentina.

Orientando todo este processo, o plano económico do ministro José Alfredo Martínez de Hoz, titular da pasta da economia, conduzia e conduz o projecto de reestruturação da economia capitalista dependente argentina, sob a hegemonia da grande burguesia agrária.

As mobilizações operárias, mostram o sólido carácter da consciência política dos trabalhadores ar-

Argentina
gentinos e começaram a pôr em crise um projecto proposto para uma duração de décadas.

É, sem sombra de dúvida, sobre o esforço de luta dos trabalhadores argentinos que se começa a produzir outro acontecimento significativo na evolução do quadro político.

O renascimento da actividade dos partidos liberais, democráticos, populistas e de esquerda tradicional obedece, como em cada ciclo de renascimento do espaço democrático na sociedade argentina sob processo ditatorial, ao esforço e mobilização da classe operária, a que mais deseja a vigência das liberdades e, portanto, a mais consequente defensora da democratização sem restrições.

É necessário sublinhar que os movimentos operários desenvolveram-se com bandeiras de nítido conteúdo salarial na maioria dos casos e, em outros, com conteúdos anti-repressivos (pedidos de libertação de dirigentes sequestrados). A sua direcção, clandestina por razões óbvias em todos os casos, parece oscilar entre manifestações espontâneas e o accionar dos quadros médios do peronismo sindical tradicional (62 organizações - Partido Justicialista). A movimentação de forças de esquerda é menor, pois a sua presença tende, logicamente, a ser muito reduzida na actual conjuntura.

Os partidos tomam a palavra

Quanto aos partidos tradicionais, a presença ou o reingresso no terreno da discussão cabem ao peronismo e ao radicalismo. O

Voltará o «velho e glorioso» Partido Socialista?

O Partido Socialista da Argentina, que elegeu o primeiro deputado socialista das Américas, Alfredo Lorenzo Palacios, em 1904, está hoje virtualmente pulverizado, em consequência das cisões sofridas ao longo dos anos depois de 1955.

Após perder a sua base operária para o peronismo, orientado por um feroz "gorilismo de classe média", o PS foi afectado por uma primeira ruptura entre os direitistas consequentes (o Partido Socialista Democrático) e o Partido Socialista Argentino.

Cisões maoistas, guevaristas e peronistas, despedaçaram-no. O ano de 1973 encontrou o que restava dividido em três sectores: um trotsquista, outro incluído na Frente Justicialista, e o terceiro, sem possibilidade de tomar posição eleitoral. É sobre este último, o Partido Socialista Popular, encabeçado por Victor García Costa, que se processa uma operação de reunificação socialista.

Estão dispostos a aliar-se a este projecto, apoiado pela social-democracia internacional, alguns sectores do denominado "classismo sindical", grande protagonista nas lutas operárias da última década.

Tanto neste caso como no da DC, parece verificar-se uma progressiva inclusão da política argentina em linhas políticas internacionais, que antes lhe foram alheias ou de remota sujeição. O PS teria condições de recrutamento na juventude da classe média, não mais disposta a aliar-se, como em 1973, ao peronismo.

O seu maior problema situa-se na sua debilidade no campo operário. A Internacional Socialista não parece estar inactiva na Argentina. O dirigente Ricardo Balbín, líder da União Cívica Radical, saiu da Argentina pela primeira vez na sua vida em 1976, para participar de uma cimeira social-democrata em Caracas, com os chefes dos maiores partidos dessa corrente.

Por outro lado, são notórios e frequentes os contactos entre os dirigentes da social-democracia alemã e esparhola e o Movimento Peronista Montonero.

O PS reunificado seria, nesta ampla operação política, uma força "própria" da Internacional Socialista.

Não podemos esquecer que a CGT argentina, dominada pelo peronismo, realizou, em Julho de 1975, a sua primeira adesão a uma central operária internacional, mais precisamente, à CIOSL, ou seja, à organização operária internacional da social-democracia.



Videla, Massera e Agosti: da ofensiva à defensiva em menos de dois anos.

primeiro, que hegemoniza a classe trabalhadora, condensa o agrupamento da direcção sindical de facto do movimento operário (a chamada Comissão dos 25 Sindicatos, com a direcção formal do Partido Justicialista (o verticalismo à Isabel Perón) e os antiverticalistas orientados por Angel Robledo, ex-ministro de Cámpora, Perón e Isabelita.

Coincidentes em uma espécie de direcção comum provisória, os dirigentes peronistas reapareceram activamente, depois das lutas operárias. Sete deles, representantes de todos os sectores mencionados, publicaram no final do ano passado, um documento pedindo a legalização política e condenando duramente a política económica.

Por sua vez, a União Cf-

vica Radical pediu através do seu líder máximo, Ricardo Balbín, linhas semelhantes de acção. Pedia também o restabelecimento da legalidade partidária e censurava a execução da política económica. Ao mesmo tempo, Balbín, porta-voz do segundo partido argentino, que é o orientador da maioria dos sectores médios, propõe romper em Março a trégua mantida até o momento com o governo militar.

Em níveis de menor influência, produziu-se a reunificação da democracia cristã, dividida até ao momento em dois sectores (Partidos Revolucionário Cristão e Popular Cristão). Com muito menor grau de organização, as dispersas forças do tradicional Partido Socialista, procuram recompor um tronco comum

desgastado, quase pulverizado, ao longo de 20 anos de sucessivas divisões.

Tanto a DC como o PS merecem um parágrafo à parte (ver quadros), pela introdução de linhas políticas internacionais na política argentina, ausentes há longos anos da mesma.

Outras forças menores realizaram reuniões e emitiram declarações, ao mesmo tempo que aumenta uma desusada literatura de memórias políticas, insólita no presente século da política argentina (o livro do ex-presidente general Alejandro Lanusse – “Mi Testimonio” – e memórias do ex-presidente provisório peronista Italo Luder, do veterano dirigente sindical peronista Juan José Taccone e vários mais em elaboração).

Certamente, o conjunto dos partidos não pediu a realização de comícios, mas parecem aceitar a hipótese de que a superação da actual ditadura militar só poderia conseguir-se através de um "acordo de transição" com a ala menos repressiva dos altos comandos das Forças Armadas quando estas se convencerem da impossibilidade de continuar com a actual orientação. Apoiam-se nos esforços da mobilização operária e aceitam uma fortuita estratégia negociada com o poder militar.

Renúncias e prisões

Três episódios objectivos marcam a existência de uma diversidade de critérios na actuação das Forças Armadas no poder. São elas: a demissão do ministro do Planeamento, general de divisão Genaro Bessone, em fins do ano de 1977; as discussões públicas acerca da necessidade do "quarto homem", ou seja, a separação da função presidencial do desempenho da chefia de algumas das três armas e a prisão de trinta dias do general de brigada (reformado), Adcl Vilas, notório nacionalista de direita, por ordem do general Videla, na sua qualidade de comandante em Chefe do Exército:

Díaz Bessone, um elemento da mais alta hierarquia do Exército, declinou a pasta do Planeamento, imediatamente após ter a seu cargo a redação de um fantasioso Projecto Nacional, "fundador da nova República".

O P.N. consiste numa espécie de plano político de grande transcendência, onde se esboça uma estratégia

de organização política, baseada na dissolução das actuais forças partidárias e num retorno gradual, a longo prazo, a uma certa forma de inconstitucionalidade.

A sua saída deve ser vista como uma perda relativa de poder de parte daqueles sectores empenhados em eliminar definitivamente o quadro de organização política que historicamente se produziu na sociedade argentina. Deve também ser considerado como motivo do seu afastamento o facto de ter criticado o ministro Martínez de Hoz que sofreu, além dos ataques da imensa maioria da sociedade argentina (incluindo fortes sectores empresariais industriais e pequenos e médios agrários), a crítica pública da Armada argentina.

A prisão do general Vilas, um entusiasta simpaticante do nacionalismo católico-direitista, deve-se às suas críticas à política económica de Martínez de Hoz a quem aquele militar, "herói da campanha repressiva antiguerrilha de Tucmán", considera como "fomentador a longo prazo" da subversão do princípio de que "a violência de cima gera a de baixo", o que ao mesmo general Vilas parecia inspirado em nefastos propósitos marxistas.

O tema do "quarto homem", constitui o ponto de encontro de um complicado leilão do poder, ao qual, além de se juntarem as rivalidades entre os ramos das forças armadas, incrementadas em um exacerbado militarismo, acrescenta-se diferentes concepções sobre os instrumentos a utilizar, a curto ou a lon-

go prazo, para o milagre de uma "saída política".

Co-responsáveis no sistemático exercício da violência repressiva contra as maiorias, o general Videla e o almirante Massera procuram apresentar-se como "alternativas democráticas".

De facto, o general recebeu algum crédito para esta via aparentemente democrática de forças políticas liberais e, ainda que pareça paradoxal, do Partido Comunista.

O almirante Massera, por sua vez, deixou transparecer as suas intenções populistas.

Por agora, estes gambitos — matizados por declarações desmentidas, e viagens secretas de oficiais aos Estados Unidos para se avistarem com autoridades norte-americanas — são jogados nas cúpulas. Mas tudo se esclarecerá com as atitudes reais do poder face a uma nova investida do movimento operário, que a evolução da situação política e económica deixa prever para um futuro próximo, durante o campeonato mundial de futebol, ou posteriormente.

O reordenamento das forças políticas percorre os meandros mais complicados. Foi no peronismo que se produziu pela primeira vez na história, uma reconstituição vinda das bases, sem a presença do seu líder, o general Juan Domingo Perón.

Afastado pelos mesmos "verticalistas" a possibilidade de que Isabel Martínez de Perón (ainda na prisão) possa cumprir o papel daquele que foi três vezes presidente argentino, o processo percorre caminhos difíceis.

Dois projectos parecem ser os mais coerentes. Por um lado, aquele que se propõe reunificar o peronismo sob a hegemonia dos políticos liberais do Movimento Peronista (como Robledo, Luder e outros), na intenção de orientá-lo como um populismo liberal moderado. Por outro, aquele que se apoia basicamente sobre os sindicatos e aspira a constituição de uma força do tipo trabalhista social-democrata (orientado pela direcção metalúrgica de Lorenzo Miguel).

A outro nível, aparece a proposta do Movimento Peronista Montonero, alternativa radicalmente oposta às anteriores pela sua metodologia tradicional de acção (a guerrilha), e sobretudo, pelo facto de constituir um projecto de "partido dentro do Movimento", com perspectiva socialista.

O radicalismo revela um certo grau de modificações nas suas linhas internas. Um sector minoritário, simbolizado pelo ex-senador Fernando De la Rúa, aspira colaborar abertamente num projecto elaborado pelo poder militar. A quase totalidade do partido opõe-se a essa linha. Mas, a sua ala esquerda, encabeçada por Raúl Alfonsín, efectuou um progressivo desvio para o centro, colocando-se em posições idênticas, ou às vezes mais à direita do que a do próprio líder do partido, Ricardo Balbín.

Alguns sectores partidários do próprio balbinismo, não afastam a possibilidade de constituir uma frente comum com o peronismo tradicional com vista à formação de uma força social-democrata, projecto um tanto obscuro nas actuais circunstâncias.



Hector Campora, ex-presidente. Está exilado na Embaixada do México há dois anos.

O Partido Comunista mantém-se na expectativa, sem ter modificado a linha de "apoio crítico" ao processo militar, além da sua condenação da gestão económica.

Em todos os casos, a aposta dessas forças passa pelo tácito ou explícito consentimento à operação de destruição da guerrilha, empreendida pelo governo castrense. E por isso, as forças de esquerda comprometidas nesta opção encon-

tram-se em situação difícil depois dos duros golpes recebidos de uma repressão amplamente condenada internacionalmente por inúmeras organizações políticas e de defesa dos direitos humanos. As suas linhas tácticas alteraram-se no sentido de dar prioridade à luta política e às reivindicações de tipo democrático, mas não se constata de parte das suas direcções, hoje no exílio em proporção considerável, a perspectiva de realização de uma auto-

Argentina -crítica profunda e pública do dramático processo dos últimos anos, sem dúvida alguma, uma derrota para o campo popular no seu conjunto.

O limite de um projecto regressivo

A gestão económica do país encontra-se no mais alto grau de isolamento desde a sua instauração no poder, em Março de 1976. Tanto a inflação, que se prevê da ordem dos 170 por cento neste ano, como os índices de recessão, continuam a ser incontroláveis. O investimento estrangeiro não "choveu" sobre o país. Observa-se uma feroz redução do mercado interno e do nível de vida dos sectores de rendimento fixos (o mais baixo em 17 anos), a que se alia uma progressiva desnacionalização da economia.

Por outro lado, a peça chave do plano — a exportação massiva de cereais —, fracassou redondamente com a baixa das vendas e do preço do trigo no mercado mundial. Prevê-se uma redução de 53 por cento das áreas semeadas de trigo para o presente ano.

As empresas industriais de capital nacional e os sectores agrários médios (Confederações Rurais, Federação Agrária e cooperativas), discutem a política económica. Esta recebe também críticas de sectores militares, pelo seu carácter de servidora dos interesses concentrados das multinacionais (voltadas para a especulação financeira mais feroz do século

Nazareth: ou a volta da Democracia Cristã

Através do chamado "Documento de Nazareth", nome da igreja onde foi escrito, os líderes das duas principais facções da Democracia Cristã, fumaram o cachimbo da paz.

No penúltimo processo eleitoral nacional (Março de 1973), o Partido Revolucionário Cristão aliara-se aos comunistas e ao Partido Intransigente, do doutor Óscar Alende, fraccionistas do partido radical.

O Partido Popular Cristão, por sua vez, integrou a coligação justicialista que levou ao poder Cámpora e Perón. Em Setembro de 1973, os revolucionários cristãos também apoiaram Perón.

Hoje todos se unem e tendem a absorver uma grande frente de jovens da classe média, que, no calor da regressão política, ingressaram com um entusiasmo jamais visto nos últimos anos nas organizações laicas da Igreja.

Por outro lado, a DC internacional apoia intensamente este projecto unificador.

Um ilustrativo dado desse apoio pode ser revelado pela compra de duas das três maiores editoras de revistas da Argentina (Abril e Korn), por conta da editora Rizzoli, de simpatias democratas-cristãs. Somadas à compra da editora católica Huemul, de grande peso nos meios eclesiásticos e laicos, a operação significa um notável auxílio ao futuro político da DC.

A superação do seu anti-peronismo de origem, quando na década de 1950 foi criada, o seu compromisso com diversas linhas populares e progressistas, a sua capacidade de mediação com centros de poder como a Igreja e as Forças Armadas, a honradez dos seus membros no exercício de funções públicas, dão no conjunto uma certa viabilidade para o jogo político democrata cristão.

na Argentina) e da oligarquia agrária, facto bastante em evidência.

O repúdio da política económica e os pedidos pela reparação dos cidadãos sequestrados, o cessar das torturas e assassinatos, a melhoria das condições de vida nas prisões e a imposi-

ção de uma Justiça minimamente decorosa, constituem os pontos básicos de mobilização, através dos quais se reagrupa o enorme conjunto de forças democráticas e populares anti-ditatoriais.

O longo
braço
da Junta

Rua da Lapa, 180 - S/Loja - RJ
CEP 20.021 - Tel. 242-1957

*Foi desbaratado e denunciado no México
um plano terrorista do regime militar argentino,
uma operação minuciosamente organizada
para assassinar dirigentes políticos da resistência no exterior.*

Uma operação de "contra-informação" desbaratou um plano terrorista destinado a eliminar dirigentes revolucionários argentinos, provou as já reiteradas denúncias de que a junta militar Argentina atua ilegalmente no exterior, e deixou a descoberto um novo mecanismo repressivo adoptado pelos militares desse país sul-americano.

"Eu fui enviado ao México para infiltrar-me entre os exilados argentinos e colaborar no assassinato dos seus dirigentes", denunciou em conferência de Imprensa, em 19 de Janeiro passado, o Oficial Superior de Montoneros, Tulio Velenzuela.

"Fui capturado pelo exército em companhia de minha esposa, Raquel Negro - grávida de seis meses -, e o meu filho Sebastian, de um ano e meio de idade. Pensei que ia ser fuzilado logo a seguir: mas fomos transferidos para uma prisão clandestina na localidade de Funes, nas proximidades de Rosário, província de Santa Fé, Ar-

gentina. Ali, o general Leopoldo Galtieri, chefe do Segundo Corpo do Exército, disse-me que deveria optar entre colaborar com os militares ou ser executado."

Até esse momento, segundo indicou o denunciante, tudo se assemelhava ao conhecido mecanismo de "prisão ou sequestro-tortura-denúncia e novas prisões". a proposta do general Gualtieri foi diferente: "Sabendo que, pela minha hierarquia dentro do Partido e do Exército Montonero (chefe da Coluna Rosário), poderia reunir-me no exterior com os máximos chefes da organização, propôs-me viajar até ao México para infiltrar-me e permitir a eliminação dos meus superiores. Minha mulher e meu filho ficariam como reféns em Funes. E no caso de fracassar ou traí-los, os militares executariam os reféns."

Os planos da junta incluíam o assassinato do Comandante Mário Eduardo Firmenich e do Segundo Comandante Fernando Vacca Narvaja, do Partido Montonero, e vários mem-

Ignacio
González Janzen

bros do Conselho Superior do Movimento Peronista Montonero, entre eles o Dr. Ricardo Obregon Cano, o Prof. Rodolfo Puigos, Miguel Bonasso, Rodolfo Galimberti, e o Dr. Oscar Bidegain.

Profundamente emocionado, expressando a dor e a importância dos acontecimentos que relatava, Velenzuela, assinalou: "Eu e minha esposa analisámos a situação. Sem dúvida, propunham-nos participar num plano que, não só já estava organizado, como ainda poderia ser executado utilizando algum outro prisioneiro disposto a trair para salvar a vida. Medimos a gravidade da situação e as suas possíveis consequências, e tomámos uma decisão. Ela sacrificar-se-ia como refém - correndo o risco de ser executada - e eu partiria rumo ao exterior para denunciar a operação. Ao Serviço Secreto inimi-

Argentina go, enfrentá-lo-íamos com uma manobra de contra-informação."

Foi assim que Valenzuela partiu para o México acompanhado por um grupo operacional constituído por quatro agentes da junta militar argentina.

"Viajámos pela Varig até ao Rio de Janeiro, onde nos alojámos no Hotel Copacabana. Indicaram-me que perante qualquer facto anormal que se me apresentasse, devia solicitar imediatamente contacto com o exército brasileiro, posto que os militares brasileiros conheciam a nossa viagem ao Brasil", disse Valenzuela. E acrescentou que "do Rio de Janeiro viajámos para a Guatemala na PANAM para ali nos dividirmos em dois grupos e entrar no México - a 16 de Janeiro - com documentos falsos".

Valenzuela mostrou à Imprensa as passagens e assinalou os nomes falsos dos seus acompanhantes, assim como os hotéis mexicanos

onde se alojaram. Disse que os agentes da junta militar - três oficiais e um civil - entraram no México com os nomes de "Caravetta", "Silva" e "Ferrer", e que dois deles se alojaram no Hotel Mayaland da Cidade do México.

Os jornalistas, convocados para uma conferência de imprensa que, pela gravidade da denúncia e a sua correspondente urgência, se realizou às 11 horas da noite (e acabou à meia noite), pudemos comprovar no dia seguinte que os agentes da junta militar tinham estado alojados sob os nomes indicados e nos hotéis assinalados. Mas o Hotel Mayaland informou-nos que "Silva" (alojado na habitação n.º 404) "viajou para Acapulco para descansar"...

Dispostos a continuar com a investigação, recordámos que entre os detalhes levados por Valenzuela figurava o número de telefone do lugar de Funes aonde esteve prisioneiro. O

número 93 20 00. E ligámos a grande distância, pedindo para falar de "pessoa a pessoa" com o general Galtieri.

O resultado da nossa conversação telefónica foi um êxito: quando a operadora disse que se tratava de uma ligação do México, não tardou Galtieri a atender a chamada. E a chamada que se efectuou (no dia 20 de Janeiro) foi gravada.

Ao general Galtieri dissemos que falávamos da parte de Cattoni, nome da documentação falsa que foi entregue a Valenzuela para viajar para o México. E o general, confundido, supôs que se tratava de uma chamada de um dos seus homens. Admitiu que conhecia "Caravetta" e "Silva" e quando deu conta que estava falando com jornalistas do México, disse que não era responsável pela actividade do seu pessoal fora da sua jurisdição.

Perguntámos a Galtieri pela prisão de Funes, e ele respondeu que desconhecia a existência dessa prisão em Funes. Terminou a conversação "convidando-nos" a viajar até à Argentina "para conhecer a verdade".

Dispostos a comprovar a veracidade das suas declarações, já comprometidas pelo reconhecimento de "Caravetta" e "Silva", assim como pelas suas contradições durante o diálogo telefónico, começámos a procurar uma lista telefónica de Rosário para localizar o telefone 93 20 00. Esta busca levou-nos três dias, mas finalmente conseguimos várias edições dessa lista e na que se publicou em 1973, pg. 288, segunda coluna, referente a Funes, achámos o n.º 93 20 00, em nome de Fedele Rober-

Tulio Valenzuela.





Num cemitério de Buenos Aires, fossas numeradas de pessoas mortas pela repressão.

to e com o esclarecimento de "zona residencial".

A denúncia de Valenzuela foi absolutamente exata. O general Galtieri mentiu. O número donde o próprio Galtieri esteve a falar conosco era, sem dúvida, o do próprio recinto de Funes onde esteve preso Valenzuela. E aonde ficaram Raquel Negro e o seu filho Sebastian como reféns.

"O general Galtieri pensou que para salvar a minha vida e da minha família eu traíria os meus companheiros e o meu Partido Montenero. Enganou-se. Para um revolucionário, a luta pela libertação do nosso povo está acima da salvação pessoal" — declarou Valenzuela. E "foi justamente a luta do nosso povo, heróica, valente, que se expressa todos os dias, que nos deu força para encarar uma ac-

ção de contra-informação como esta."

Ficou a descoberto um novo plano terrorista da junta militar da Argentina. Sem dúvida nem o primeiro nem o último. Mas como assinalava o oficial superior dos Monteneros, "quando o inimigo se vê sobrigado a mentir é porque cada vez está mais certo da sua derrota".

Por último, a denúncia apresentada à Imprensa foi imediatamente comunicada às autoridades mexicanas para a sua correspondente investigação. "É preciso que os Governos latino-americanos e — disse Valenzuela — comprovem estas actividades terroristas violatórias da sua soberania. Enquanto nós respeitamos a legalidade dos países que nos oferecem asilo político, os militares argenti-

nos não vacilam em estender a sua política de repressão para fora do país."

Valenzuela assinalou os numerosos casos de assassinato da internacional terrorista militar sul-americana, que já ceifou vidas de homens como Letelier (em Washington), Carlos Pratts, Juan José Torres, Zelmar Michelini e Hector Gutierrez Ruiz (em Buenos Aires), atentou contra Bernardo Leighton, em Roma, e trocou prisioneiros, enviando Eduardo Enriquez da Argentina para o Chile ou Jaime Dri de Montevideo para Buenos Aires. "A lista é muito grande e dolorosa. Mas estamos lutando e venceremos. Porque já temos provado que nenhuma divisão de tanques pode vencer um povo que luta pela sua libertação" — afirmou. ●

AFRICA

ZIMBABWE

A farsa do «acordo interno»



Sitole



Smith



Muzorewa

O chamado «acordo interno»
entre o governo racista de Smith e os seus novos aliados
Sitehole e Muzorewa
entrará certamente para a história africana
como uma farsa e mais uma tentativa fracassada
de deter a independência e a libertação do Zimbabwe.
Repudiado por todos os países africanos
este acordo destinado a consolidar o poder da minoria branca
é apenas o prelúdio
de novas agressões e também de novas derrotas.

As cinco bombas que reventaram em pleno centro de Salisburia no dia 3 de Março, foi o primeiro "eco" público do "Acordo Interno" assinado poucas horas antes, entre o Primeiro Ministro Ian Smith e três interlocutores negros. Com este acto de intenção eminentemente política (ainda que não se revista de importância militar, pois a guerrilha independentista já demonstrou a sua capacidade de atacar na própria capital do regime racista rodesiano) a Frente Patriótica reafirmou a sua decisão de prosseguir a guerra de libertação do Zimbabue.

Pouco depois, Joshua Nkomo e Robert Mugabe, co-presidentes da única organização internacionalmente reconhecida como representativa das aspirações do povo Zimbabwano, declararam no Maputo que a manobra de Smith resultaria "completamente estéril" e pouco mudaria o panorama político da Rodésia já que "deixa o poder político e militar nas mãos da maioria branca."

O acordo assinado por Muzorewa, Sithole e Chirau não apresenta, com efeito, grandes diferenças em relação àquele que Smith tinha proposto, conjuntamente com o Governo Britânico, em Novembro de 1971 e que então fora rejeitado inclusivamente por estes três dirigentes "moderados".

À parte de aceitarem que numa data futura o país passe a chamar-se Zimbabue e que o novo Parlamento esteja integrado maioritariamente por negros, os colonos brancos pouco concederam. Estes conti-

nuarão a estar sobre-representados no poder legislativo (28 deputados brancos num total de 100, com o que o voto de cada um dos cem mil colonos equivale a dez dos três milhões de possíveis votantes negros), e poderão dispor de poder de veto nas leis fundamentais que requerirão, durante dez anos, de uma maioria especial de 78 votos.

Garante-se assim a conservação dos privilégios económicos da minoria, particularmente a "Land tenure act" que adjudica aos três por cento de brancos a metade de terras cultiváveis do país. Como se isto fosse pouco como garantia, qualquer expropriação deverá ser generosamente indemnizada e os brancos que optem por sair do país receberão, à mesma, as suas pensões fora do país.

O "Acordo Interno" garante além disso a "independência" do poder jurídico, do serviço civil (burocracia estatal) e das forças de segurança. Isto quer dizer que o futuro Parlamento de maioria negra não terá nenhum poder de controlo sobre estas áreas-chaves, que continuarão nas mãos dos colonos europeus. O exército, a polícia e as prisões não sofrerão modificações. Prevê-se uma amnistia e um convite aos guerrilheiros a incorporarem-se no exército rodesiano depois de prévio "retraining". Esta última cláusula é de pouco alcance prático já que tanto Muzorewa como Sithole renunciaram já faz tempo à via armada; o chefe tribal Chirau nunca a empregou e os combatentes da Frente Patriótica não deporão armas para vestirem os uniformes

dos seus inimigos.

Em suma, em troca da mudança de uma maioria parlamentar simbólica, os negros deveriam renunciar a todo o poder real do seu país. Esta fórmula beneficia só uma geração de líderes com base tribal como Muzorewa, Sithole e Chirau mas em nada muda o panorama social e económico da Rodésia, nem sequer na sua expressão mais cadente, na luta armada, que continuará "até criar uma sociedade nacional e democrática" como expressou a Frente Patriótica.

As projecções do acordo

No plano diplomático, porém, as projecções do "Acordo Interno" são ainda imprevisíveis. No princípio tanto os Estados Unidos como a Grã-Bretanha (que formalmente continua sendo a potência colonial da Rodésia) estão contra. O último plano Anglo-Americano, discutido com a Frente Patriótica, em Malta, no mês de Janeiro, ia muito mais para lá nas previsões e garantias para uma transferência real do poder e da maioria. E ainda assim era inaceitável, em vários pontos, para a força liderada por Mugabe e Nkomo.

Mas como declarou Robert Mugabe aos *Cadernos do Terceiro Mundo* (ver o nosso número 1) "é difícil acreditar que os norte-americanos e os britânicos estejam dispostos a cometer o suicídio" de sacrificar os interesses imperialistas em África. Que sucederá então? "As potências ocidentais permanecerão silenciosas sobre o Acordo Inter-



Um guerrilheiro da Frente Patriótica. A verdadeira independência é a que surge da ponta da espingarda

no”, prognosticou Samora Machel numa entrevista. “A África do Sul será a primeira a reconhecê-lo. Depois o farão os restantes países ocidentais e o último desses será a Grã-Bretanha.”

“Dirão que é um facto consumado — continua o presidente moçambicano — e logo dirão que os que seguem combatendo são os rebeldes e agentes comunistas. Mas o Acordo Interno é só uma forma de prolongar a guerra.”

De facto, as forças conservadoras estão-se movimentando activamente, em Washington e Londres, a

favor de um reconhecimento do novo governo que se constituirá, em Salisburia, no ano próximo. Para que isso não suceda depende em grande medida a mobilização das forças progressistas no interior dessas nações. A firmeza da atitude diplomática do Terceiro mundo e em particular dos países da linha da frente que apoiam solidamente a luta de libertação e é uma barreira às manobras reaccionárias. Estas já começam a confrontar-se com a unidade, decisão e luta das forças da Frente Patriótica. Não é segredo para ninguém que foi a guerra tra-

vada por esta Frente que obrigou Smith a fazer algumas concessões — poucas, é certo, mas, no entanto, concessões — a fim de isolá-lo política e diplomaticamente. E essa mesma guerra pode, a continuar e a aprofundar-se, fazer fracassar qualquer iniciativa que não tome em conta o autêntico movimento de libertação do Zimbabwe. Robert Mugabe já declarou à nossa revista que não há solução por via de negociações. A verdadeira independência é a que surge na ponta da espingarda.

ANGOLA

O inimigo não descansa



Presidente Neto: as suas denúncias confirmaram-se

*O recrutamento de mercenários
para serem utilizados contra Angola continua.*

*Uma revista norte-americana
feita especialmente para os meios onde estes são recrutados.
«Soldiers of Fortune — The Journal of Professional Adventurers»,
confirma as denúncias neste sentido
ao publicitar e propagandear os seus crimes.*

Em várias oportunidades o presidente Agostinho Neto e outros dirigentes do MPLA reiteraram as suas denúncias sobre as novas ameaças imperialistas contra Angola. Ainda que o povo angolano tenha motivos de sobra para confiar nos seus líderes e não tem quaisquer dúvidas em relação a eles, algumas pessoas no exterior — interessada ou ingenuamente — negam a sua validade.

Os factos confirmam a existência de uma permanente conspiração contra Angola, que não cessa apesar das contínuas derrotas que lhe tem sido impostas pelo governo e pelo povo deste país.

Agora mesmo foi divulgado que a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) — que não é uma Frente, nem é nacional nem muito menos angolana — contratou mais de duzentos mercenários para revitalizar as suas fileiras, virtualmente dizimadas pelas Forças Armadas de Libertação de Angola (FAPLA).

Simultaneamente recrudescer a campanha internacional, inventando-se fantasiosas "invasões" da FLEC (Frente de Libertação do Enclave de Cabinda) contra essa rica província angolana. Os nossos leitores tomaram conhecimento de uma longa reportagem que dois enviados especiais dos *Cadernos do Terceiro Mundo* realizaram em Cabinda, na qual se evidenciava o completo domínio que o MPLA e o governo de Angola exercem na província, com total apoio popular.

Afirma o ditado "Onde há fumaça, há fogo". Esta campanha sobre a FNLA e a FLEC reflecte sem dúvida os propósitos e, mais do



que isso, os preparativos do imperialismo para novas aventuras contra Angola.

O facto dos restos da FNLA, da UNITA e do fantasma da FLEC recorrerem a mercenários revela a total impotência e desorganização destes movimentos fantoches.

Este novo recrutamento de mercenários não é, no entanto, um facto inédito, nem tão pouco foram feitos muitos esforços para ocultá-lo nos Estados Unidos e na Europa. No seu último número de Janeiro de 1978, uma das publicações mais abjectas e repugnantes das que se editam nos Estados Unidos "Soldiers of Fortune — The Journal of Professional Adventurers": brinda uma informação pormenorizada sobre o tema.

Tranquilizando os potenciais mercenários em relação às suas futuras "oportunidades de trabalho", a revista revela claramente o nível de participação dos "soldados de fortuna" nas agressões contra Angola. A FLEC — afirma o *Soldiers of Fortune* — "conta com o apoio de mercenários franceses dirigidos por um veterano das guerras do Biafra e do Congo, Bob Denard". A propósito da FNLA, a publicação norte-americana é ainda mais ex-

plícita ao assinalar que "nos últimos meses fortaleceu a sua fibra com o recrutamento de um grande número de mercenários norte-americanos, quase todos veteranos da guerra do Vietnam" ao explicar que "O sistema é, basicamente, um ou dois veteranos experimentados trabalhando com 10 ou 12 homens da FNLA". Sobre as origens reais desta conspiração o órgão oficial dos mercenários informa concretamente que "a operação FNLA é a primeira manobra clandestina empreendida pela Agência Central de Inteligência (CIA), dos EUA, desde o Watergate".

"Soldiers of Fortune" também contém abundantes informações sobre as conexões da UNITA com essa verdadeira mafia internacional. Não é gratuitamente que os centros de recrutamento de mercenários estão sendo obrigados a fazer propaganda dos apoios políticos com que contam. Trata-se de tornar mais atraente a tarefa depois dos seus desastres em Angola e Benin e do julgamento que sofreram em Luanda.

As autoridades angolanas deixaram muito claro que qualquer mercenário capturado em operações contra o seu país será exemplarmente castigado. Não há dúvida que o Estado Angolano tem a mais ampla base jurídica e o total apoio internacional para proceder assim. Não é possível ter tolerância com esse tipo de actividade criminosa desenvolvida contra países que lutam denodadamente para garantir a sua independência e assegurar a libertação económica e social dos seus povos. ●

ÁFRICA DO SUL

A máquina de guerra sul-africana



Clóvis Brigagão

A máquina de guerra sul-africana representa uma grave ameaça para a África e para a própria paz mundial. O seu poderio foi construído com o apoio das potências ocidentais. A sua indústria bélica que hoje permite ao regime racista uma virtual auto-suficiência em quase todos os ramos militares foi construída em estreita associação com as empresas bélicas, aeronáuticas e electrónicas destes países.

É a partir dos anos 60 que o Governo minoritário de Pretória irá utilizar toda a sua capacidade de recursos para aumentar seu poderio, quer no plano interno, quer do ponto de vista de suas relações com África e com o Ocidente.

A seguir os massacres de Sharpeville e Langa, novos métodos de repressão serão elaborados, com o intuito de conter o avanço da resistência e das lutas desencadeadas pela maioria do povo sul-africano. O propósito é mobilizar toda a população branca (20 por cento da população total) da África do Sul, com vista a desencadear uma guerra interna contra a maioria negra. O Ministro da Defesa Nacional da época era então claro quando dizia que se "as potências mundiais se preparam continuamente para a guerra, a África do Sul está decidida a fazer face a todo e qualquer conflito interno".

Estamos, por outro lado, em plena fase das lutas dos Movimentos de Libertação em África em geral, e em particular nas antigas colônias portuguesas vizinhas da África do Sul: Moçambique e Angola. Diante desse contexto, o Governo minoritário de Pretória, lança-se na escalada armamentista. As despesas consagradas à Defesa Nacional, ir-se-ão orientar, estratégica e operacionalmente, para a supressão dos desafios internos lançados contra o domínio do Apartheid e para a intimidação dos nascentes movimentos de libertação que utilizam a luta de guerrilha.

A descolonização caracterizada pela criação de Estados independentes e de Governos de maioria africa-



Jactos Camberra da Força Aérea sul-africana.

na, provoca uma reorientação no sistema internacional no sentido de levar a cabo a política do Apartheid. A resposta da África do Sul não tarda: trata-se de aumentar a sua força militar para impedir o enfraquecimento do sistema de dominação racial, ao mesmo tempo que, fortemente militarizada, a África do Sul poderia "negociar" com seus aliados e, através da ONU, poder prolongar sua presença ilegal na Namíbia (1).

Dessa forma, o Governo de Pretória embarca numa rápida transformação de sua estrutura armamentista, que irá ultrapassar de muito os níveis acumulados até os anos 50. Se examinarmos a questão pelo aumento do orçamento da Defesa Nacional, poderemos ver como é que a África do Sul dispõe hoje de uma forte base para desenvolver a sua produção militar (ver quadro).

Justamente após a criação da OUA (Organização da Unidade Africana) em 1963 (Addis Abeba), o Ministro da Defesa anunciava que "à luz dos novos factos que estão sendo preparados contra a África do Sul em

Addis Abeba, a questão de assegurar o adequado treinamento à nossa defesa e segurança interna, torna-se mais e mais crucial... Confio que não estará longe o tempo em que deveremos treinar cada jovem para o serviço militar".

De facto, em duas décadas o regime do Apartheid desenvolveu tal arsenal bélico que supera todos os demais Estados Africanos (ao sul do Saara), colocando a África do Sul entre aqueles Estados que mais gastam em Defesa (28 vezes mais de 60-78).

Vale a pena assinalar que tais gastos e a estrutura bélica desenvolvida pelo Estado sul-africano, ainda que esteja dimensionada pela si-

África do Sul
Orçamento
da Defesa Nacional
(em milhões de dólares)

Anos	\$
1960-61	72
61-62	120
62-63	200
63-64	262
64-65	350
65-66	383
66-67	426
67-68	443
68-69	421
69-70	452
70-71	428
71-72	527
72-73	573
73-74	652
74-75	750
75-76	1132
76-77	1494
77-78	2000

Fonte: The Military Balance (IISS), 1960

tuação da independência dos novos países Africanos, sua capacidade "defensiva" não está voltada directamente contra um ataque externo ou planêada na perspectiva de um confronto de guerra convencional. Essa escalada militarista foi concebida — e Sharpeville (1960) e Soweto (1977) dão bem a sua dimensão — em termos de repressão aos movimentos sociais e de acção contra-insurreccional num campo político e militar no qual a actuação da guerrilha seria a base do conflito.

As bases do sistema

À medida que o Governo de Pretória vê fortalecido o seu sistema repressivo, novas estruturas de poder nas áreas política, social e militar serão implementadas. Assim como a política do "desenvolvimento separado" (Apartheid) serviu para mascarar, ideologicamente, a brutal segregação racial e a sistemática exploração da mão-de-obra africana desde o início do Séc. XX, a posterior implantação dos Bantustões vai servir de instrumento para o modelo de desenvolvimento adoptado pelo governo minoritário, resguardando as áreas mais férteis e produtivas para assegurar a dominação social branca durante os anos 50.

A partir dos 60, assegurados os dispositivos jurídicos que reforçam o sistema do Apartheid e paralizam temporariamente os movimentos de libertação, o Governo sul-africano irá voltar-se para a implantação da sua última peça necessária a criar, através da ideia da segurança nacional, um verdadeiro cintu-



A guerra interna à população africana é a primeira missão do exercício racista

rão sanitário capaz de responder às pressões internas e externas.

Intensifica-se o estabelecimento do complexo industrial-militar com a política adoptada por Pretória no sentido de importar o maior número possível de armamento: essa política terá toda a conivência das potências ocidentais no sentido de fornecer material bélico e financiar a própria produção doméstica de armas.

O ponto de partida dessa política são os Acordos Navais de Simonstown (1957) entre a Inglaterra e o Governo de Pretória (mais tarde revisados em 1961 e 1967). Depois de algum

tempo, suficiente para garantir à África do Sul uma maior "autonomia", a Inglaterra diante das dificuldades económicas internas irá limitar o seu papel militar com relação à África do Sul, enquanto esta irá concentrar todos os seus esforços na expansão da indústria naval, de maneira a assumir maiores responsabilidades no Atlântico Sul, sendo então reconhecida pela oficialidade naval de Sua Alteza, a maturidade da marinha sul-africana.

A seguir, Pretória irá procurar reter um monumental arsenal de armamentos. Basta mencionar que, de 1950 a 1970, a África do Sul adquire um montante

África do Sul de 650 milhões de dólares em armamentos, o maior em África (ao sul do Saara). E dentro dessa escalada, o regime do Apartheid irá mobilizar cada vez mais os seus recursos para propósitos militares e poder auto-sustentar em termos de produção bélica. Paralelamente ao seu esforço bélico impressionante, a África do Sul observando as opções nucleares que se apresentam, irá iniciar, em 1965, através do Conselho Sul-Africano de Energia Atómica, o seu primeiro reactor nuclear (SAFARI 1), aproveitando o facto de ser um dos maiores produtores de urânio do mundo.

Produção doméstica de armamentos (PDA)

A determinação do regime sul-africano de se tornar auto-suficiente em termos de produção dos principais sistemas de defesa, estão de alguma maneira relacionada com a decisão das Nações Unidas, em 1963, de propor o embargo de armas contra o regime do Apartheid.

O resultado disso tem sido um impulso muito grande da produção doméstica de armamentos, capaz de satisfazer todas as necessidades do Estado em termos de poder suprir suas forças armadas de armamento convencional e também dispor de um equipamento de grande sofisticação. (2)

Dado o segredo que envolve essa produção interna de armas, é ainda cedo para se fazer um balanço mais completo e proceder a uma análise mais profunda das implicações internas e externas desse novo militarismo sul-africano. Para um

governo racista que se vê (num apego perverso) como o baluarte da supremacia branca lutando contra os males do mundo, a resposta a uma nossa pergunta "Quanto é o bastante? será obviamente sempre "Cada vez mais".

E certamente será com esse Cada vez mais que iremos tentar compor um quadro aproximativo da construção doméstica de armas, podendo já afirmar que a África do Sul é quase que completamente auto-suficiente em pequenas e médias armas, em munições, bem como na produção de bombas de napalm, bombas aéreas, bombas a gás (para efeitos psicológicos) etc.

Aviões e mísseis

No campo das armas maiores, o plano para produzir, domesticamente, o Mirage F-1, a partir de 1977, representa o culminar da sua política, que tem início nos anos 60.

Interligado a esse desenvolvimento, Pretória já vinha produzindo (por etapas), vários tipos de sistemas de Mísseis. Além do Sistema CACTUS (Míssil tipo superfície-aéreo, versão do tipo CROTALE francês) e do EXOCET que equipa a sua marinha,

a África do Sul possui projectos de míssil tipo aéreo-superfície e recentemente vem testando um míssil teleguiado tipo aéreo-aéreo (similar ao tipo MATRA francês), planeado para equipar os novos Mirages F-1. (ver caixa)

O principal centro de produção na África do Sul é a Corporação Atlas de Aviões, Lda. nos arredores de Johannesburg, estabelecido nos últimos anos de 60, com a assistência da Sud Aviation em França. Actualmente — com a utilização em grande escala de uma "tecnologia sul-africana" e após anos de intenso treinamento de quadros técnicos capazes de levar a cabo o "modelo" interno de produção bélica — esse Centro emprega cerca de 4500 especialistas na produção de aviões e helicópteros, sob licença da França e Itália.

O complexo industrial-militar

Também poderemos ver, pelo número de projectos levados a efeito, que a África do Sul tem de facto uma sólida estrutura para poder enfrentar futuros problemas com a comunidade internacional, principalmente quanto à questão do embargo.

QUADRO 1

Número de Projectos da PDA, 1950-1970

Aviões Combate	6
Veículos Combate	3
Navios Guerra	4
Mísseis e Foguetes	3
Engenhos-aéreos	2
Aparelhos Electrónicos ..	4
TOTAL	22 projetos

Em termos de África, a produção total da indústria de Defesa da África do Sul é significativamente importante. O valor da produção total em 1975 estava na ordem de 200 milhões de dólares, ocupando uma força de trabalho de aproximadamente 80 000 pessoas. Esta mesma produção em relação ao PNB (para 1975) foi de quase 1 por cento. Em relação aos Gastos Militares de 1977 foi de 23 por cento.

Dados esses números, é importante dimensionar o quadro da expansão dessa produção doméstica, considerando que nos próximos 5-10 anos a África do Sul continuará a expandir a sua produção, não só para atender às necessidades da sua Defesa, como também irá procurar exportar armas para outros países, quer da África, quer da América Latina e mesmo para países da Europa. Podemos apreciar a magnitude da Defesa da A. do Sul, comparando os números de 74/75 com os de 77/78 para o pessoal das FFAA (ver quadro).



Lança-mísseis teleguiado de fabricação sul-africana

QUADRO 2

África do Sul: Pessoal Militar, 1974/75 - 1977/78

	REGULAR		RECRUTADO		RESERVA		TOTAL		D. AUMENTO
	74/75	77/78	74/75	77/78	74/75	77/78	74/75	77/78	74/75-77/78
Exército	7000	16 600	27 500	38 500	60 000	130 000	94 500	185 000	90 500
Marinha	3200	4100	1250	1400	9000	10 500	13 450	16 000	2550
F. Aérea	5000	5500	3000	3000	3000	25 000	11 500	33 500	22 000
F. Paramilitar (Polícia)	—	—	—	—	—	—	75 000	90 000	15 000

Fonte: Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (IISS), The Military Bance, 74-78.

África do Sul Os actuais planos de expansão incluem, além do projecto Mirage, barcos de alta velocidade equipados com mísseis, corvetas equipadas com mísseis (projecto iniciado em 1975), fragatas, e um novo projecto de produção de submarinos (a partir de 1979), bem como a produção de componentes para aviões como os modelos Atlas Impala, Aer-macchi AM3, helicópteros Puma, etc.

No momento, no Centro Industrial de Simonstown, a produção amplia-se com 40 a 50 novos projectos suplementares, bem como submarinos de 300 toneladas, que é um sinal de expansão no campo onde a África do Sul até então era dependente do fornecimento de material do exterior.

Cooperação com os aliados ocidentais

Obviamente, toda essa estrutura da produção doméstica de armas não seria possível se não houvesse uma estreita cooperação, através de licenças e outras facilidades, da França, Inglaterra, Estados Unidos, Israel, Alemanha Federal e Itália, bem como colaboração técnica entre a África do Sul e a Argentina, o Brasil e o Canadá.

No final dos 60, companhias como a Parachutes Industry Lda. (que produz



O regime racista também está a construir submarinos

equipamentos gerais para as Forças Armadas, com técnicas e máquinas dos USA), a Marconi (produtor de circuitos e bússola de rádio para o avião Impala), estabelecem-se na África do Sul, assim como a Imperial Chemical Lda. (fabricante de explosivos). A Companhia Internacional Aeradio Southern Africa Lda., por exemplo, tem uma produção garantida porque tem a assistência da EMI, Philips, Racal Electronics.

A propósito dessa concepção, em larga escala, que fornece à África do Sul as mais sofisticadas técnicas, equipamentos, know-how para que ela se possa auto-capacitar e produzir domesticamente o que necessita, vale a pena citar a declaração do Presidente da Rolls-Royce:

“O Cliente, qualquer que seja a sua situação domésti-

ca, requer segurança na entrega dos seus fornecimentos e não espera que mudanças rápidas no controlo político interno ou externo venham afectar essas entregas”.

(International Defense Business, 20 de Maio de 1974)

Com essa cooperação, a capacidade operacional da indústria bélica sul-africana ir-se-á expandindo, o que poderá limitar, por um lado, a eficácia do embargo imposto pelas Nações Unidas, ao mesmo tempo que colocará em risco a segurança e a paz na região sul e eventualmente poderá ameaçar o próprio equilíbrio mundial.

A África do Sul intensifica a sua militarização impunemente, e novos projectos de cooperação, novos planos de expansão doméstica, continuam a ser desenvolvidos, como é o caso agora da Rolls-Royce que se envolve num novo projecto para o avião Impala (de origem Italiana), sub-licenciando o modelo do seu motor.

O regime do Apartheid está interessado em demonstrar como é irreversível a sua aventura belicista, e assim, permanecer como uma aliada potencial do ocidente, ao construir um forte e bem-equipado sistema militar.

(1) - Foi em 1962 a primeira condenação do Apartheid pela ONU, através da resolução apresentada por 34 países africanos e asiáticos, considerando o Apartheid uma ameaça à paz e segurança internacional e condenando a cooperação entre as potências ocidentais e o regime de Pretória.

(2) - É o exemplo do sistema de Alarmes (implantado no Transvaal) para detectar intromissões aéreas, bem como guiar eletronicamente interceptores. Esse sistema foi originalmente construído pela Inglaterra, mas em 1965 passava completamente para o controlo da África do Sul. A partir de 1972 um novo sistema Central de Defesa (subterrâneo) foi interligado ao sistema de alarmes, fazendo da África do Sul o único centro operacional desse tipo em toda a África.

MOÇAMBIQUE

As eleições consolidam o poder popular

*A dois anos apenas da vitória sobre o colonialismo
e superando as agressões rodesianas,
o jovem país organiza as Assembleias do Povo.
Operários, camponeses e soldados
antes marginalizados
são agora deputados e aprendem a dominar
os instrumentos de um poder do povo e para o povo.*

Etevaldo Hipólito



MUITAS de nós somos viúvas dos trabalhadores que foram massacrados nas plantações", declara uma camponesa de Xinavani. Nesta localidade, situada na província de Maputo, a população foi vítima, em 1961, de um massacre promovido pelas tropas coloniais portuguesas. Agora, centenas de camponeses e suas famílias estão reunidos aqui para celebrar as primeiras eleições da província. Em homenagem a todos os mortos, coube a Xinavani o privilégio de eleger uma Assembleia do Povo.

Os candidatos chegam ao centro de reunião debaixo de um grande aguaceiro. São 35 pessoas ao total, dez camponeses, oito operários, e o restante são funcionários públicos e empregados de outros serviços. Há sete mulheres candidatas.

Esta é a fase final de um processo que se iniciou quando os nomes dos candidatos foram propostos aos vizinhos e companheiros de trabalho como representantes à Assembleia de Localidades. Agora uma audiência mais ampla deverá pronunciar-se sobre as suas qualidades políticas e pessoais. Tal como os seus eleitores, a maioria deles são analfabetos. Estão pobremente vestidos, descalços e não falam o português, língua oficial do país.

Estas cenas que em linhas gerais se repetiram em todo o território moçambicano entre os meses de Setembro e Dezembro passados, são o culminar de uma grande campanha de mobilização popular que precedeu as primeiras eleições gerais convocadas pelo presidente Samora Machel,

cumprindo o programa do Partido e as resoluções do III Congresso da Frelimo.

Esta transcendente decisão foi anunciada ao país somente no 1.º de Setembro, no momento da realização da primeira sessão da Assembleia Popular, reunida com carácter provisório.

O evento que durou três dias, foi dominado por um clima justificadamente emotivo. elhos companheiros de armas se reencontravam em clima de vitória. Alguns dos presentes vieram do núcleo inicial que desencadeou a luta armada, e outros são os que nela se incorporaram posteriormente. Quadros clandestinos que actuavam na semi-clandestinidade, todos, de uma ou de outra forma, irmanaram-se na guerra de libertação.

Já no primeiro dia, a presença de um velho de cabelos brancos, falando em língua makonde, uma das línguas mais populares, da província de Cabo Delgado nas zonas libertadas do norte do país, marcou um momento emocionante. O Presidente Samora Machel, fazendo a sua apresentação à Assembleia disse: O velho Halabi mostrou-nos o caminho que percorreremos. Ontem era oprimido e explorado, ontem transportou a machila (I). Hoje é deputado da Nação.

De «indígenas» a cidadãos

A República Popular de Moçambique vive actualmente uma das suas experiências mais importantes. Apenas dois anos depois da proclamação da independência, o povo — todo o povo — foi chamado a participar num processo elei-

toral, um passo em frente na consolidação do poder da classe operária. Foram democraticamente eleitos os deputados para as Assembleias das localidades, cidades, distritos, províncias e da nação.

As últimas eleições promovidas pelo já agonizante colonialismo português realizaram-se em 1973, e foram essencialmente manipuladas para manter no poder a Acção Nacional Popular, associação fascista dirigida pelo então Primeiro-Ministro, Marcelo Caetano, que expulso de Portugal depois do 25 de Abril, é hoje professor de Direito de uma universidade privada no Rio de Janeiro.

Sob o regime de Salazar-Caetano, seria ilusório esperar que se permitisse a participação igualitária dos moçambicanos. Numa das suas obras definitórias sobre a ideologia do seu regime, Caetano expressa-se assim sobre os naturais de Moçambique: Os indígenas — são súbditos portugueses submetidos à protecção do Estado português, mas sem formar parte da Nação, seja esta considerada como unidade cultural ou como uma associação política de cidadãos...

Com esta definição discordava outro expoente da cultura jurídica salazarista, o professor Adriano Moreira, ex-delegado de Portugal nas Nações Unidas. Segundo ele, os indígenas eram nacionais, mas não eram cidadãos.

Estas filigranas jurídicas formavam uma rede que prendia milhões de africanos sob o domínio colonial português, sem direito à posse de terra nem ao exercício de voto.

Enquadrando os eleitoras



Os camponeses e os operários formam o grosso das pessoas a votar e a serem votadas.

segundo o grau de instrução, sexo e situação económica, e excluindo as mulheres do direito de votar, a legislação salazarista marginalizava politicamente 98 por cento da população por não saber ler nem escrever, nem expressar-se correctamente na língua portuguesa.

O resultado dessa discriminação política foi que, dos oito milhões e meio de habitantes de Moçambique, apenas 168 mil tinham direito ao voto. Esses eleitores eram constituídos pelos colonos portugueses, aos quais agregava-se um pequeníssimo número de africanos negros ou mulatos, elevados à categoria de 'as-similados'.

Não obstante esse sistema altamente selectivo, as eleições convocadas por Marcelo Caetano foram um fracasso. Foi inútil o esfor-

ço do governo colonial para demonstrar ao Mundo que havia democracia em Moçambique. Perto de 50 mil eleitores inscritos não compareceram às urnas.

Hoje o quadro é completamente diferente. Camponeses e operários constituem o grosso das pessoas com direito de votar e de serem votados.

Dinamizando o processo eleitoral

Assim que foi conhecido o texto da lei eleitoral, iniciou-se em todo o país uma intensa campanha de mobilização popular. Enfrentando problemas tais como as deficiências dos órgãos de comunicação social, dos transportes, e dos dados capazes de fornecer um quadro da real situação demográfica, foi feito um enorme esforço no sentido de

levar a discussão político-eleitoral aos rincões mais distantes do País. Os Grupos Dinamizadores tiveram um destacado papel nesse trabalho de mobilização. A campanha partiu das zonas rurais — primeiro escalão do Poder Popular — até cobrir todo o País.

Um facto chamou a atenção: o número de Assembleias do Povo eleitas no interior. Isso revelou o êxito do Partido e do Governo na reorganização política, económica e social das populações do interior, muito dispersas, agrupando-as em novas bases, isto é, nas Aldeias Comunais.

A densidade demográfica de Moçambique é uma das mais baixas do continente: 9 habitantes por km². Mas esse número desce até 2,2 à medida que se afasta da costa em direcção ao interior. Mais de 80 por cento

Mocambique da população, cerca de 7 milhões de pessoas, vive no campo.

A campanha eleitoral permitiu algumas revelações importantes sobre as mudanças que Moçambique atravessa. Uma delas é o facto de que as localidades que não passavam de 250 no fim do colonialismo, ultrapassam agora o número de 900. Além do mais, isto significa uma profunda transformação das estruturas do colonialismo, e indica que se está a preparar o terreno para a implantação do Poder Popular fora dos centros urbanos.

Assinale-se que as eleições foram realizadas em circunstâncias particularmente difíceis. O País foi vítima de constantes agressões por parte do regime minoritário e racista instalado na vizinha e rebelde colónia da Rodésia do Sul.

Uma das piores incursões desse tipo foi realizada em Novembro, contra a população da cidade de Chimoi, capital da Província de Manica. Durante dez horas, aviões 'Mirage III' desencadearam um cerrado ataque, lançando bombas incendiárias, e de napalm, seguido de desembarque de tropas, operação esta realizada com aviões DC-3 e uma esquadrilha de dez helicópteros. O alvo principal desse ataque foi um campo de refugiados vindos do Zimbabwe. A agressão causou um grande número de mortos e de feridos.

No dia 26 houve um novo ataque contra outro campo de refugiados, em Tembwe, na província do Tete, e mais outros dois, a 27 e a 29, contra Espungabera, uma pequena povoação nas margens do rio Lu-

site, ambos na Província de Manica. Mas nada disso diminuiu o entusiasmo do povo, e a campanha eleitoral seguiu sem pausas.

Quem deve representar o povo

O processo de selecção dos candidatos, além de ser directo, isto é, com ampla participação popular, foi bastabte rigoroso. Em princípio, todo o cidadão moçambicano, maior de idade, e em pleno gozo dos seus direitos políticos, pode eleger e ser eleito. No seu capítulo III, Artigo 12, a Lei Eleitoral diz expressamente: "A eleição é o acto da constituição do sistema unitário das Assembleias desde a Localidade até a Nação. Nas eleições podem eleger e serem eleitos todos os moçambicanos independentemente da sua cor, raça, sexo, origem étnica, lugar de nascimento, grau de instrução, condição social ou profissão, sempre que no dia da eleição tenham a idade mínima de 18 anos".

Existem, naturalmente, os impedimentos legais. Por exemplo, estão excluídos os doentes mentais, as pessoas que cumprem penas por crimes previstos no Direito Comum, e os indivíduos que tiveram papéis destacados nas organizações políticas fantoches, alimentadas pelo colonialismo (GUMO, FRECOMO, FICO, e outras), a Acção Nacional Popular, o partido dirigido por Marcelo Caetano, e o Movimento Nacional Feminino. Esta era uma organização manipulada pelos governadores através de suas mulheres e familiares, e cuja tarefa era dar um múltiplo apoio às

tropas coloniais em missão de combate.

Nesta lista de impedimentos legais, incluíam-se os membros do sistema repressivo colonial, como por exemplo, os cipaios.

Dependendo directamente dos administradores dos Conselhos ou circunscrições, os cipaios formavam um corpo de polícia civil de baixa hierarquia. Constituídos por moçambicanos negros, eram responsáveis pela colecta de impostos, recrutamento forçado de trabalhadores, actuavam como guardas prisionais, e tinham a seu cargo a aplicação de castigos corporais contra os rebeldes. Para incentivar o tribalismo, eram enviados com frequência para servir fora da sua província de origem.

O rigor demonstrado pelos cipaios na aplicação de métodos violentos no controlo da população, actividade que não deixava de render algumas migalhas de poder político e económico, transformou-os numa das mais odiadas instituições do regime colonial.

Com os Comandos e com a PIDE, coexistiam outras cinco entidades integrantes do sistema repressivo colonial:

- A OPV (organização Provincial de Voluntários da Defesa Civil), grupo de apoio à polícia, com treino militar para intervir também nos combates.

- Os GE (Grupos Especiais), eram treinados no Dondo, uma vila a 30 quilómetros da cidade da Beira, por pára-quedistas portugueses, que por sua vez, contavam com a assistência da NATO. Os membros dos GE eram todos moçambicanos negros, e tinham como missão actuar como

guerrilheiros da FRELIMO disfarçados. Quando o governo colonial suspeitava que uma determinada povoação estabelecia os primeiros contactos com os patriotas em armas, enviavam estes elementos à localidade, que depois de a ganhar a confiança para medirem a profundidade das ligações com a FRELIMO, massacravam a população sem contemplações.

— Os Comandos eram integrados por moçambicanos negros e brancos, além de soldados vindos da Metrópole. Quando a guerra de libertação ganhou terreno, foi aberto um campo de treino dos Comandos em Montepuez, em Cabo Delgado. Eram forças especiais do choque, e entre os filhos dos colonos, se se era Comando, tinha-se um status privilegiado.

— Os GEP (Grupos Especiais de Paraquedistas) constituíam uma força à parte, controlada pelos grandes capitalistas. Eram capitaneados nomeadamente pelo industrial português Jorge Jardim, e assessorados por oficiais ultras, como o general Kaulza de Arriaga, último comandante colonial português em Moçambique.

— Os Flechas foi um grupo organizado originariamente em Angola para ajudar a combater a luta de libertação, e posteriormente introduzido em Moçambique onde actuava sob o comando directo da PIDE, cujos métodos brutais foram tão conhecidos, que não vale a pena recordá-los. A tarefa principal do Flechas, era manter a população em estado de choque, principalmente pela maneira de eliminar os seus filhos, geralmente com o em-

prego de armas brancas.

Nas Assembleias Eleitorais analisou-se amplamente a actuação desses corpos repressivos, e por conseguinte, o grau de responsabilidade das pessoas que neles participaram e que por sua conduta eram declaradas não aptas para o exercício do voto.

Os métodos adoptados nas Assembleias para abordar esses problemas eram muito simples. No começo das reuniões perguntava-se às pessoas presentes que haviam pertencido a esses corpos repressivos que reconhecessem essa condição. Muitos faziam-no voluntariamente e não eram objecto de tanto repúdio como aqueles que tentavam passar despercebidos, mesmo tendo algum passado comprometedor.

A todos era amplamente garantido o direito de defesa, inclusive o de refutar ou invalidar as acusações que lhes eram feitas.

Em relação aos candidatos a deputados, a situação era mais grave, pois vários deles haviam conseguido infiltrar-se na célula do seu bairro ou local de trabalho, até serem desmascarados pela vigilância popular, chamada a manifestar-se repetidas vezes. Estes elementos “são minas que a qualquer momento vão explodir”, advertiu o Presidente Samora Machel, num encontro com trabalhadores.

Não há dúvida que a vigilância popular se estendeu para além dos remanescentes dos corpos repressivos que haviam exercido uma implacável actuação contra o povo. Também foram objecto de repúdio dos eleitores, os antigos régulos e n'dunas, seus auxiliares di-

rectos. Por outro lado, determinadas práticas tradicionais como a poligamia e o lobolo (compra de mulher por meio de objectos de valor ou dinheiro) e os vícios como o alcoolismo e a vadiagem, foram duramente criticados.

Foram igualmente duramente criticados pela Assembleia, e receberam a sua condenação, todos aqueles que, por excesso de cuidado ou por problemas pessoais, levantavam acusações que no decurso do debate se comprovavam inconsistentes ou injustas.

Uma democracia popular

Esta confrontação directa entre as populações, os candidatos a deputados e os representantes do Partido e do Governo, permitiu que fosse abordada uma extensa gama de questões relativas à implantação de uma democracia popular em Moçambique. Foram também importantes instrumentos para a consciencialização das massas trabalhadoras. E isto assume um significado especial se tivermos em conta não somente a concepção que orientou a implementação das Assembleias do Povo, mas também a composição destes organismos e os vínculos que devem manter com as populações.

Essas questões recuperaram e aprofundam as experiências vividas pelo povo nas zonas libertadas, devendo ser em cada escalão do Estado, a “expressão suprema dos interesses e da vontade da classe operária e seu aliado fundamental, o campesinato”.

Tanto as Assembleias do Povo como os órgãos criados por sua iniciativa,

orientam-se segundo os princípios do centralismo democrático.

Por outro lado, com a eleição dos seus representantes, não termina para a classe trabalhadora a sua participação na vida política do país. A Lei Eleitoral em vigor, estabelece que um deputado ao ser eleito, assume um compromisso com o povo, que por sua vez tem a obrigação de supervisionar o exercício do seu mandato. Isso implica que um mandato é válido na medida em que quem o exerça e continue merecendo a confiança daqueles que o elegeram.

Se a vigilância popular resolve que o comportamento de um deputado entra em choque com a natureza mesma da responsabilidade para cujo exercício foi investido, ela deverá exigir a revogação do seu mandato. Existe pois uma relação de interdependência, vínculos de mútuo compromisso, entre a massa trabalhadora e os membros das Assembleias Populares. Esta característica contribui para situar tais organismos fora de qualquer concepção burguesa do Estado.

Ficou claro que aos deputados camponeses, operários e soldados, caberá defender os interesses definidos pela Nação como um todo, o que equivale a um rechaço claro, formulado em termos inequívocos, de clientismos regionais, de clan ou de grupos sociais ou religiosos.

UMA PRESENÇA PERMANENTE

Nos diferentes momentos da campanha eleitoral,



era ressaltado com grande vigor o perfil das Assembleias populares. Não importando o nível em que estas se situem, deverá estar presente na sua acção cada aspecto da vida quotidiana da Nação. Além dos profissionais liberais, dos intelectuais, dos membros das forças armadas, das milícias populares, e dos órgãos de segurança nacional, deverão participar especialmente desse novo e fascinante debate "o mineiro e o pescador, o empregado do comércio e o do hotel, a dactilógrafa e o motorista, o sapateiro e o carpinteiro, o artesão e o pequeno comerciante, em resumo, todos aqueles que servem o povo com o seu trabalho exemplar", declarou o Presidente Samora Machel.

Na reunião da primeira sessão da Assembleia Popular Provisória, além do episódio com o velho combatente Halabi Makanga, houve outro igualmente emocionante. Coube a uma camponesa, deputada pela Província de Gaza, na zona fronteiriça com a colónia rebelde da Rodésia do Sul, apresentar uma mensagem sobre as Aldeias Comunitárias. Lia o texto lentamente e às

vezes confundia palavras e parágrafos. Mas obstinava-se na leitura palavra por palavra, sílaba por sílaba. Quando terminou a sua mensagem, a Assembleia em pleno irrompeu numa estrondosa ovação. Emocionados, antigos quadros da guerra, camponeses, e operários com suas roupas domingueiras e também as forças populares em traje de campanha, homens e mulheres, algumas com o rosto tatuado, proclamaram o seu estímulo e a sua admiração por aquela trabalhadora do campo que, como tantas outras no país, marcava a sua nova presença nos mais altos centros de decisão política e administrativa de Moçambique Independente.

Os representantes de uma população antes completamente marginalizada e oprimida, aprendiam a dominar um novo instrumento do Poder Popular. ●

1) Liteira segurada por 4 homens e utilizada por administradores, altos funcionários e homens ricos das zonas rurais de Moçambique, até à década de 50.

Os novos deputados

Maria Maissa: Agora sei escrever o meu nome

Nasci no Distrito de Morumbene, na Província de Inhambane. Tive a infelicidade de meu pai morrer quando eu era ainda muito pequena. Minha mãe ficou com cinco filhos. Muitas vezes era levada para trabalhar na machamba da administração, na do régulo ou noutros campos de trabalho forçado. Por isso nunca cheguei a pôr os pés na escola. Era ainda muito jovem quando fui levada por um homem para viver na casa dele como sua mulher. Cresci e ele ficou como meu marido.

Trabalhei em campos forçados de arroz e mais tarde foi no de algodão. Padei muitos sofrimentos, muitas vezes fora de casa, porque minha mãe se via obrigada a esconder-nos no campo para que não nos levassem para os trabalhos forçados. Não tínhamos salários. Éramos obrigados a trabalhar naqueles campos, vigiados, e no fim da colheita íamos receber pelos sacos o valor do algodão, o que era marcado pelos mesmos colonialistas.

O nosso trabalho era dirigido pelos n'dunas e pelos cabos, mas todas as ordens

eram recebidas do régulo, que por sua vez as recebia da administração. Este era o seu sistema de organização. No trabalho tínhamos contacto directo com os n'dunas e com os cipaiois. Eles fiscalizavam-nos e batiavam-nos.

Agora estou muito satisfeita. A primeira satisfação é que já sei escrever o meu nome. Isto era o que os colonialistas nos negavam. Não podíamos sequer saber o que produzíamos. Agora sei escrever. Já sei ver o que produzimos e o que vendemos. Depois, estou contente, porque sei que o fruto do nosso trabalho recai em nosso favor. Trabalhamos em colectivo, não trabalhamos sós, e já não existem aqueles parasitas que esperavam que nós produzíssemos para poderem comer. Isso é um acontecimento muito importante na nossa vida de agora.

A nível nacional eu vejo que há uma tarefa fundamental na transformação da sociedade que estamos realizando. Esta transformação só será possível quando abandonarmos a vida individual, dispersa, para passarmos todos a viver nas aldeias comunais. Por

que para combater a exploração do homem pelo homem, isso só será possível nas aldeias comunais. Mesmo para aqueles que ainda carregam consigo as ideias da exploração. Quando integram as aldeias comunais são facilmente combatidos, facilmente podemos combater a exploração. Nas aldeias comunais podemos combater a falta de produtos de primeira necessidade através das cooperativas de consumo. Podemos combater a ignorância. Podemos criar todo um sistema de produção que beneficie o povo.

Quem quer eliminar uma árvore, deve cavar até às raízes. Se se deixa as raízes, volta a crescer. Por isso nós, o que fizemos neste processo eleitoral foi eliminar aquelas raízes deixadas pelo colonialismo. Os régulos, n'dunas, pides, foram deixados de lado.

Sentimos com toda a alegria o processo eleitoral e no dia das conferências nacionais havia manifestações culturais onde até os miúdos dançavam de alegria. Isso é sinal de que há um acontecimento novo que se está a realizar no nosso país. ●

Os novos deputados

Felipe Zunguza: A dura vida de um mineiro

Iniciei a minha infância com estudos na Escola de Maconha, no distrito de Massinga. Quando fiz os exames da terceira classe elementar já tinha idade avançada, porque comecei a estudar muito tarde. Nesse período, os régulos (chefes tribais) prendiam os jovens para os trabalhos forçados em Chibalo. Fui obrigado a fugir para a África do Sul, onde fui trabalhar nas minas.

De regresso, segundo os usos tradicionais, fui obrigado a casar. Casei-me e fui obrigado pela administração (colonial) a fazer uma **machamba** (horta) de produção de algodão. Produzi muito durante um ano, mas no ano seguinte choveu muito, e não produzi o suficiente. Apareceram o capataz do algodão e o **cabô das terras** (autoridade colonial) e bateram-me e torturaram-me por isso.

Fui obrigado a fugir novamente para a África do Sul e a abandonar a minha família. Durante esse período eu estava confuso, porque em Moçambique, na minha terra, eu era agredido se não cumprisse o estabelecido. Fugia para a África do Sul, e nas minas,

também era agredido várias vezes todos os dias.

A vida de um mineiro começava às três da manhã. Se se atrasava era acordado à pancada por polícias armados. Corria para o portão da mina e ia à secção onde havia um elevador para descer. Embaixo alguns tiravam as pedras e outros empurravam os carros que transportavam as pedras. Não havia nenhum aviso de que vinha outro carro atrás; e acontecia que muitas vezes alguém não via que vinha um carro pela mesma via, era prensado entre os dois carros, e aí caía morto.

Era levantado, metiam-no no mesmo carro, punham pedras em cima, marcavam com uma cruz e empurravam o carro para uma secção onde o corpo era tirado.

Quando deixei a África do Sul, comecei a trabalhar numa serração de madeira, em 1960, com um salário mensal de 150 escudos. Um dia os trabalhadores juntaram-se para fazer uma reivindicação salarial. Pretendiam passar de 150 para 210 escudos. O patrão chamou o administrador do distrito, que veio com seus cipaios. Na empresa foram

apontados como dirigentes da reivindicação os trabalhadores do escritório. Foram presos para assim furarem a greve.

Actualmente os problemas da serração são outros. Por exemplo, estamos estudando como resolver o problema de transporte dos produtos serrados para outras províncias onde poderiam ser comercializados.

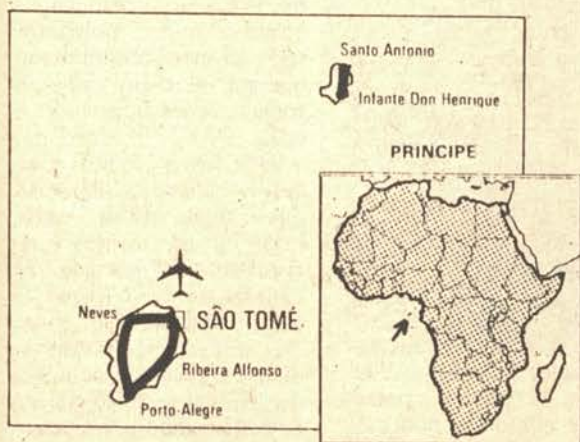
Outro aspecto mais geral do problema, que acreditamos muito importante, é a falta de lojas. Algumas estão abandonadas, noutras os comerciantes acabaram os produtos. Como solução vejo a criação de mais cooperativas de consumo e mais **Lojas do Povo**.

Outro aspecto é o da educação. Pensamos que se deve estudar, que se deve aumentar o estudo, e para isso é necessário que as populações se organizem em aldeias comunais, porque só aí podemos encontrar escolas para ensinar os nossos filhos. Nas escolas é necessário que se intensifique a alfabetização de adultos, para que enquanto os miúdos aprendam a ler e a escrever, nós também possamos vencer rapidamente a nossa ignorância.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

O esforço colectivo

edernos do
terceiro
mundo
Rua da Lapa, 180 - S/Loja - RJ
CEP 20.021 - Tel. 242-1957



*A nacionalização
das terras e dos bancos,
a socialização
da medicina
e o impulso
à alfabetização
são as bases
da transformação renovadora
destas
ilhas africanas.*

NAS ex-colónias portuguesas na África foi a República de São Tomé e Príncipe — composta pelas duas ilhas desse nome — a que herdou uma situação mais difícil no campo económico, da saúde e técnico. Com oitenta mil habitantes (dados precisos não se tem já que nenhum censo foi efectuado desde a Independência) a ex-colónia tem a sua principal riqueza na agricultura, que os portugueses haviam orientado para a monocultura do cacau.

Era, além disso, conhecida pelos campos de concentração que os colonialistas ali tinham, para os quais eram deportados os patriotas que lutavam contra a opressão, em qualquer dos outros territórios e inclusive em Portugal.

Pela fertilidade dos seus solos, pese embora a pequena extensão do território (964 Km²), as ilhas chegaram a perfazer mais de 11 por cento da produção mundial de cacau, fornecendo também o café e a

copra como produtos de exportação.

Proclamada a Independência em 12 de Julho de 1975, o governo começa uma série de mudanças estruturais tendentes a erradicar a nefasta herança colonial. Em 30 de Setembro daquele ano foram nacionalizadas as empresas agrícolas — que eram conhecidas como as “Hortas Coloniais” — e que detinham 90 por cento das terras, em mãos privadas. Pouco depois foi nacionalizado o Banco Nacional Ultramarino.

São Tomé e Príncipe no, que passou a ser o Banco Nacional de São Tomé e Príncipe. A medicina foi socializada, dando-se assim pela primeira vez atenção médica digna ao povo. No campo educativo foi lançada uma vasta campanha de alfabetização, criando-se os "Círculos de Cultura Popular". É neste sector que os avanços tem sido mais notórios.

«Analisar para avançar»

Uma das principais dificuldades que o primeiro governo independente de São Tomé e Príncipe encontrou para programar a acção oficial foi a falta de informações e de dados sobre a realidade do país. Foi assim que se convocou uma Conferência Nacional de Quadros Políticos e Técnicos, com o objetivo de efectuar uma análise profunda da situação herdada do colonialismo. A palavra de ordem da Conferência era clara: "Analisar para Avançar". Aí "se puseram a nu os principais obstáculos que se opunham ao desenvolvimento socio-económico e cultural, possibilitando ao povo e principalmente aos seus dirigentes a catalogação das dificuldades e dos êxitos", segundo expressou em declarações ao diário "Notícias", de Moçambique, o técnico são-tomense João Barbosa Neto, do Ministério de Informação daquele país.

Particularmente inexistente era a estrutura herdada no campo das comunicações, já que nem sequer ligação telefónica com o resto do continente africano o colonialismo havia instalado. A inauguração

de uma linha telefónica com Angola, foi uma das primeiras medidas neste campo, assim como a compra de um avião para 44 passageiros destinado a realizar voos inter-ilhas e à ligação com o continente. (note-se que a ilha de São Tomé dista da ilha de Príncipe de 150 Km).

Nova moeda e reforma administrativa

Outra medida decisiva foi tomada pelo governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe em 8 de Setembro de 1977: a substituição do escudo colonial pela "Dobra", nome que evoca uma moeda muito antiga que circulou na área do Golfo da Guiné. A "Dobra" manteve a paridade da moeda da época colonial.

Não menos importante foi a reforma administrativa visando estruturar a organização regional das instituições políticas, de acordo com as verdadeiras necessidades populares. A estrutura da época dos portugueses, como não podia ser de outra maneira, estava orientada para e exclusivamente em função da economia extrativo-mercantil da colónia.

Se bem que os avanços são concretos e evidentes, a jovem república de língua portuguesa enfrenta dificuldades que não serão fáceis de superar. Com a emigração em massa dos quadros portugueses, alguns sectores ficaram completamente desorganizados, sem nenhuma possibilidade imediata de alcançar um funcionamento medianamente aceitável. Particularmente grave é a situação no

campo dos meios de comunicação.

Para citar só alguns dados, note-se que na rádio ficou somente um trabalhador e que na imprensa escrita nem um sequer. Para superar a situação procedeu-se à formação de quadros como tarefa prioritária, aceitando a colaboração que, para este e outros campos, ofereceram vários países amigos da área socialista e africanos. Vários jovens foram enviados para formar-se no exterior e enquanto não regressem ao país os meios de comunicação são operados pelos poucos quadros locais, que os estão desempenhando como "tarefas polivalentes": ao mesmo tempo que operam a rádio também trabalham na imprensa escrita.

Sem dúvida, as dificuldades têm impedido até agora que o órgão oficial "Revolução" possa alcançar a periodicidade desejada. O "Jornal do Povo", que se edita semanalmente, supre esta carência em certa medida e é recebido com avidez por um público que está despertando para a leitura com a efectiva campanha alfabetizadora do governo, e com uma crescente tomada de consciência sobre a necessidade de sua superação.

Diversificação da economia

Para conseguir um desenvolvimento de acordo com as necessidades sociais, o governo estuda a diversificação da economia. Potencialmente rico em pesca, o país não havia contudo explorado este campo na época da colónia, salvo na pequena pesca de subsistên-

cia. Agora estão a realizar-se estudos e são procurados financiamentos para a construção de uma infraestrutura pesqueira que permita a exploração desta riqueza de forma industrial. O mesmo sucede no campo da agricultura — principal fonte de ocupação da mão-de-obra — que se está diversificando. Culturas experimentais de pimenta e arroz estão em marcha para reforçar a balança comercial.

É interessante assinalar que, à vida independente da República, se incorporaram, com os mesmos direitos dos nativos, numerosos prisioneiros do colonialismo que — oriundos de Angola, Guiné-Bissau ou de Moçambique — uma vez em liberdade, restabeleceram as suas vidas em S. Tomé, graças ao generoso acolhimento do povo das Ilhas.

Ainda que alguns tenham preferido regressar aos seus países de origem, foram muitos os que decidiram adoptar a cidadania de S. Tomé.

Os esforços do governo do Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe tiveram êxito graças ao esforço colectivo do povo; porém as dificuldades foram aprofundadas por uma constante ameaça de reacção interna e internacional que tem tentado já "desestabilizar" o novo regime.

Quando em meados do ano passado o presidente Agostinho Neto, de Angola, denunciou o plano "Cobra 77" para derrubar o seu governo, em S. Tomé e Príncipe foram detectadas ramificações da mesma conspiração. As acções — segundo se apurou ao desmantelar o plano — esta-



Manuel Pinto da Costa, presidente da República de São Tomé e Príncipe.

vam planeadas por etapas. "A primeira era semear a desconfiança entre os membros do governo afim de debilitar a sua unidade. Em seguida seria preparada uma campanha de falsos rumores e mentiras para desprestigiar os dirigentes a nível popular, especialmente o Presidente da República. E numa terceira fase (que nunca se concretizou) projectava-se levar à prática uma série de manifestações anti-governamentais como a mobilização do povo nas ruas, segundo declarou Barbosa Neto.

Detectados alguns ele-

mentos que estavam comprometidos na conspiração, foram desmantelados os planos e chegou-se ao conhecimento da ligação destes factos com a intentona montada em Angola.

As autoridades e o povo de S. Tomé e Príncipe exercem desde então uma rigorosa vigilância e uma cuidadosa defesa do processo, que com o esforço de anos de luta se encaminha para superar definitivamente a herança de cinco séculos de colonialismo. Porém o desafio é permanente.

E

são
da
me
e,
pa
vir
dir
na
la
ar
ter
ne

Pa
fo
19
cô
de
en
co
ca
es
vc
te
er
de
po
riç

gê
de
g
(U
q
no
A
el
sh

10

Is

C
L
d
p
t
d

n

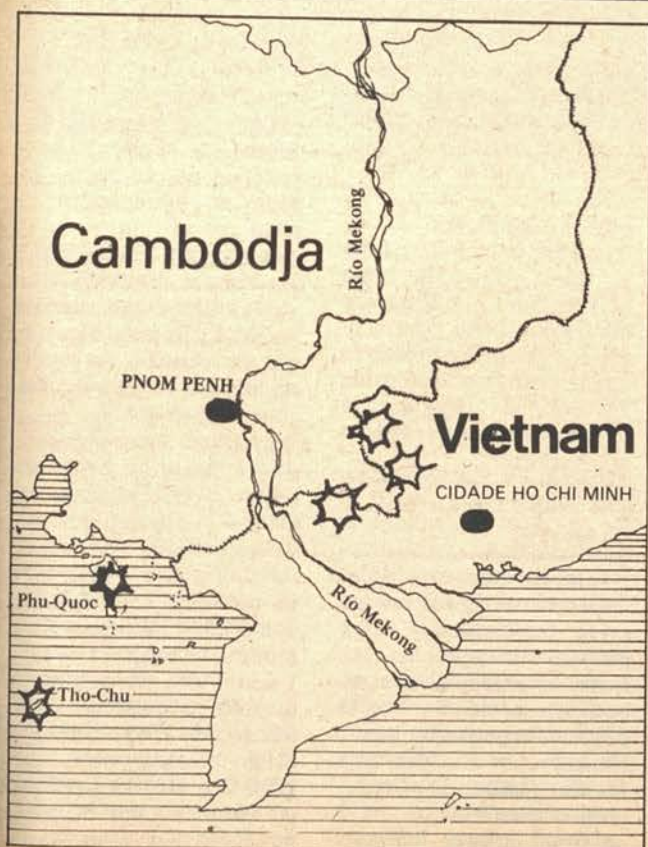
P



ASIA

VIETNAM - CAMBÓDJA

As raízes do conflito



A libertação de ambos os países em 1975 não pôs fim a um problema herdado do colonialismo. Os esforços vietnamitas na busca de um acordo negociado foram infrutíferos. Fiel à sua linha de independência Hanoi tenta afastar o conflito do contexto das contradições sino-soviéticas.

AINDA a opinião pública mundial não recuperara da surpresa causada pelo conflito que opõe a Somália à Etiópia — dois países africanos que reivindicam oficialmente o socialismo científico — quando, no dia 31 de Dezembro de 1977, os teletipos chamaram a atenção com as suas campanhas para a notícia de que o Governo cambodjano rompera as suas relações diplomáticas com Hanói, expulsando de Phnom Penh os diplomatas vietnamitas e acusando o país vizinho de “invasão” do seu território.

A partir de então a imprensa ocidental começou a difundir notícias contraditórias sobre uma suposta “Terceira Guerra da Indochina”, muitas delas sem fundamento. “Informe-se”, por exemplo, que a capital cambodjana estava quase a cair nas mãos das tropas vietnamitas e que várias divisões deste país haviam avançado até 80 ou 100 km de Phnom Penh. Como qualquer um pode comprovar por uma simples olhadela no mapa, as fronteiras do Vietnam encontram-se a uma distância menor do que esta da capital “cercada”... Ou seja, os vietnamitas teriam “invadido” o Estado Kmer, sem sair do seu território!

Igualmente inverosímeis são os comunicados de guerra emitidos pelo Cambodja, segundo os quais os vietnamitas teriam sofrido quase 30 mil baixas enquanto o Kampuchea só registaria 470 mortos.

A dificuldade de obter informações fidedignas dos acontecimentos do Sudoeste asiático são muito reais. Desde a destituição de Norodom Sihanuk do Gover-

no cambodjano, em Dezembro de 1975, o país isolou-se tão hermeticamente do mundo exterior que nem sequer os diplomatas de nações amigas se podem afastar mais de cem metros das respectiva embaixadas. A imprensa vietnamita, por sua parte, é compreensivelmente cautelosa nas suas afirmações procurando não lançar “mais lenha na fogueira”, nem fechar qualquer porta que possa conduzir a uma solução negociada e pacífica da discórdia.

O certo é que o conflito entre o Kampuchea e o Vietnam existe. E, conforme revelou aos *Cadernos do Terceiro Mundo* o diplomata vietnamita Le Tham (ver entrevista a seguir), os confrontos armados não são recentes. Registraram-se escaramuças esporádicas praticamente desde o dia seguinte à libertação de Saigão e Phnom Penh em Abril de 1975.

Em todos os casos a origem dos confrontos foram incursões cambodjanas em território vietnamita, uma afirmação publicamente confessada pelos governantes de Phnom Penh quando anunciaram, em Janeiro de 78 que não reconheciam “as fronteiras traçadas pelo colonialismo”.

Um mapa em escala
1/100 000

Para entender o problema é necessário voltar bem atrás na história, até à própria formação das actuais nacionalidades cambodjanas e vietnamitas. O primeiro império kmer, fundado por Fu Nan, seis séculos antes de Cristo, chegou a estender-se até à península malaia, cobrindo

os actuais territórios da Tailândia, Cambodja e o delta do rio Mekong. Caiu em decadência no início da nossa época e somente um milénio mais tarde outro reino kmer, o de Suyavarman II, desenvolveu uma civilização refinada que legou à humanidade as ruínas de Angkor Thom (século IX) e Angkor Vat (século XII).

Suyavarman II esteve em permanente conflito com os impérios vizinhos de Dai Viet (situado na zona norte do Vietnam) e Champsá (ao norte do delta do Mekong). E se bem que, em meados do século XII, os kmers conseguiram dominar os champs, estes últimos, três décadas mais tarde, reduziram Angkor a ruínas.

O império de Angkor desapareceu inclusivamente da memória dos cambodjanos e foi um viajante francês quem, por acaso, redescobriu no século XIX os vestígios do seu antigo esplendor submergidos na selva.

O império Champsá, por sua vez, foi absorvido pelos vietnamitas no século XVII. A dinastia Nguyen, que governava o sul acudiu em auxílio de uma das facções kmer, que na época disputavam internamente o poder, e logrou assim penetrar e estabelecer-se no delta do Mekong, que desde então tem sido vietnamita. Todavia existe hoje na província fronteiriça de Tra Vinh uma importante minoria de origem kmer.

Este era o panorama quando os franceses instalaram, em 1863, o seu domínio colonial sobre a região. O problema fronteiriço não preocupou demasiado Paris que considerava



A vitória de ambos os povos sobre o imperialismo não eliminou o difícil problema fronteiriço.

genericamente o Laos, Vietnam e Cambodja como a "Indochina", regida por um único governador geral. Para efeitos administrativos a colónia foi dividida em seis províncias (Cambodja, Laos, Annam, Tonkin, Kuang-Tung e Cochinchina) sobre um mapa em escala 1-100 000 editado pelas autoridades francesas no século passado. Estas fronteiras nunca foram traçadas sobre o terreno. Tão pouco se delinearão limites marítimos até ao dia 31 de Janeiro de 1939, quando o governador geral J. Brevié traçou a "linha Brevié" estipulando que, para "efeitos administrativos e policiais", as linhas situadas ao norte ficariam sob a competência das autorida-

des do "Cambodja" e as do sul a cargo da "Cochinchina" (a parte meridional do Vietnam).

«O passado é o passado»

Os Acordos de Genebra de 1954, que puseram fim à dominação francesa na Indochina, reconheceram as fronteiras coloniais como as linhas de demarcação entre o Laos, o Vietnam e o Cambodja. E ainda que esta divisão seja certamente arbitrária, mas que outro critério poderia ser aplicado?

O próprio príncipe Norodom Sihanuk comentou em 1966 ao jornalista australiano Wilfred Burchett

que "existe alguma verdade na afirmação francesa de que a sua entrada em cena salvou o Cambodja do desaparecimento. O passado é o passado e o reconhecimento das fronteiras actuais é única garantia de sobrevivência do país".

Na mesma data isto seria enfatizado pelo general De Gaulle de visita a Phnom Penh, ao assinalar que "a França reafirma o seu respeito pela integridade territorial do Cambodja nos limites das suas fronteiras actuais". Idêntica mensagem foi transmitida a Sihanuk pelo então presidente da Frente Nacional de Libertação do Vietnam do Sul, Nguyen Huu Tho. O próprio Burchett, cuja longa trajectória de solidarie-

dade para com as lutas dos povos asiáticos é amplamente conhecida, foi o portador da missiva.

Naquele período a zona fronteira cambodjana era bombardeada quase diariamente pela aviação norte-americana e as tropas do regime saionês multiplicavam as suas incursões do outro lado da fronteira, causando numerosas vítimas entre a população civil, com a alegação de que as fronteiras estavam "mal definidas". Daí a importância das declarações de De Gaulle e Nguyen Huu Tho.

Em 1970, o governo neutralista de Sihanuk que havia resistido com valentia à pretensão do Governo norte-americano de instalar bases militares no seu território, foi derrubado. Em poucos dias, dezenas de milhares de vietnamitas que se haviam refugiado no Cambodja, para fugir aos horrores da guerra (e muitos cambodjanos de origem vietnamita considerados por isso como "perigosos") foram assassinados. Uma longa fila de cadáveres com as mãos atadas atrás das costas foi arrastada durante vários dias pelas águas do Mekong.

"No dia 30 de Abril de 1970 — relata Wilfred Burchett — o Cambodja é invadido pelas tropas norte-americanas e saionesas, numa tentativa de eliminar a resistência de um país que se havia levantado em bloco contra o regime fascista de Lon Nol. Vastas regiões das províncias orientais foram ocupadas e incorporadas no Vietnam do Sul. Os sinais fronteiriços foram destruídos e dezenas de aldeias totalmente arrasadas".

"As velhas animosidades



O Príncipe Norodom Sihanuk, afastado em 75, reconhecera a vigência das fronteiras traçadas nos acordos de Genebra de 1954.

— estimuladas durante a colonização francesa — ressurgiram com o impacto das atrocidades, dos massacres, das violações e dos saques quotidianos. Para os sobreviventes deste período terrível, sobretudo nas regiões fronteiriças, a distinção entre os opressores e os patriotas sul-vietnamitas não podia logicamente ser muito clara. Parece que a origem imediata da crise deve ser procurada nas disputas sobre a propriedade da terra entre camponeses de cada um dos lados, apoiados pelas respectivas milícias locais".

O Cambodja até Saigon?

A libertação definitiva do Vietnam e do Cambodja, em Abril de 1975, não pôs fim ao problema, pese o clima de amizade existente entre ambos os Gover-

nos e partidos. Na sequência de uma série de incidentes violentos ao longo da fronteira, representantes da República Socialista do Vietnam e do EsEstado Democrático Kmer reuniram-se em Phnom Penh de 4 a 18 de Maio de 1976. Chegaram ao acordo de tomar o mapa à escala 1-100 000 utilizado antes de 1954 como base para a delimitação das fronteiras terrestres entre ambos os países. Não houve acordo sobre como definir a fronteira marítima. Aprovaram-se três princípios sobre os incidentes fronteiriços para evitar a sua multiplicação:

"1) Ambas as partes se esforçam para educar os seus quadros combatentes e habitantes da região fronteira no espírito de fortalecimento da solidariedade e da amizade e no afã de evitar qualquer incidente;

2) Todo o incidente deve ser resolvido em espírito de solidariedade, amizade e respeito mútuo;

3) As comissões de ligação de ambas as partes levarão a cabo investigações sobre os incidentes ocorridos e reunir-se-ão para discutir as soluções adequadas".

A tensão fronteira diminuiu em 1976. No entanto a parte cambodjana negou-se a comparecer a um encontro cimeiro previsto para Junho desse ano. As comissões de ligação deixaram de se reunir em 1977 e neste ano panfletos lançados pelas tropas cambodjanas no interior do território vietnamita afirmavam que "o território do Kampuchea estende-se até Saigon".

Além de constituir uma clara provocação, esta pretensão é totalmente irreali-

zável. O exército vietnamita que expulsou da actual cidade Ho Chi Minh a potência mais poderosa do planeta está mais que preparada para defender a soberania do país sobre todo o seu território.

Porém cria-se uma grave situação na qual — conforme diz um comunicado oficial de Hanói — “a população vietnamita da zona fronteiriça, que acaba de sair de uma longa e árdua guerra de agressão imperialista, está agora a sofrer graves perdas em vidas e bens provocadas por um país vizinho e irmão”.

Segundo estimativas da agência oficial VNA, somente nos meses de Outu-

bro e Novembro de 1977, morreram mais de dois mil vietnamitas por causa das agressões cambodjanas e dez mil hectares de terras vietnamitas ao longo da fronteira não puderam ser cultivados.

Numa carta dirigida em Junho de 1977 ao Governo e ao Partido Comunista do Cambodja, as autoridades vietnamitas escreveram: “Tentamos, mas em vão, compreender porque as Forças Armadas do Kampuchea levaram a cabo tais actos. Acaso são obra de um grupo, de uma fracção de pessoas mal intencionadas que estão a sabotar as tradições de solidariedade e

amizade fraternas que ligam os nossos partidos e os nossos povos?”

A pergunta continua posta. Muitos acreditam ver neste quadro outra repercussão do conflito sino-soviético, particularmente pelo apoio oficial que as autoridades de Phnom Penh receberam de Pequim. No entanto Hanói tem-se esforçado para retirar o problema deste contexto e entabular negociações directas com o Kampuchea, consciente de que, à semelhança do caso da Somália e da Etiópia, o confronto só favorece o imperialismo contra o qual ambos os povos lutaram heroicamente.

Le Tham: «Só o imperialismo beneficia...»



O embaixador da República Socialista do Vietnam, no México, considera que a única solução para o conflito é ambas as partes sentarem-se à mesa de negociações.

O embaixador da República Socialista do Vietnam no México, Le Tahm, concedeu aos “Cadernos do Terceiro Mundo” uma entrevista em exclusivo em que aborda a delicada situação na fronteira entre o Camboja e o Vietnam. Le Tham, ex-embaixador do Governo Revolucionário do Vietnam do Sul na Síria, juntou-se às fileiras da resistência em 1945, combateu na guerra contra o colonialismo francês e, mais recentemente, participou na guerra contra a agressão dos Estados Unidos.

— Quando a opinião pública mundial imaginava o Vietnam numa pacífica etapa de reconstrução nacional — tão merecida após as sangrentas guerras que teve que travar — a notícia de hostilidades na fronteira cambodjana-vietnamita caíram como uma “bomba” inesperada sobre todos os progressistas. Qual a origem deste conflito?

— As agressões não são de agora. Imediatamente após a vitória do Camboja a 17 de Abril de 1975, residentes vietnamitas foram cruelmente maltratados. Massacraram milhares de compatriotas nossos residentes no seu território, saquearam dezenas de milhares, tirando-lhes todos os seus bens materiais e os restantes foram expulsos para o Vietnam.

Depois do 30 de Abril de 1975, quando o Vietnam foi totalmente libertado, como o nosso povo estava mobilizado nas tarefas de reconstrução nacional, eles aproveitaram para nos atacar de surpresa nas ilhas de Tho Chu e Phu Quoc. Da ilha de Phu Quoc levaram mais de quinhentos compatriotas nossos, cujo paradeiro desconhecemos até ao momento.

De Maio de 75 a Abril de 77 continuaram-nos a atacar, massacrando a nossa população nos lugares que tomavam de assalto, em acções selvagens e inauditas. Eram crimes tão cruéis que podiam ser perfeitamente comparados aos dos hunos, na Idade Média. E durante todo este período — de Maio de 1975 a Abril de 77 — o nosso partido e o nosso governo continuaram a manter a política consequente de chamar os cambodjanos à mesa das nego-



Pham Van Dong, Primeiro-Ministro vietnamita.

ciações para tratar estes problemas num espírito de fraternidade e camaradagem, de modo a resolver pacificamente os problemas fronteiriços entre ambas as nações.

Ambição territorial e objectivos expansionistas

— O que sucedeu em Abril de 1977?

— Por fim, de acordo com a nossa proposta, as duas partes reuniram-se em Maio de 1976. Apesar dos cambodjanos terem ameaçado abandonar a reunião antes do seu final, acabaram, finalmente, por se estabelecer que o problema seria resolvido de uma forma pacífica. Considerou-se que a linha fronteiriça actual, conhecida como linha Jules Brevié, seria considerada como a única vigente.

Mas em Abril de 1977, de novo os cambodjanos desencadearam uma ofensiva a partir da zona fronteiriça entre ambos os países. Em alguns pontos penetraram profundamente no nosso território obrigando os nossos compatriotas que vivem naquela zona a evacuar a região, refugiando-se no interior do país, abandonando todas as suas colheitas. Também durante estes ataques continuaram a cometer crimes mons-

truosos contra a nossa população.

— Qual foi a atitude do Vietnam?

— Desde Abril de 77 até hoje, período em que as agressões foram contínuas e cada vez mais graves, o Vietnam manteve a paciência e persistiu nas suas posições de unidade e amizade. Continuámos a chamar os cambodjanos a entabular negociações para resolver pacificamente o problema.

Mas claro que a nossa paciência e o nosso respeito, como todas as coisas, têm o seu limite. Ao fim e ao cabo vimo-nos obrigados a usar as nossas Forças Armadas para repelir a acção invasora, para defender o nosso território nacional, salvar as vidas humanas e os bens materiais da população, a salvaguardar, enfim, a soberania nacional do nosso país.

Desde o primeiro de Janeiro até agora os cambodjanos têm sistematicamente repellido as nossas justas e razoáveis propostas de negociação para resolver o problema fronteiriço.

— Como é possível explicar esse comportamento do governo de Pnom Penh?

— Para quê tudo isto? Pois podemos dizer que o que sucedeu e o que se está a desenrolar se deve à política seguida pelos reacccionários governantes de Pnom Penh, tendente a instigar o ódio racial e os reencontros entre os nossos países, para destruir a unidade entre os nossos povos e também à expansão territorial que desde já algum tempo ambicionam.

Os governantes cambodjanos alimentam não só a ambição de ocupar e expandir o seu domínio na região fronteiriça entre os



A dura tarefa de reconstrução nacional é prejudicada pelo conflito entre países irmãos, que só beneficia o imperialismo.

dois países, como também a de ocupar Saigão e todo o delta do Mekong que eles consideram seu território. Por outro lado, consideram a nossa atitude de amizade e de paciência como um sinal de debilidade, o que os leva a intensificar a sua agressão.

Somos fortes mas não queremos usar a força

— Mas poderá haver alguém que continue a pensar que o Vietnã é débil, após ter derrotado o exército norte-americano?

— Bom, a opinião pública mundial e a imprensa internacional consideram que somos um país poderoso,

talvez o mais poderoso de todo o sudeste asiático.

E aqui reside o problema: nós somos fortes e todo o mundo o sabe. É por isso que não é fácil compreender porque deixamos que eles nos ataquem. Mas há uma explicação. É que apesar de sermos fortes, sempre mantivemos uma política de amizade e de boa vizinhança com o povo irmão do Cambodja e com todos os povos em geral. Por isso continuamos a defender a unidade e a negociação como forma de resolver o problema.

Mas para os cambodjanos isso significa um sinal de debilidade. Pensam que se os ataques que desencadearam não foram rechaçados,

podem avançar cada vez mais. Ante esta situação vamos ser obrigados a resistir às agressões e a atacar empregando a força. Desejaríamos não ter chegado a esta situação, já que estamos seguros da nossa força. Mas eles não pensam assim.

— De acordo com este panorama, pensam realmente que se poderá chegar a uma solução negociada?

— Todo o problema tem a sua solução. Todas as circunstâncias, têm uma saída. Consideramos que a nossa posição é justa e correcta. Posição que foi apoiada pela opinião pública mundial e já expressaram apoio de uma forma

Vietnam-Camboja aberta ao Vietnam, muitos países e governos.

Não obstante, os governantes de Pnom Penh continuam a manter uma posição contrária à do próprio povo cambodjano. Tarde ou cedo terá de reconhecer o seu erro e aceitar a nossa proposta de solução pacífica para o problema. E se continuarem a não aceitar a nossa proposta, terão de arcar com toda a responsabilidade ante a história pelas consequências das suas acções.

— Este conflito é visto com grande preocupação pelas forças progressistas, já que é travado entre dois países socialistas. Também na América Latina herdámos da época colonial problemas fronteiriços, que desejamos ver superados quando em todos os países haja governos, que representando os legítimos interesses dos seus povos, já não defendam a ambição nem os afãs expansionistas. No entanto estas esperanças poder-se-iam perder pela actual disputa entre nações irmãs do Sudeste Asiático. Em que medida, senhor Embaixador, a atitude do governo de Pnom Penh põe em causa a sua opção socialista?

— Como disse não se trata apenas do problema fronteiriço entre o Vietnam e o Cambodja, mas de todos os problemas fronteiriços nos cinco continentes. A nossa posição é coerente, pensamos que em todos os casos se trata de chamar as duas partes à mesa das negociações para que seja encontrada uma solução pacífica.

No caso concreto do nosso conflito fronteiriço, pensamos que ele é contra os interesses do povo do

Cambodja e que só beneficia o imperialismo, o colonialismo e a reacção internacional, que sempre alimentaram a esperança de dominar o Sudeste Asiático. Os imperialistas sabem perfeitamente que a unidade cambodjana-vietnamita constituiu um factor importante contra o imperialismo norte-americano e que é factor decisivo para a construção do socialismo em cada um dos nossos países.

No que respeita às implicações desta atitude do governo na construção do socialismo no Cambodja, não é uma questão fácil de responder, mas é evidente que prejudica esse processo.

Apelo aos países amigos

— Apesar do Vietnam não ter até agora reconhecido a existência de interesses estrangeiros no conflito, o facto de uma missão oficial da República Popular da China, encabeçada pela viúva de Chu-en Lai, ter tentado servir de mediadora na procura de uma solução poderia indicar que de alguma forma se poderiam detectar esses interesses estrangeiros... E até se chegaria a pensar, que num contexto mais amplo, o actual conflito entre o Vietnam e o Cambodja estaria ligado ao cisma sino-soviético no campo socialista.

— Durante a luta de resistência travada pelos três países indochineses contra o imperialismo norte-americano, todos recebemos um elevado e valioso apoio da União Soviética e da China, assim como dos demais países socialistas irmãos e de outros povos progressistas do mundo, incluindo a do povo norte-americano.

— No entanto agora...

— Os países socialistas apoiaram a nossa proposta de levar as duas partes a sentarem à mesa das negociações.

O nosso Primeiro-Ministro, Pham Van Dong, apelou a todos os países amigos e irmãos tanto do Vietnam como do Cambodja a, com o seu empenhamento, contribuírem para que se possa obter o fim do conflito pela via da negociação.

— Há no entanto algo que fica por explicar. Numa conjuntura internacional propícia ao avanço das forças progressistas no mundo, estalam dois conflitos, que salvaguardadas as devidas distâncias, têm, no entanto, importante semelhanças. Refiro-me aos conflitos entre a Etiópia e a Somália e entre o Vietnam e o Cambodja. Trata-se, em ambos os casos, da países vizinhos que optaram pelo socialismo e com influência notória em cada respectiva área. Poder-se-ia depreender destes exemplos, que uma nova táctica do imperialismo é a de, uma vez derrotado no campo militar e ideológico, exacerbar os nacionalismos de modo a fazer retroceder os processos de edificação socialista?

— Como sabe as manobras e ambições do imperialismo são sempre perigosas. Os países limítrofes que herdaram problemas fronteiriços das épocas coloniais devem manter uma atitude objectiva e examinar com consciência os obstáculos que lhes foram deixados pela História. Para todos os problemas poder-se-á achar solução se se tiver por base o respeito da independência nacional, da

soberania e da integridade territorial de cada um dos países.

O imperialismo procurará sempre criar divisões entre países vizinhos de forma a debilitá-los. Como sabe, na passada guerra de resistência contra a agressão norte-americana, o imperialismo mobilizou os nossos países vizinhos para que os apoiassem na agressão. Mas graças à nossa correcta política externa, conseguimos estabelecer boa vizinhança com todos os países da região na base dos princípios da defesa da independência, soberania, integridade territorial, assim como a não-intervenção. A visita do Ministro das Relações Exteriores da República Socialista do Vietnam, Nguyen Duy Trinh, a países vizinhos como a Tailândia, Filipinas e Malásia, foi uma prova concreta da nossa política. Através desta visita conseguimos obter o apoio destas nações à nossa posição de resolver pacificamente o problema fronteiro entre o Vietnam e o Cambodja.

— Mas há soluções conjunturais e soluções a longo prazo...

— Existe uma solução: que as duas partes se sentem à mesa das negociações.

Garantir a paz duradoura

— Queria dizer, que poder-se-ia solucionar o actual diferendo e, logo, surgir algum outro tipo de problema. Qual seria, do ponto de vista do governo da República Socialista do Vietnam, a solução histórica correcta do diferendo? Pareceria lógico esperar que se pudesse chegar a algum tipo de unidade entre



“Sabemos que somos fortes. Por isso não queremos atacar”.

os países da Península da Indochina, para além da unidade ideológica, já que estes povos têm uma história comum, e que ao cabo de longos anos de luta tomaram uma opção ideológica semelhante...

— O nosso objectivo consiste em que as duas partes se sentem à mesa de negociações para estabelecer uma fronteira definitiva que garanta a paz duradoura entre ambas as nações.

No entanto o Cambodja acusa-nos de o termos obrigado a integrar uma Fede-

ração na Indochina, e isso é inteiramente falso. Trata-se de uma tergiversação descarada por parte do governo de Pnom Penh, que nos calunia para enganar a opinião mundial.

A 5 de Fevereiro, o nosso governo emitiu uma declaração em que se propõem ao governo do Kampuchea Democrático três pontos:

1) Pôr fim imediato a todas as actividades militares hostis na região fronteira. As forças armadas de cada país serão acantonadas nos



“A justiça e a verdade sempre vencem (...) Apesar das actuais circunstâncias nenhuma força reaccionária poderá romper o processo de unidade”.

seus respectivos territórios, a cinco quilómetros da fronteira.

2) As duas partes reunir-se-ão imediatamente em Hanói, em Pnom Penh ou em algum lugar da fronteira comum, para negociar e firmar um tratado, no qual se comprometerão mutuamente a respeitar a independência, a soberania, a integridade territorial e, a abster-se da agressão, do uso da força nas suas relações, da ingerência nos assuntos internos da cada país e de actividades subversivas entre si, tratando-se como iguais e vivendo em paz, amizade e boa vizinhança.

As duas partes firmarão um tratado sobre o problema fronteiro, baseando-se no respeito da soberania territorial dentro das actuais fronteiras.

3) As duas partes por-se-ão de acordo sobre a forma apropriada de garantia e supervisão internacional. A fim de criar as condições favoráveis para as negociações entre ambos os países, é necessário pôr fim imediato a qualquer propaganda que suscite o ódio entre as duas nações, cessar com todos os actos de divisão entre os povos do Vietnam e do Kampuchea, que prejudiquem a amizade e a solidariedade existente entre os dois países.

Pensamos que esta proposta é lógica e razoável para os interesses imediatos e de longo prazo dos povos do Kampuchea e do Vietnam.

— Do conteúdo da nossa conversa, e conhecendo a história dos povos da região, depreende-se que nesta agressão não foram res-

peitados os sentimentos do povo cambodjano. Todo o facto negativo tem o seu lado positivo. Poder-se-á pensar que o actual conflito irá ajudar talvez o povo cambodjano a opor-se a um governo que não representa?

— Para responder quero recordar um pouco a história da guerra de resistência assim como a luta contra a ocupação francesa e a agressão americana. Em ambos os casos os dois povos, vietnamita e cambodjano, estiveram unidos. Ombro com ombro, sempre unidos para finalmente obterem a vitória comum. Com a vitória conseguida a 17 de Abril de 1975 pelo povo do Cambodja, encontra-se também a contribuição do povo vietnamita com o seu próprio sangue. Estou certo que uma boa parte da população cambodjana não está de acordo com a política aventureira dos governantes actuais. É, aliás, também isso que se lê nos comentários da imprensa ocidental, que reiteradamente têm manifestado que o governo de Pnom Penh não conta com o apoio da população.

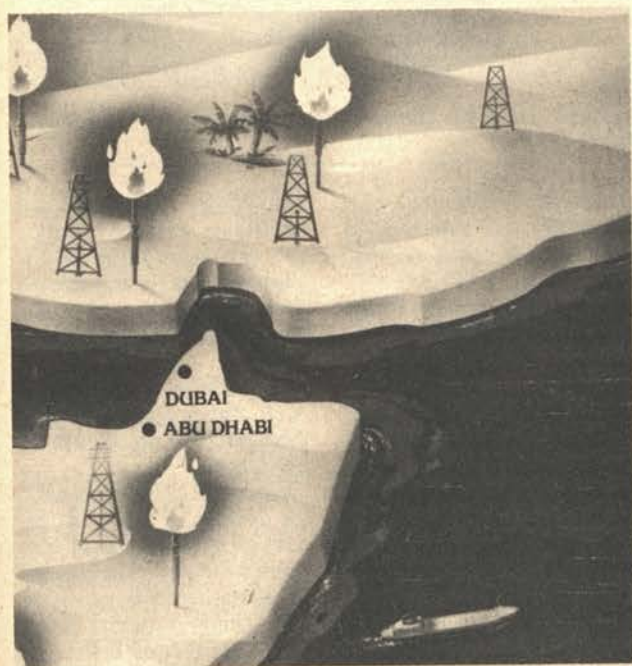
“A justiça e a verdade sempre vencem”, diz um ditado popular. E queria salientar do novo que essa justiça e essa verdade pertencem ao povo vietnamita, que pela sua correcta posição goza da simpatia e do apoio de todos os povos e governos progressistas do mundo. A amizade e a fraternidade entre os povos do Cambodja e do Vietnam é milenária. Apesar das actuais circunstâncias, nenhuma força reaccionária poderá quebrar o processo de unidade.

MEDIO ORIENTE

EMIRATOS ÁRABES UNIDOS

A difícil federação

Cláudio Colombani



São ao todo sete. A base da sua economia é o petróleo. O recente incidente entre o Abu Dhabi e o Dubai recolocou o problema da viabilidade dos Emiratos.

OS dois Estados mais ricos dos Emiratos Árabes Unidos (EAU), o Abu Dhabi e o Dubai declararam em estado de alerta as suas forças armadas no dia 4 de Fevereiro último, devido a uma disputa em torno da designação do novo comandante do exército federal.

Nasce uma federação

Os EAU foram constituídos no dia 2 de Dezembro de 1971 com a união de sete pequenos emiratos até então chamados de "Estados da Trégua" porque, em 1853, haviam assinado um tratado que estabelecia entre eles uma trégua perpétua, sob a vigilância da Inglaterra.

O nascimento da Federação havia sido recebido com algum cepticismo. As diferenças de interesses

Emiratos provenientes das desigualdades das riquezas naturais dos emiratos, as rivalidades tribais, as lutas de influência entre os países do Golfo Arábico, a disputa entre os xeiques pela hegemonia dentro da Federação, contituam — e contituem — as principais dificuldades. Seis anos depois da criação dos EAU, vemos estes obstáculos reaparecerem.

A Federação encontra-se situada entre a Arábia Saudita, ao sul, e o Irão, ao norte. Dois países com pretensões hegemónicas. A leste, os emiratos limitam-se com o sultanato de Oman, e a oeste com o Golfo Arábico.

As reivindicações e a pretensão do Irão de controlar o estreito de Ormuz tornaram incerto, e até ao último momento, o nascimento da Federação. Esta finalmente nasceu no dia previsto e 48 horas depois o Irão ocupou militarmente três ilhas estratégicas do Estreito de Ormuz: Abu Mussa, pertencente ao emirato de Charjah e as duas ilhas Tumbs, pertencentes ao emirato de Ras al Khaimah.

Assim, ao marcar a sua vontade de se instituir em polícia do Golfo Arábico, o Xá do Irão apoderou-se também de uma importante fonte de óxido de ferro.

Os Emiratos participantes

A superfície total dos emiratos é de cerca de 83 mil quilómetros quadrados. A sua população, segundo o censo de 1975, é de 650 mil habitantes.

Os sete estados que formam a Federação são:

Abu Dhabi: O maior e o



O xeique Zayed bin Sultan al'Nahyan, de Abu Dhabi, presidente da Federação.

mais rico dos emiratos. O seu nome significa "Terra dos Veados" pela grande abundancia destes animais existentes no passado. Hoje os veados dão lugar ao petróleo. A sua extração, iniciada em 1962, ultrapassa actualmente os 600 milhões de barris por ano. Oitenta por cento da produção petrolífera dos EAU provem deste emirato.

Nos nove primeiros meses de 1977, o Abu Dhabi produziu 452 milhões e 827 mil barris de petróleo, dos quais 99,7 por cento se destinaram à exportação.

O petróleo exportado pelo emirato destina-se fundamentalmente à Europa Ocidental, onde chega mais de 36 por cento, seguida

pelo Japão (mais de 31 por cento) e Estados Unidos (16 por cento). Só 15 por cento chegam aos países do Terceiro Mundo (10 por cento para a América Latina).

O chefe do emirato, xeique Zayed-bin-Sultan al-Nahyan, é o presidente da Federação.

Dubai: É o segundo estado dos EAU, tanto em ordem geográfica quanto economicamente. Está situado imediatamente ao norte de Abu Dhabi. Durante os últimos cem anos o Dhubai foi essencialmente uma cidade de comerciantes e hoje em dia é um importante centro comercial. Possui o único porto natural da costa e 60 por cento das mer-

cadorias que entra por este porto destinam-se a Arábia Saudita, ao Irão, ao Iraque e ao Paquistão, Produz 15 por cento do petróleo dos EAU.

O seu soberano, o xeique Rachid-bin-Saeed al Mak-toun, é o vice-presidente da Federação.

Charjah: É outro forte centro comercial e também tem um grande porto. Possui enclaves de terras férteis no interior. O seu governante, o xeique Sultan-bin-Mohamed al Qasimi, que realizou estudos de agricultura na Universidade do Cairo, abriu poços de água, plantou palmeiras de tamaras e importou maquinaria agrícola. Ele deseja que o seu emirato seja auto-suficiente em frutas e verduras, e inclusivamente possa chegar a exportá-las.

Enquanto espera o desenvolvimento agrícola, o emirato encontrou petróleo nas suas águas territoriais, perto da ilha de Abu Mussa, que foi militarmente ocupada pelo Irão. 5 por cento da produção petrolífera dos EAU provem de Charjah.

Ras-al-Khaimah: É "o jardim dos emiratos", graças às suas planícies férteis e a um clima favorável. O seu governante, o xeique Saqr-bin-Mohammed al-Qasimi, impulsionou progressos importantes no campo da técnica agrícola. Possui palmeiras de tamaras, árvores de frutas e várias espécies de verduras.

Fujairah: é o mais pobre dos emiratos. Os seus habitantes dedicam-se principalmente à agricultura, já que a terra é fértil e o clima moderado. É o único emirato da federação que não se encontra no Golfo Arábico, mas no Golfo de

Oman. O seu governante é o xeique Hammad-bin-Mohammed al-Sarqui.

Ajman: é o menor de todos os emiratos. Goza de um clima moderado, possui terras férteis e bastante água. O seu soberano, o xeique Rashid-bin-Humaid al-Nuaimi, tem posto o maior ênfase na impressão de selos postais que actualmente constituem uma importante fonte de receitas.

Umm al-Qaiwain: O xeique deste emirato, Ahmed-bin-Rashid al-Mulla, tem desenvolvido fundamentalmente a pesca. A agricultura, devido às con-

dições climáticas, só é explorada em pequena escala.

As estruturas de governo

As estruturas federais dos EAU compreendem um Conselho Supremo (os sete emires) um Conselho de Ministros (nomeado pelo presidente e primeiro-ministro, com a aprovação do Conselho Supremo) e um Conselho Federal Nacional, cujos membros são indicados por cada emirato.

À Federação compete a defesa, as relações exterior-

O petróleo produzido no Abu Dhabi destina-se fundamentalmente à Europa Ocidental, ao Japão e aos Estados Unidos.



Emiratos res, a moeda, as finanças públicas, as grandes obras públicas e a segurança social.

Abu Dhabi contribue com a maior parte das receitas da Federação. Uma grande parte do orçamento dos EAU está destinada à defesa comum. E foi justamente a designação do comandante em chefe do exército federal que provocou a discórdia entre o Abu Dhabi e o Dubai.

O presidente dos EAU e governante do emirato de Abu Dhabi, xeique Zayed, determinou a unificação dos três comandos regionais do exército federal e designou o seu próprio filho, xeique Sultan-bin-Zayed, como comandante em chefe.

O vice-presidente da Federação e emir de Dubai, xeique al-Maktoum, opôs-se à medida afirmando que a mesma fora adoptada sem fomentar previamente o conselho Supremo e, como resultado desta disputa, retirou as forças do seu emirato do exército federal.

Qual o futuro da federação?

Além dos obstáculos mencionados que poderiam pôr em perigo a existência dos EAU, o problema da imigração é muito sensível.

Os resultados do censo de 1975, que foram manejados quase confidencialmente, indicam que somente 25 por cento da população é composta por nativos dos miratos.

A fonte tradicional de mão-de-obra dos EAU é o sub-continente hindu e o Irão. Os governos da Índia e do Paquistão procuram manter boas relações com a



Um banco nos Emiratos: só os imigrantes paquistaneses remeteram ao seu país mais de 70 milhões de dólares, em 1976.

Federação, por causa da remessa de divisas efectuadas pelos seus emigrantes. Por exemplo, em 1976 os paquistaneses radicados nos EAU enviaram para o seu país pouco mais de 70 milhões de dólares.

Outro problema interno é o antagonismo existente entre os partidários de uma simples união federal (que é o que existe actualmente) e os de um sistema federal altamente centralizado. O líder dos primeiros é o xeique do Dubai e os segundos agrupam-se em volta do xeique de Abu Dhabi.

O xeique al-Maktoum quer resguardar a sua autonomia económica baseada na tradicional vocação comercial do Dubai. Deseja utilizar os seus recursos na realização de numerosos e grandiosos projectos de desenvolvimento do seu emirato.

O xeique Zayed quer,

por sua vez, que o Dubai participe no financiamento federal e por esta razão procura uma certa centralização do governo dos EAU.

Por outro lado, os emiratos dependem muito dos seus poderosos vizinhos: a Arábia Saudita e o Irão. O futuro dos pequenos países pode ser dirigido pela Arábia Saudita, não só porque praticamente formam a faixa oriental desta nação, mas também porque a mesma tem protecções em relação ao oásis de Buirreimi, reivindicado também pelo Abu Dhabi e pelo Charjah.

Existem além disso as pretensões sub-imperialistas do Irão que representa outra ameaça para a existência independente da Federação e que já tem uma forte penetração na região, sobretudo no vizinho sultanato de Oman.

PANORAMA

TRICONTINENTAL

Sahara

Documentos secretos

“O governo espanhol não só vendeu o Sahara (ao Marrocos e à Mauritânia), mas além disso incluiu no negócio 25 000 residentes espanhóis”, afirma o semanário *Interviú* em edição recente, onde publica documentos até agora inéditos sobre o “acordo tripartido” entre Madrid, Rabat e Nuakchott.

Num desses documentos (“Acta das conversações entre a Espanha e Marrocos relativas aos aspectos derivados da sua cooperação mútua”), é estabelecido que o capital espanhol conservará 35 por cento da exploração dos recursos saharais após a ocupação do território por Marrocos e pela Mauritânia. Em um outro, são especificadas as indenizações que estes países se comprometeram pagar aos espanhóis proprietários de bens no Sahara.

Estas revelações acenderam ainda mais o debate público desenvolvido em Espanha sobre o “Acordo de Madrid” assinado nos últimos dias da agonia de Franco. O coronel Rodríguez de Viguri, último governador espanhol no Sahara, foi chamado, juntamente com outras doze personalidades vinculadas à transferência do Sahara para Marrocos e Mauritânia em 1975, a apresentar declarações antes as Cortes.

“Continuo fiel ao povo saharai com quem assumi um compromisso de honra e que foi defraudado de maneira indígnica, ao não lhe ser concedida a independência,” declarou Rodríguez.

Enquanto isso, no Sahara a luta continua. Em três operações realizadas no mês de Janeiro passado, o Exército de Libertação Popular Saharai (ELPS) infringiu aos marroquinos sérias derrotas causando-lhes 55 mortos, destruindo-lhes 14 veículos e um depósito de combustível, e apoderando-se de um canhão de 120 milímetros e de uma metralhadora pesada. A intervenção cada vez mais descarada da aviação francesa não parece diminuir ou perturbar a combatividade da Frente POLISARIO.

No campo diplomático, as relações entre a Frente

POLISARIO e o governo espanhol tornaram-se ultimamente bastante tensas.

A ex-metrópole, que nos estertores do franquismo entregou a sua colônia saharai a Marrocos e à Mauritânia, quer continuar a navegar nas águas territoriais do Sahara. Como esta alternativa não estava prevista no acordo tripartido de Madrid, a frota pesqueira espanhola com base nas Canárias está a navegar sob bandeira marroquina para continuar a operar na costa saharai.

As forças independentistas da Frente POLISARIO já capturaram seis barcos pesqueiros espanhóis nessas condições, criando uma delicada situação diplomática já que, teoricamente, a Espanha mantém-se alheia ao conflito.

As forças progressistas e democráticas de Espanha, que expressaram em muitas ocasiões a sua solidariedade para com a causa saharai, enfrentam a grave responsabilidade de evitar que o seu país se envolva numa nova guerra colonialista.

Médio Oriente

Novas dificuldades para Sadat

Durante a visita do Presidente Sadat ao Vaticano, Paulo VI reafirmou o apoio da Igreja Católica “aos legítimos direitos do povo pa-

lestiniano”, mantendo assim uma clara posição no problema do Médio Oriente. Os “legítimos direitos” aludidos pelo Papa, nada

PANORAMA TRICONTINENTAL

mais são do que a autode-
terminação palestina e o
respeito à sua existência
como nação, pontos sobre
os quais Israel não parece
disposto a fazer a mínima
concessão.

Contrariando o apregoado "espírito de paz" que a visita de Sadat a Jerusalém teria aberto, o primeiro ministro israelita, Menahem Begin, declarou a um correspondente latino-americano que desde que assumi o poder, há oito meses, Israel fundou três núcleos populacionais na Judeia e em Samaria" (isto é, a Cisjordânia, na terminologia sionista). Begin não teve pejo em expressar, "poeticamente", que "nestas noites diáfanas de Fevereiro, alegra-me divisar nas estradas de Samaria, as titilantes luzes das povoações que iluminam o novo Israel".

Isto significa, como era de esperar, que Begin não está disposto a retirar-se dos territórios árabes ocupados, mas que continua a implantar-se o "novo Israel" (um anteprojecto do Eretz Israel, que se estenderia desde o Tigre até o Nilo) em solo palestino.

A suspensão das conversações israelo-egípcias, é, nestas condições, compreensível. E os esforços diplomáticos de Sadat dirigem-se então para Washington, como se ainda acreditasse no argumento com que Kissinger o conveceu a romper com o mundo socialista: o de que só os Es-



tados Unidos são capazes de pressionar Israel a fazer concessões.

Diante da ineficiência das declarações meramente formais com que a Administração Carter "deplorou" a política israelita de continuar ampliando a colonização em território ocupado, Sadat pede provas concretas de amizade: aviões de combate F-5 e outras armas sofisticadas.

O próprio Zbigniew Brzezinski, assessor de Segurança Nacional da Casa Branca, reconheceu que se não são entregues alguns aviões a Sadat, as Forças Armadas egípcias podem sentir-se traídas, e promover uma mudança radical na política do Cairo. Mas os armamentos não chegam, e se por acaso chegam nos próximos tempos, ninguém acredita que a sua quantidade será suficiente para equilibrar a maciça assistência norte-americana a

Israel. Por cada avião que Washington promete aos árabes, o Pentágono entrega dois a Israel.

Enquanto isso, o resto do Mundo Árabe, particularmente as forças progressistas e revolucionárias, não ficam a contemplar passivamente as idas e vindas do chefe egípcio. Em Trípoli, reuniu-se o Congresso do Povo Árabe, com representantes das principais organizações de massas da região, e o Secretariado Permanente ali designado já realizou em Bagdad a sua primeira sessão.

A Resistência Palestina prossegue em seus esforços unitários e teve em Março uma reunião do Conselho Nacional que elegeu um novo Comité Executivo com representantes da Frente Popular de Libertação e outros grupos ausentes desde 1974.

O presidente argelino,

Houari Boumedienne realizou um giro por onze países árabes, pela URSS, Malta e Jugoslávia, retirando a discussão do Oriente Médio do "club privado" Washington-Cairo-Telavive, como se vinha passando ultimamente.

O mais transcendente, sem dúvida alguma, foi a constituição em Argel da Frente de Rejeição e Resistência, com a participação da Argélia, Líbia, Síria, Yemen Democrático e a OLP. A firme posição anticapitulacionista do Iraque, ausente da organização por questões de princípios, e a crescente mobilização das forças populares no resto do Mundo Árabe, contribuem para acentuar o isolamento de Sadat, e do projecto de paz americana.

No plano militar, já são abertamente comentadas nas capitais árabes, as auspiciosas perspectivas de reunificação na frente ocidental sírio-iraquiana. Propostas concretas nesse sentido foram defendidas pelo presidente iraquiano Ahmed Hassem Al-Bakr em carta dirigida ao seu colega argelino, com base para um profundo reordenamento estratégico.

Trata-se de um projecto que deverá ultrapassar ainda inúmeras dificuldades herdadas de vários anos de luta ideológica entre os governos de Damasco e Bagdad, mas cujo simples enunciado — inconcebível há apenas três meses — demonstra que as intenções de dividir o Mundo Árabe

desembocaram, paradoxalmente, num renovado vigor das aspirações unitárias, ca-

da vez mais identificadas com as forças renovadoras da região.

Ghana

A revolta da classe média

Em 13 de Janeiro, os estudantes da Universidade de Legon, celebraram em Accra o sexto aniversário da tomada do poder pelo general Acheampong, com uma manifestação encabeçada por uma imagem do presidente... que foi queimada e enterrada em funeral ao terminar o acto.

O protesto dos jovens integra-se na chamada "rebelião da classe média", que começou em Junho de 1977 quando o Colégio de Advogados recusou a proposta do Supremo Conselho Militar de formar um "Governo de União" cívico-militar, e se pronunciou pelo imediato restabelecimento do poder civil no Ghana.

Em solidariedade com os universitários, cujas instalações de estudo foram fechadas em Julho, os advogados deixaram de prestar serviços ao governo, os médicos paralisaram os hospitais, e os engenheiros cortaram a corrente eléctrica das fundições de alumínio, enquanto os banqueiros pediam a renúncia do governo.

Em resposta, Acheam-

pong anunciou um plano de regresso à constitucionalidade, fazendo a convocação para um referendo a 30 de Março. Neste referendo, os eleitores escolheram uma entre várias opções, uma das quais foi o projecto oficial do governo. Esta proposta amplamente divulgada pela imprensa oficial, previa um "sistema sem partidos", com uma única câmara legislativa e um gabinete designado pelo Presidente, e não pelo Parlamento. A isto junta-se o facto de que os militares podem ser eleitos, desde que renunciem aos seus cargos, o que fez pensar os observadores que Acheampong e a sua equipa tinham toda a intenção de ficar.

Isto foi, em definitivo, o que mais incomodou a Associação de Colégios Profissionais e os universitários. A elite civil, educada na Inglaterra e nos Estados Unidos, sonha com uma democracia tipo ocidental, e sente que as suas ambições políticas estão marginalizadas pelos militares.

Nem os estudantes, nos profissionais, criticaram a política económica do go-

verno militar e também não apresentaram um programa alternativo que atenda aos problemas que mais sensibilizam o povo: uma inflação de 50 por cento ao ano, a escassez de artigos de primeira necessidade e o crescente desemprego.

Brasil

Mísseis alemães

A agência canadense ALAI informou que a OTRAG, empresa da Alemanha Ocidental, se propõe instalar no Brasil uma base de foguetões para o lançamento de satélites, cujo objectivo seria "facilitar a exploração de recursos naturais".

Naopinião de alguns especialistas, e segundo uma publicação norte-americana, estes sistemas poderiam ser também utilizados para fins militares.

Recentemente, a Frente Nacional de Libertação do Congo, denunciou que o governo de Mobutu concedeu à OTRAG uma superfície equivalente a um décimo do território zaireense para a instalação de bases de lançamento de satélites e mísseis.

Algumas publicações internacionais apresentaram elementos comprovativos contra a OTRAG, demonstrando que a empresa realiza no Zaire experiências secretas com mísseis "Cru-

se" e foguetões de médio alcance.

Além do Brasil, a OTRAG, que recebeu 3000 milhões de dólares do governo de Bona para continuar as suas investigações, projecta instalar bases de

lançamento na Indonésia, Índia e algumas ilhas do Pacífico.

Não há informações sobre as bases em que foram feitos esses convênios com os governos dos países citados.

México

A reforma política

Falando em Querétaro, berço da Constituição Nacional, o Secretário do Governo, Reyes Heróles, fez uma série de afirmações de carácter institucional. Reyes Heróles é um destacado estudioso dos problemas políticos mexicanos e um dos mais respeitados ideólogos do liberalismo no seu país.

A sua intervenção foi feita no momento em que são ampliados consideravel-

mente no México os debates sobre a Reforma Política, que permitirá não só a legalização de vários partidos de esquerda, mas onde também se procurará forjar novos meios que possam travar o caciquismo regional e local.

"A nossa alternativa é clara: não podemos honesta e limpamente manter-nos na democracia que temos; ou avançamos nesta, aperfeiçoando-a, ou retro-

Reyes Heróles em Querétaro



cadernos do
terceiro
mundo.

Rua da Lapa, 180 - S/Loja - RJ
CEP 20.021 - Tel. 242-1957

cedemos. Pensemos precavida ou cautelosamente, que o México bronco, violento, chamado de bárbaro, não está morto; apenas dorme. Não o despertemos, uns acreditando que o caminho é a insensatez, outros agarrados a práticas rançosas", afirmou Reyes Heróles.

Para ele "a Reforma Política terá efeitos multiplicadores na área econômica e na área social."

O Secretário do Governo não desconhece as múltiplas dificuldades que se opõem a uma reforma que, ao contemplar a ampliação do espectro político, e por conseguinte, uma reformulação ainda que limitada do Poder, desafia o imobilismo e choca-se com os interesses já consagrados.

Reyes Heróles advertiu também que: "Juntamente com a Reforma Administrativa, o Presidente López Portillo empreendeu a Reforma Política. Não ignoramos que isto implica riscos; estamos mesmo certos de que se estas reformas fossem maiores e mais profundas, não teriam sido iniciadas. São situações inexoráveis. Se permanecemos parados, corremos riscos; ao caminharmos, corremos riscos; é preferível correr riscos caminhando do que permaneceremos parados."

O Secretário do Governo fez uma inflamada defesa do Federalismo e referiu-se à sua relação com as injustiças econômicas e sociais.

"Ao analisar a composição de classes em nosso país no século passado, constatamos que as classes privilegiadas são centralizadas e centralizadoras, e que os seus interesses defendem a sua conservação e exigem a centralização. Isto serviu ao mecanismo colonial, mas a partir daí, nasceu o germe da descentralização e da federalização. O alto clero, os altos chefes militares, a magistratura superior e a aristocracia territorial, eram por sua natureza classes centralizadas, e os seus privilégios, em boa medida, interna e externamente, apoiavam-se na centralização. Os interesses ou as ideias levaram-nos ao

conservadorismo", acrescentou.

Falando sobre a projeção econômica da centralização, o Secretário Reyes Heróles disse: "Militam contra o nosso federalismo as tendências que não são infelizmente incipientes a um desenvolvimento monopólico na área industrial, na comercial e na financeira, com arbitrarias localizações no país e enclaves centralizadores muito precisos. É com frequência que esta concentração impede o acórdio normal de entendimento em uma economia mista dirigida pelo Estado, como a nossa", assinalou o Secretário do Governo do México.

Filipinas

Mais armas para Marcos

O governo filipino de Ferdinando Marcos continuará a receber ajuda militar dos Estados Unidos apesar de Marcos "ter suspenso qualquer forma democrática de governo e reduzido drasticamente os direitos individuais dos cidadãos", além de torturar os adversários políticos, segundo afirma o Departamento de Estado norte-americano na sua última informação a respeito dos direitos humanos no Mundo.

A ajuda militar, já acordada, de Washington a Manila, será de 36,6 milhões de dólares entre o primeiro dia de Outubro de 1978 e trinta de Setembro de 1979. Esta quantia será aumentada (talvez em mais cem milhões de dólares), quando for renovado o acordo sobre as bases militares norte-americanas no país.

O Pentágono julga que as instalações aéreas de Clark



Guerrilheiros mouros

e as navais de Subic Bay são indispensáveis para a segurança norte-americana, e isto explica que Washington faça vista grossa às violações dos direitos humanos documentadas pelo seu próprio Departamento de Estado.

Parte da ajuda será destinada por Marcos à repressão da oposição interna ao seu governo, mas a maior parte servirá para fortalecer as forças que no sul do país combatem as guerrilhas da Frente Nacional de Libertação Moura, que voltou a levantar-se em armas após a violação dos acordos de

Tripoli que previam autonomia interna para as regiões maioritariamente muçulmanas do país.

Segundo os números tornados públicos pela FNLM, o exército filipino perdeu, desde o começo das hostilidades, 30 mil homens das suas forças regulares e 10 mil das paramilitares, em batalhas contra os revoltosos. As baixas dos guerrilheiros chegariam a três mil homens, enquanto que 55 mil civis muçulmanos e um número indeterminado de cristãos teriam sido mortos nas hostilidades, sem nelas tomarem parte directamente.

OIJ

Passaporte para jornalistas

Uma proposta de Carlos Borche, membro do Executivo da Organização Internacional de Jornalismo e activo militante das causas do jornalismo democrático latino-americano, suscitou grande simpatia e apoio nos meios jornalísticos da América Latina.

Trata-se de um documento onde é defendida a criação de um passaporte internacional para jornalistas, que constituiria uma verdadeira garantia para o exercício sem pressões da profissão, uma das mais expostas a censuras e perseguições políticas. A sua expedição seria controlada pelas Nações Unidas.

O texto do telegrama que Borche enviou à OIJ, sugerindo a instrumentação de sua iniciativa, é o seguinte:

“Vista acta Helsínquia capítulo trabalho jornalistas, sugiro urgente gestão em Belgrado estabelecer passaporte internacional jornalista expedido UNESCO com assessoramento instituições responsáveis dita profissão. Diáspora jornalistas América Latina e Terceiro Mundo exigem-no”.

México

Reuniões Internacionais

Duas importantes reuniões internacionais tiveram lugar recentemente na capital mexicana: o encontro entre os secretariados da Federação Sindical Mundial (FSM) e do Congresso Permanente de Unidade Sindical dos Trabalhadores da América Latina (CPUSTAL), que se reuniram em 28 e 29 de Janeiro, e a Conferência Continental Latino-Americana e do Caribe pela Paz, Soberania e Independência Económica, realizada entre 1 e 5 de Fevereiro.

Na declaração conjunta FSM-CPUSTAL, denuncia-se que — tendo sido estudada detalhadamente a situação gerada com a saída dos Estados Unidos da OIT (Organização Internacional

do Trabalho) — ficou comprovado que o governo norte-americano e os “sectores mais reaccionários” da AFL-CIO, promovem “a criação de uma chamada Organização do Trabalho da América e do Caribe (OTAC), sob a tutela da desprestigiada Organização dos Estatutos Americanos (OEA), e como instrumento de debilitação da OIT no continente”.

O documento ainda acrescenta: “Com esta manobra, os responsáveis pelo isolamento internacional dos Estados Unidos no campo do trabalho, procuram uma solução aceitável pela opinião sindical do seu país, mas limitando esse campo de acção a um micro-organismo dócil aos

seus interesses, sem levar em conta os interesses dos trabalhadores da América Latina e do Mundo”.

Para terminar, o documento ainda diz que este organismo “constituiria um meio para legitimar as organizações pseudo-sindicais ao serviço das ditaduras fascistas do Chile, Uruguai, Paraguai e outras, condenadas categoricamente pelas Conferências Internacionais do Trabalho”.

Em uma segunda declaração, a FSM e a CPUSTAL assinalaram a sua solidariedade para com as lutas dos povos nicaraguense e boliviano.

Por sua vez, a Conferência Latino-Americana e do Caribe pela Paz funcionou com um grande número de temas, entre os quais figuravam, por exemplo, o direito dos povos a uma informação independente, o papel das Igrejas na luta pela paz, a nova ordem económica internacional, a participação feminina na luta pela paz e independência, a

A mesa que presidiu à abertura da Conferência pela Paz



violação dos direitos humanos no continente, o colonialismo que ainda subsiste em algumas regiões da América Latina, o papel dos intelectuais e artistas contra a penetração cultural imperialista, e outros.

Entre as personalidades que participaram na Conferência, podemos citar, além do Presidente do Conselho Mundial da Paz, Romesh Chandra, o ex-Presidente de Portugal, general Costa Gomes, o máximo dirigente do Partido Popular Progressista da Guiana, Cheddi Jagan, o ex-prisioneiro das prisões de Duvalier, Marc Romulos, o dirigente da Frente POLISARIO, Salem Kaid, e muitos outros líderes políticos e sindicais, jornalistas, representantes

Chipre

A tragédia de Larnaca

O director do diário egípcio Al-Ahram, Yousef Sebai, conhecido pelas suas posições antipalestinianas, foi assassinado em Chipre, a 18 de Fevereiro, quando assistia a uma conferência internacional. A OLP condenou publicamente o facto "que só favoreceu o sionismo", e os países árabes negaram-se unanimemente a dar asilo aos terroristas, que haviam sequestrado um avião e feito 16 reféns para assegurar a sua fuga.

No dia seguinte, enquan-

do clero, pensadores e militantes pela causa da paz.

O Secretário da Educação Pública, licenciado Fernando Solana, assistiu à abertura das sessões e falou em nome do Presidente López Portillo.

Solana ressaltou a honra que significava para o seu país o facto de ter sido eleito para sede desta conferência.

A Conferência ratificou a condenação dos regimes ditatoriais do Cone Sul (Chile, Argentina, Uruguai, Paraguai), saudou as lutas populares na Bolívia e na Nicarágua, e foi cenário de acesos debates nos quais sempre saiu fortalecida a consciência progressista dos povos do continente.

ciou a libertação dos prisioneiros e a rendição dos guerrilheiros.

Quando as conversações estavam a ponto de serem concretizadas, um avião Hércules egípcio aterrou na outra extremidade do aeroporto, e dele desembarcaram cerca de cem "comandos" que começaram a disparar indiscriminadamente, chegando a atingir a torre de controlo, onde o presidente estava reunido com o seu gabinete. As forças militares que se encontravam no local, repeliram o ataque, incendiaram o avião egípcio, e causaram 27 baixas, ao mesmo tempo que faziam 42 prisioneiros entre os "comand.

A operação foi militarmente um desastre, que é explicado pelos observadores pela falta do factor surpresa com que contavam os israelistas em Entebbe, e também pelo apoio do governo dado às forças israelitas, da mesma forma como Mogadiscio deu facilidades à operação levada a cabo pelos alemães ocidentais em idênticas circunstâncias.

No plano político, o revés de Sadat foi ainda maior, que demonstrou o seu desespero em conseguir uma vitória, seja de que espécie for, indispensável para contrabalançar as crescentes críticas à total falta de resultados da sua diplomacia.

to Sebai era sepultado no Cairo, no meio de palavras de ordem antipalestinianas que devem ter deixado Telavive cheia de alegria, Sadat sofreu uma estrepitosa derrota ao tentar imitar a famosa "Operação Entebbe".

Sem que lhe fosse permitido aterrar em qualquer sítio, o DC-8 da linha aérea cipriota retornara, com os sequestradores e os seus reféns, ao aeroporto de Larnaca, onde o governo de Syprios Kyprianou nego-

CULTURA

Ariel Dorfman: os intelectuais no exílio



Desde 1973 a América Latina regista a maior emigração de intelectuais na história da Humanidade. Enquanto o fascismo tenta destruir a memória dos povos, os artistas e escritores exilados defendem a sua cultura, reconstruindo os elos de comunicação com as suas pátrias.

entrevista de Eric
Nepomuceno

Ariel Dorfman nasceu na Argentina, em 1940.

Aos dois anos mudou-se com a família para os Estados Unidos — seu pai era diplomata. Aos nove anos foi para o Chile, onde viveu até ao golpe militar de Setembro de 1973. Licenciou-se em Letras na Universidade de Santiago e foi professor universitário. Vive na Europa desde Fevereiro de 1974. Actualmente ensina Literatura em Amsterdão. Escritor e ensaísta, as suas obras mais importantes são “Moros en la Costa” (novela, 1973), “Para leer el Pato Donald” (ensaio, 1972) e “Superman e sus amigos del Alma” (ensaio, 1975). Publicou também um volume intitulado — e não por casualidade — “Ensayos quemados en Chile”.

— Grande parte desse enorme contingente de latino-americanos que vive actualmente na Europa é formado por trabalhadores da Cultura. O que é a Cultura

Latino-Americana no exílio?

— O que se passou no Chile e noutros países da América Latina desde 1973, é a maior imigração intelectual, ou uma das maiores, de toda a história da humanidade. Não nos cabe falar só da História dos países de língua espanhola, ou de fenómenos como podem ter sido a expulsão dos judeus da Espanha, ou o exílio depois da Guerra Civil. Não: os números concretos demonstram que o que vivem os países da América Latina actualmente, é uma das maiores imigrações massivas prolongadas de toda a História.

Por outro lado, essa forma de exílio tem algo de muito concreto: aqueles que saem, acossados pela barbárie ou pelo silêncio, saem claramente com o desejo — e muitos deles com a possibilidade e a capacidade — de continuar em contacto com os seus povos. Quer dizer, não se trata do intelectual que

parte do seu país, que se desenraíza. Trata-se geralmente de pessoas que partem porque a luta de libertação dos seus povos tinha conseguido comprometê-los em tal grau, que se lhes tornou impossível, para muitos deles, permanecer nos seus países. Muitos dos que estamos fora, não rompemos o cordão umbilical. Trabalhamos aqui em contacto muito estreito com aqueles que estão dentro do Chile.

— Mas essa situação traz problemas. Por exemplo: o público. Para quem escrevemos nós, os que estamos fora?

— Sim, claro. Esse é um problema realmente grande. É evidente que podemos continuar a escrever para o nosso próprio povo. Mas a esse povo, como chegam as coisas? Podem chegar através de algumas transmissões de rádio, ou da circulação de um ou dois poemas ou contos, na clandestinidade. Evidentemente as nossas obras — ou as de muitos de nós — estão proibidas nos nossos países. E por isso, lentamente, vai-se criando um divórcio entre o público que realmente aspiramos e o público ao qual podemos chegar, que é o europeu e o norte-americano. Esse é um problema imediato, mas temos que vê-lo bem.

E pode-se perguntar: o que é que fazíamos quando tínhamos o nosso público? Eu creio que não soubemos aproveitá-lo suficientemente. No meu caso, posso dizê-lo com segurança. Não soube aproveitá-lo suficientemente. Por exemplo: escrevi uma novela que se chama "Moros en la Costa", que ganhou um prémio importante e teve boa

crítica. Tratava dos problemas da transição para o socialismo dentro da via que elegemos no Chile. E que, além disso, contém todos os problemas, todas as potencialidades e dificuldades do processo chileno. Confesso-te: na realidade era uma novela hermética, uma novela para as elites. Foi feita como um projecto que não se fez plenamente.

Eu estava no Chile nesse momento, participando no processo da Unidade Popular, e mesmo assim, escrevi uma novela complexíssima. Hoje estou fora, não posso chegar ao público que queria chegar no Chile, e escrevo coisas muito simples... Simplificou-se-me, muito, nesses anos de exílio, tudo o que tenho feito.

Escrevo poemas, novelas, todos muito simples. Podem ter uma grande complexidade de significados, mas podem perfeitamente chegar ao grande público. É estranho, esse fenómeno, não é verdade? Nesse sentido, o golpe de 1973 significou também uma mudança radical na nossa cabeça, porque começamos a dar-nos conta do que perdemos

— Há algo de positivo no exílio, alguma coisa que possa ajudar uma cultura a sobreviver?

— Creio que sim. Grande parte da tradição democrática popular de um país chega ao exterior. Chegam as tradições democráticas chilenas, urugaias, argentinas ou brasileiras. Também as temos dentro de nós. Mas nós, aqueles que saímos, nós continuamos a nossa obra com liberdade de expressão. Não temos que nos preocupar se seremos encarcerados ou se seremos torturados, ou se se-

remos fuzilados, ou se os nossos livros serão queimados... isso já não nos influencia mais, de maneira directa, sobre o nosso modo de expressão. Continuamos com a possibilidade de expressar, num sentido, o da liberdade de o fazer, tudo aquilo que é a continuação do processo da Unidade Popular.

— Mas, paradoxalmente, os chilenos exilados perderam o público que queriam atingir...

— Sim, é verdade. Mas isto quer também dizer que, num sentido, continuamos com o trabalho, com a tarefa de expressão de uma parte do Chile: a que abandonou o país, a que está fora, expulsa. E isto faz com que, em grande parte, sejamos os fiéis depositários da tradição livre do Chile. Não temos, é verdade, capacidade — ou condições — para chegar a todas as pessoas, nem para termos algumas das experiências que devem ser transmitidas. Entendamos uma coisa: boa parte do público está desterrada no interior do país. E isso deve ser tido em conta.

— Como, "desterrados"?

— Veja. Um companheiro do interior, que continua a trabalhar no Chile, dizia-me: — "Claro, vocês perderam o tempo e a terra. Mas para nós é duplamente doloroso, porque na mesma terra passamos pelas mesmas esquinas, e também passou o tempo... e aí vemos o que perdemos, todos os dias, todos os dias..." É por isso que te digo: eles também estão desterrados. Tiraram-lhes também o país. Nesse sentido, quando alguém expressa a dor do desterro,

ou a dor da luta, ou a solidariedade que encontramos em companheiros aqui fora, expressa alguns fenômenos muito semelhantes aos que se estão a viver no Chile. Isto é também a História da América Latina.

Com um milhão de chilenos fora do seu país, como será isto, os que estamos vivendo cá fora, uma parte da nossa história?

— Mas haverá certamente uma quantidade de temas, que nós, que estamos cá fora, não podemos expressar...

— Supostamente, não podemos expressar. Isso é raro. Mas conto-te algo que se passou comigo. Nos últimos meses estive a escrever uma séria que se chama "Los Desaparecidos". Li-a a companheiros que estão no interior, ou que saíram pela primeira vez, e eles disseram que isso é exactamente o que se sente lá, no interior do país. Como posso sabê-lo?

— Quer dizer: pode-se conseguir esse identidade. Mas pergunto-te: nós que estamos longe de nossos países, para que escrevemos? Para quem? Não existe o risco do vazio?

— Depende. Dir-te-ia que escrevemos para coisas diferentes. Há aqueles que estão escrevendo contos e novelas para serem publicados fora. No caso dos chilenos, com a esperança de chegar algum dia ao interior do país — esperança débil por enquanto. E estão os que escrevem para a grande colônia de exilados, para os desterrados, que são um imenso país fora do país. Uma pessoa não escreve somente para alguém. Às vezes escreve por uma profunda necessidade de comunicação.



Um refugiado latino-americano, com a sua guitarra na Cité Universitaire de Paris.

Por fim, há aqueles — e aqui nos entendemos — que escrevem simplesmente para que não seja esquecido aquilo que se vive hoje. Para resgatar, para que não se perca, para que não fique sepultado.

Estou convencido que uma das coisas que faz o fascismo, é destruir a memória colectiva de um povo. Destruir a sua emocionalidade, invadir o coração, romper os diques da consciência, apoderar-se das nossas terras interiores. Creio que a Arte, em grande medida, trata de reconstruir essas pontes.

— No teu caso, por exemplo, que escreves no exílio?

— Sinto que existem duas vertentes narrativas no que estou escrevendo desde que saí do Chile. Descobri isso há pouco tempo, quando falava com Daniel Viglietti no festival de teatro de Nancy.

Discutíamos essa questão a que te referes, e subitamente dei-me conta dessas duas vertentes. Uma das

coisas que escrevi é uma novela que se chama "Chillex and Company — nueva guia turística". É a venda de um país através de dezasseis linguagens de diferentes meios massivos de comunicação. Vende-se de tudo: tanto miúdos como bonecos. Os mendigos, como uma nova moda — a "moda gironex". Os charlatões, os locutores, os realizadores de televisão, vendem um país inteiro, oferecem safaris para caçar pessoas no campo.

A proposta central é mostrar como o fascismo corrompe a linguagem, como transforma em normal o que é horrível. Essa é uma obra de humor negro, severo, terrível, e custou-me muito fazê-la. Sentia que me estava a destruir enquanto a escrevia. Simultaneamente, eu escrevia outras coisas que eram, em geral, de um grande optimismo, de uma grande fé. Pessoas que mostram a esperança, a luta, a solidariedade, o carinho, a fraternidade... numa linguagem

muito diferente da outra, uma linguagem luminosa.

Dei-me conta de repente, justamente quando falava com Daniel Viglietti, que essas eram duas vertentes da minha personalidade, e ao mesmo tempo, duas vertentes do exílio.

— Em que sentido?

— No sentido de que estás fora, e te sentes com uma certa impotência. Por muito que escrevas, que actues. Mesmo que estejas dando tudo o que possas pela libertação do teu povo, estás fora. Isto é fora de dúvida. Mas, por outro lado, há toda uma vertente de esperança, que vem de fora. Eu diria que na realidade, o exílio está cheio dessas coisas: o desespero e a esperança. Descobri-o recentemente depois de escrever essas coisas.

— Antes de tudo isso, escreveste um livro sobre a penetração e o domínio cultural — “Para leer el Pato Donald”. Hoje em dia, que escreverias em relação à dominação cultural de nossos países?

— Veja: há vários “gatilhos”. Mas existe sempre um gatilho mental, e esse está sendo apertado a cada momento. O que aperta o gatilho de uma espingarda, bem, esse foi treinado para apontar para a realidade de uma determinada maneira, senti-la e interpretá-la. Foi treinado para considerar que nós, os que lutamos pela libertação de nossos povos e desses próprios seres que apertam o gatilho, em certo sentido, somos inimigos. Há uma dominação ideológica que permitiu grande parte dos fenómenos da nossa derrota.

Temos que ver que o imperialismo põe na balança um determinado número

de modelos, e convence os outros países... Quando escrevi esse livro, fi-lo por necessidade prática: pela primeira vez no Chile tínhamos a possibilidade de fazer outros ‘comics’, diferentes dos habituais. E por isso, estudávamos o problema do modelo cultural da dominação, em função da tentativa de criar modelos de contra-cultura, ou seja, um modelo cultural de libertação.

Bem, hoje em dia, eu não sei... Deixei de trabalhar no ensaio, porque me dei conta de que essa contra-cultura tem que ser feita. Porque o Pato Donald é também, em grande medida, um vencedor. Ele ganha a batalha no Chile, ganha a batalha em cada um dos nossos países, não somente porque há soldados que o lêem, e que são como o Pato Donald, mas também porque temos sido incapazes de criar uma cultura de massas alternativa.

Para mim, hoje em dia, o problema não é continuar analisando o imperialismo cultural. Isso pode-se continuar a analisar indefinidamente. O que sinto, é a necessidade de criar imagens que possamos opor a isso. Creio que uma das nossas tarefas, em termos de geração, é preparar o artista, o

trabalhador da cultura, para sua integração nos meios massivos de comunicação, que não está, claro, em nossas mãos. Mas temos de estar preparados, temos que treinar. Penso sempre que temos que voltar aos nossos países enriquecidos em todos os aspectos. Os trabalhadores da cultura têm muitas formas de participação. Pode-se sempre conquistar diferentes fracções do território. Estamos invadidos pelo imperialismo, grandes partes do nosso território interior e exterior, nossa própria existência. E penso que temos que lutar em todas as frentes.

Quando alguém escreve um poema belo e comunicativo, crê que faz cultura democrática, mesmo que atinja somente dez pessoas. Eu preferiria que atingisse um milhão. Mas ainda que não seja mais que dez, estamos a derrotar o fascismo.

— Em dez pessoas?

— Sim, em dez pessoas.

— Fascismo e cultura são antagónicos, sempre?

— Fascismo e cultura democrática, sim, sempre. Isso não quer dizer que o fascismo não possa ter seus intelectuais, e inclusivamente, alguma espectacularidade pública. O fascismo converte a política em cultura, transforma-a em grande es-

Outras bandas desenhadas são menos subtis que o Pato Donald...

Em Washington, Spider conversa com o grande patrão da C.I.A....

Não nos iludamos, patrão... Esta revolução governamental na Guatemala não é democrática! Os seus “leaders” falam em liberdade e afirmam ser nossos amigos, mas são mais castristas do que outra coisa... se os deixássemos entrar em Manágua, veríamos em breve muitos punhos ao alto.





No seu livro "Para leer el Pato Donald" Ariel Dorfman desmistifica a manipulação ideológica da banda desenhada.

pectáculo. Mas é evidente também que a essas alturas da história esse trabalho cultural democrático, a todos os níveis — um poema, um filme, um quadro, uma novela — faz com que estejamos a levar a cabo nossa luta. Não se pode pensar somente em números. Quantos livros de poesia eram vendidos antes? Trezentos ou quatrocentos exemplares? Hoje pode acontecer que se venda muito mais. Temos que pensar que a luta tem muitas frentes. Temos que pensar naqueles que estão no interior: muitos ganham forças ao saberem que no exílio se escreve poesia. Muitos de nós, quando estávamos nos nossos países vivíamos como intelectuais desterrados do povo.

Digo-te que hoje, aqui fora, estou a escrever coisas

que têm muito mais possibilidades de serem compartilhadas. Os contos que escrevo são muito mais compreensíveis, têm muito maior amplitude... Isso, é claro, é parte de uma depuração em geral. Contra a falsa espectacularidade do fascismo, que podemos propor? Entre outras coisas, uma linguagem que distraia, comunicativa, que trate da realidade.

— E supõe que não se possa chegar a isso...

— Ah, isso seria supor que estamos derrotados. E não o estamos. O dia em que estejamos silenciados, que eles nos ditarem o que devemos fazer, e que repitamos como papagaios o que os ditadores nos disserem, bem, aí, sim, estaremos derrotados. Mas, tu sabes que a realidade não é essa. A realidade é que eles

estão numa guerra de extermínio, tanto no campo económico como no campo social e político. Estão numa guerra de extermínio cultural, de genocídio cultural. E um dos nossos deveres é divulgar isso.

O nosso testemunho é uma arma. Tudo é uma arma. Queria dizer-te finalmente, que a cultura nos une no exterior, constitui um território em que nós, os latino-americanos, os desterrados, nos reconhecemos. É que existimos, sobrevivemos. Algumas canções, por exemplo, ao circularem por diversos países, criam uma coerência emocional, um sentido de fraternidade e de existência. A cultura pode fazer isso: criar um território comum, levar-nos a ele. E aí, entre outras coisas, ajudar-nos a resistir.

informação

VERSUS: dar a voz aos que não têm voz

*Um dos editores desta revista brasileira
fala-nos da sua árdua
mas bem sucedida
experiência de jornalismo independente*

VERSUS

18
jornal
aventuras
das
portagens
cultura
afro-américa-latina

Fevereiro 1978 Gr\$ 20

PTB
OS PLANOS
DE BRIZOLA
A LUTA
PELO PS
Almino Affonso e
do Moniz

Um acontecimento digno de ser assinalado, é a pujança, que dia a dia tem maior dimensão, da imprensa democrática no Brasil. São periódicos, semanários ou revistas mensais que, num trabalho titânico esperam vencer a barreira econômica e enfrentam a censura com valentia, denunciando e informando com veracidade e objectivamente.

VERSUS assumiu essa tarefa faz aproximadamente dois anos e nesta entrevista, o seu editor Helio Golstejn historia o breve caminho percorrido, mas, sem dúvida, de grandes conquistas.

— Como surgiu Versus?
— Versus nasceu para encher um vazio cultural e compensar o isolamento que pesa sobre a verdadeira história da América Latina.

entrevista de Cristina
Canoura

A que sempre se conta é a do colonizador. Propusemo-nos então a assumir a tarefa de resistência cultural e de reconstrução histórica. Nosso compromisso é dar voz aos que não têm voz. E não somente no Brasil como também em todo o continente. Somos em certo modo, seguidores das publicações decanas do jornalismo democrático na América Latina, hoje silenciadas, como foram a *Crisis*, na Argentina e *Marcha*, no Uruguai.

— Mas a África também tem o seu lugar na revista...

— Sim, porque o problema das minorias e dos povos oprimidos é um só e há que encará-lo com soluções globais. A resistência cultural de que falava é para enfrentar o imperialismo que tentou com muita persistência uniformizar a cultura. É necessário guardar o próprio e o particular de cada povo. Que acontece com os negros, por exemplo? Os negros não entram na história que o colonizador conta. Ignora-os. Nós criamos então, a imprensa negra, escrita pelos jornalistas negros. *Versus* não toma como referência o que o senhor Doutor disse em Paris sobre o último livro teórico. Nós ouvimos e dizemos o que contam os povos.

— Nós sabemos, por experiência própria, que temos que manter um tipo próprio de revista, sem isto sacrificar a coerência ideológica; necessita de um grande esforço económico. Como financiam vocês a publicação?

— Trabalhamos sobre a base de que um número deve financiar o seguinte. Mas, sabem muito bem que isto nem sempre resulta. Recorremos então a diver-

sos artistas que estão ligados à ideologia do jornal e criamos festivais de *Versus*. O primeiro coincidiu com o primeiro aniversário da sua edição e participaram o Sérgio Ricardo, o Guarnieri e os Tarancon, um grupo que canta música latino-americana. O segundo, quisemos coincidi-lo também com a data do 2.º aniversário, mas naturalmente, tivemos que adiantá-lo. E neste somaram-se intérpretes como Chico Buarque, Maria Medalha, Edu Lobo, o grupo MPB 4, o Quarteto em Cy, Bibi Ferreira, Ruth Escobar, Renato Borgue, Milton Nascimento e Dêrcio Marques, um cantor e investigador da música latino-americana que tivemos o privilégio de dar a conhecer ao povo brasileiro, da mesma maneira que a Noel Guarnieri, que vive nnos pampas do Sul, na zona das Missões e cuja música é uma amálgama de sons brasileiros e hispano-americanos.

Completamos este esforço com o trabalho que se faz através da nossa editora de livros. Temos editado já títulos como a "Arte da Resistência" livro sobre Guiné-Bissau e que foi escrito por Licínio e Maria da Paz, dois jornalistas que viveram ali durante um ano. Acaba de sair em Dezembro, "As melhores reportagens da América Latina", de Eduardo Galeano e está a preparar-se "La Guerra Campesina del Contestado", de Jean-Claude Bernardet. Por isso é que não entendemos isto somente como apoio económico, que está dentro de todo o nosso projecto de divulgação das realidades dos diferentes povos.

— Qual é o público que lê *Versus*?

— A maioria dos nossos leitores são estudantes e profissionais liberais. Somos conscientes que ainda não chegaremos aos operários, à grande massa do povo. Vários são os motivos que o impedem, o preço é um deles. Mas paulatinamente vamos conseguindo que cheguem a estes sectores, através de edições especiais que se distribuem em centros fabris e lugares de trabalho. Crescemos dia a dia ao ponto que começamos com uma tiragem de 5000 exemplares e hoje saímos com 30 000.

— Como é que é possível que no Brasil, com uma forte censura na imprensa possam nascer e consolidar-se publicações como a *Versus*? ...

— No nosso caso, o caminho que escolhemos desde o princípio fez-nos ganhar o espaço político que hoje usamos. Começamos um pouco — diria — teluricamente. Falámos do indígena na sua verdadeira dimensão e não folcloricamente, como se sente. E aí começamos a ter a adesão da Igreja progressista. Começaram a chegar cartas de índios semi-analfabetos que nos alentavam na luta que é a deles. Falámos de líderes latino-americanos como Zapata e Martí. E agora nesta etapa discutimos as perspectivas da luta do povo brasileiro, a universidade, os operários, os partidos políticos. A nossa perspectiva foi profunda justamente pelo espaço político adquirido, mas o nosso objectivo segue sendo o mesmo. Lutamos por uma memória nacional, para podermos ser merecedores da nossa cultura. Continuamos no esforço de resgatar a dignidade de ser latino-americanos. ●

BAUXITE

Romper o monopólio multinacional

Os países produtores organizam-se para desenvolver uma indústria de alumínio integrada que contribua para o seu desenvolvimento e não para o enriquecimento de monopólios estrangeiros ().*

O Ghana, um dos maiores produtores continentais de alumínio, metal derivado da bauxite. Poder-se-ia pensar que se trata de um exemplo admirável de desenvolvimento industrial integrado. Porém acontece que a bauxite empregada numa panela de alumínio que se vende no Ghana provavelmente foi extraída na Jamaica, refinada como alumínio nos Estados Unidos e enviada às fundições do Ghana para ser convertida no alumínio em rolos.

Do ponto de vista de um pequeno número de corporações multinacionais, a indústria mundial do alumínio está completamente integrada. Partindo da perspectiva terço-mundista, ao contrário, está fragmentada ao extremo. Esta situação preocupa os países produtores de bauxite, que

começam a organizar-se para defender as suas riquezas.

O caso de Ghana

O começo deste século, quando a British Aluminium Company começou a extrair bauxite no Ghana, surgiu a ideia de utilizar o grande potencial hidroeléctrico Hall-Heroult, usando a Companhia a maior parte da energia produzida pelo projecto hidroeléctrico do Volta e sobrando um excedente suficiente para abastecer todo o sul do Ghana.

Porém os planos ficaram esquecidos até à independência, em 1957, quando o então presidente Kwame Nkrumah, concebendo o desenvolvimento da bauxite como a chave da industrialização do Ghana, en-

controu o apoio de Edgar Kaiser, director da empresa norte-americana Kaiser Aluminium Company. Depois de duras negociações, Kaiser financiou a ideia com fundos do Banco Mundial e dos governos dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e Ghana.

A represa e a fundição já estão operando há uma década e os técnicos ainda discutem se a energia hidroeléctrica gerada e o impulso ao crescimento industrial do Ghana justificam os custos: uma pesada carga de dívidas e um massivo projecto industrial que, isolados pelos seus privilégios especiais e a sua tecnologia avançada, nunca se pode integrar nos planos de desenvolvimento do país.

O projecto inclui a represa de Akosombo no rio Volta, com uma produção

actual de 550 megawatts de energia eléctrica (com o porto de Tema) construída e operada pela Volta Aluminium Company (VALCO), propriedade de duas empresas norte-americanas, Kaiser Aluminium (90 por cento) e Reynolds Aluminium (10 por cento). De acordo com o contrato entre a VALCO e o Ghana, a fundição compra a energia ao preço de custo, enquanto que as importações e exportações da VALCO estão isentas de imposto até 1997. Ironicamente nunca se previu o desenvolvimento das reservas de bauxite do Ghana nem se traçaram planos para instalar no país o ciclo completo de produção do alumínio desde a extracção até à industrialização.

Para refinar o alumínio, a bauxite deve ser convertida primeiro em alumina — um pó branco, fino, composto de 99 por cento de óxido de alumínio — que se extrai da bauxite pelo processo Bayer. Ainda que consumam menos energia que na fundição, as refinarias que empregam o processo Bayer requerem recursos técnicos e capitais que são difíceis de conseguir para países como o Ghana.

Em 1974 Kaiser começou a estudar um projecto de produção de alumina no Ghana a partir das reservas não exploradas de bauxite em Kibi, perto de Accra. Porém a ideia foi indefinidamente adiada, já que nem Kaiser nem as firmas japonesas que se associaram ao projecto encontraram nesta investimentos atractivos comparáveis aos de outros projectos em diversos lugares do mundo. Na África, só a Guiné-

-Conakri, que possui grandes reservas de bauxite, conta com uma refinaria de alumina e o apoio externo suficiente para desenvolver uma indústria de alumínio verticalmente integrada do princípio ao fim.

A prosperidade da bauxite

Enquanto o Ghana corre atrás de possíveis investidores, em esforços vão para poder aproveitar melhor os seus depósitos, a Guiné é cortejada por múltiplos pretendentes interessados na sua bauxite. Com cada nova exploração crescem as estimativas sobre as reservas, porém unanimemente se aceita que, com depósitos entre seis e dez mil milhões de toneladas, a Guiné possui um terço das reservas mundiais, o que a coloca a par da Austrália e da Jamaica, os dois maiores produtores nos últimos anos. Em 1976 a Guiné superou a Jamaica, com uma extracção de quase onze milhões de toneladas.

No momento da independência, em 1958, dois projectos relativos à bauxite estavam em marcha na Guiné. As minas de Kassa, o primeiro deles, foram fechadas em 1966, devido à diminuição da produção. O projecto de Fria, perto do rio Konkuré, converteu-se na maior fonte de bauxite da Guiné até à década de 70. Dirigido pela companhia de alumínio francesa Pechiney, entre os seus proprietários figuram outras empresas europeias e norte-americanas, sendo a maior delas a Noranda Mines de Toronto. Em 1973 o governo guineense adquiriu 49 por cento da empresa, que foi baptizada de "Friguia".

As instalações de Friguia incluem uma refinaria de alumina, que exporta o óxido para fundições europeias e para a empresa Pechiney nos Camarões. As exportações de alumina, mais rentáveis que as de bauxite bruta, perfizeram, na década de 60, metade das divisas entradas no país. Porém, alguns analistas, como o técnico guineense Jean Suret-Canale, sustentam que o projecto continua sendo uma ilha dentro da economia guineense, um enclave relativamente ao resto da sociedade. As companhias compram e exportam a alumina, porém não acreditam ser conveniente construir na Guiné uma fundição de alumínio.

A medida que se multiplicam os projectos mineiros e o governo negocia em termos mais favoráveis com as multinacionais, fala-se muito de ampliar a capacidade de refinação e inclusive, coloca-se o problema da fundição do alumínio. Porém nem a Guinéa Bauxite company que extraiu seis milhões de toneladas em 1976, nem a Kindia Bauxite Office, que tem uma capacidade anual de 2,5 milhões, consideram seriamente um investimento dessa grandeza. A Guinea Bauxite Company é propriedade da Guiné e de um consórcio internacional liderado pela Alcan e Alcoa, enquanto que o projecto Kindia é uma empresa conjunta soviético-guineense.

O futuro promete ser diferente. Há conhecimento de que um consórcio guineense-suiço-jugoslavo, com uma capacidade de 400 milhões de dólares, está a planificar a construção de uma refinaria e fundição ligada às novas minas de

Bauxite Tongue e Dabola. Um projecto parecido, também por 400 milhões de dólares, estaria sendo estudado pela Arábia-Saudita, Líbia e Egipto. Mais recentemente, a Guiné e a Nigéria esboçaram um esquema para produzir bauxite e alumina na Guiné, com uma fundição na Nigéria. Se se cumprirem as metas de produção de alumina previstas nestes planos, a Guiné processaria localmente mais da metade da sua bauxite, superando assim a percentagem alcançada pela Jamaica, um dos produtores terceiomundistas mais inovadores.

Alumínio e África

Apesar dos esforços da Guiné, até ao momento os produtores africanos só têm conseguido progressos mínimos no desenvolvimento da sua capacidade industrial. A África tem 15 por cento da produção mundial de bauxite, porém o continente só fornece 2,5 por cento do alumínio do mundo, a partir das suas capacidades de Camarões, Ghana, Egipto e República da África do Sul. Alguns críticos opinam que se bem que a expansão da bauxite guineense tenha solucionado os seus problemas de deficit na balança de pagamentos, a dívida externa resultante dos investimentos (mais de mil milhões de dólares) e a dependência das exportações de um só produto obstruem um desenvolvimento equilibrado do conjunto da economia. As esperanças de que a bauxite contribua efectivamente para o desenvolvimento africano dependem em grande medida da sabedoria com que a Guiné uti-

lize os seus produtos mineiros para impulsionar os seus débeis sectores industriais e agrícolas. Porém fundamentalmente será necessária uma maior cooperação entre os produtores do continente e os de outras latitudes.

As perspectivas desta colaboração consolidaram-se em principios da década de 70 com a formação da Associação Internacional da Bauxite (AIB). Iniciada pelo primeiro-ministro jamaicano Michael Maney, e inaugurada em 1974 em Conakri, Guiné, a AIB contra com 70 por cento da produção mundial da bauxite. Os seus onze membros (Austrália, Guyana, Jamaica, Surinam, República Dominicana, Haiti, Jugoslávia, Ghana, Guiné, Serra Leoa e Indonésia) trabalham em conjunto para obter uma maior participação nos lucros da indús-

tria, actualmente dominada por seis multinacionais (Alcoa, Reynolds, Kaiser, Alusmisse, Alcan e Pechiney) que controlam dois terços da produção dos países não socialistas.

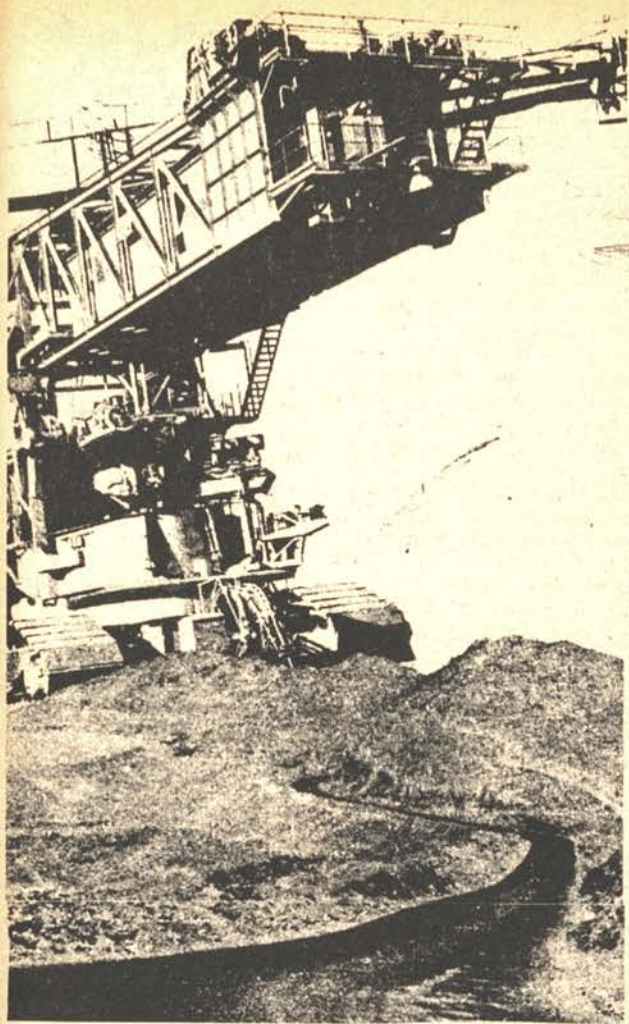
A Jamaica demarcou o rumo ao aumentar os impostos sobre a exportação de bauxite em 800 por cento em 1974, pressionando ao mesmo tempo por uma maior participação do Estado nas empresas do sector. Pese os furiosos protestos das companhias, todas elas tiveram que negociar novos acordos.

Outros países tomaram medidas similares. A Guiné aumentou os impostos sobre a alumina e a AIB começou a negociar o estabelecimento de um preço mínimo para a bauxite. Em Dezembro de 1977 chegou-se a um acordo quando a Austrália, reticente durante muito tempo, aceitou

Produção africana de bauxite-alumínio (em mil toneladas métricas)

	Bauxite (1976)	Alumina (1973)	Alumínio (1976)
Camarões	—	—	55
Egipto	—	—	55
Ghana	267	—	147
Guiné	10 847	635	—
Moçambique	2	—	—
Rodésia	2	—	—
Serra Leoa	660	—	—
África do Sul	—	—	78
Total de África	11 779	635	335
Total mundial	77 562	23 181(x)	12 497

(x) inclui os países socialistas
Fonte: U S Bureau of Mines



A bauxite extraída do solo é convertida em alumina que depois de refinada dá o alumínio.

um preço básico de 24 dólares por tonelada.

São, sem dúvida, muitas as dificuldades enfrentadas nesta luta contra as multinacionais. A Indonésia ainda que seja membro da AIB não participou na decisão do preço mínimo e o Brasil, que brevemente será um produtor importante, não pertence à Associação.

Mais significativo a longo prazo, é o facto de que o alumínio é um dos metais mais abundantes. Pode ser

extraído de outros minerais além da bauxite — incluindo alguns que se encontram nas regiões temperadas, onde estão os maiores consumidores: Europa, Estados Unidos e URSS. Até agora a exportação de alumínio de outros minerais não resultou economicamente, mas se o preço da bauxite sobe, os processos alternativos podem tornar-se viáveis, tirando importância à bauxite.

Os obstáculos a um de-

envolvimento integrado da indústria do alumínio em África são ainda mais importantes. Há necessidade de mercados (a África consome apenas 1 por cento da produção mundial de alumínio), de energia eléctrica (para produzir uma tonelada de alumínio consomem-se 17 mil kilowatts-hora), e de tecnologia avançada.

É necessário, além disso, que os projectos se integrem num programa global de industrialização. Neste sentido o Egipto tem capacidade de refinação e fabricação de alumínio e está tentando assegurar um fornecimento permanente de bauxite guineense. A Argélia, com o seu grande potencial energético, está planeando seguir o exemplo de outros produtores de petróleo, como o Bahrein, e estabelece estabelecer uma refinaria de alumínio.

Na África Ocidental, o esquema conjunto guineense-nigeriano poderia ser o início de uma cooperação e esta seria no quadro da CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental). Porém, para que os enclaves estrangeiros da indústria do alumínio possam ser orientados e servir realmente o desenvolvimento africano, a CEDEAO deve adquirir uma maior experiência tecnológica, e conseguir a participação, não só da Guiné e Nigéria, mas também do Ghana, Serra Leoa e Camarões.

Nota:

Este artigo é fruto da investigação da equipa de economia do semanário África News.

3 Benin

Almanaque do Terceiro Mundo

O Império Benin, onde floresceu uma das mais avançadas civilizações subsaarianas, nas margens do Rio Niger, foi arrasado pelos europeus entre os séculos XVI e XIX, e dezenas de milhões de seus habitantes sequestrados e vendidos como escravos na América.

Ocupada pela França em 1894, a "costa dos escravos", rebaptizada como Daomé, foi desde 1890, palco de violentas e sangrentas lutas anticoloniais, encabeçadas pelo rei Benhazin.

Esta resistência foi retomada no século XX pelos "brasileiros" (escravos liberais retornados da América) e pelos nativos "evoluidos", que abraçaram os mesmos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade que aprenderam dos seus colonizadores.

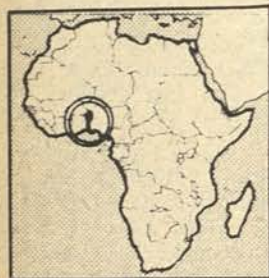
Mas a política francesa de "partir, para ficar melhor" teve êxito, e a independência formal abriu passo a uma sucessão de governos neocolonialistas instáveis (12 em 16 anos, de 1957 a 1972), atribulados por levantamentos populares (em 1963,

65, 67 e 69) contra as desigualdades regionais, a especulação, a corrupção e a administração ineficiente.

Era este o quadro do país, quando em 26 de Outubro de 1972, o comandante Mathieu Keruku tomou o poder, com uma equipa de jovens oficiais. Em 30 de Novembro desse ano, o Governo Militar Revolucionário define os seus objectivos nacionalistas num discurso-programa onde são convocadas as organizações populares para a participação na vida política do país. Dois anos depois, Keruku proclama que o socialismo científico é a única via de desenvolvimento adequada para o povo do Daomé e enumera as dez tarefas da "revolução democrática e popular", pondo ênfase na liquidação do domínio estrangeiro, da exploração do homem pelo homem, do tribalismo, do racismo e do desequilíbrio entre, a atrasada região pantanosa e a urbanizada faixa tropical costeira.

Doze meses depois, no dia 30 de Novembro de 1975, Keruku anunciou a simbólica mudança do nome colonial do país para Benin, a incorporação de uma estrela vermelha na bandeira e a fundação do Partido Revolucionário Popular, encarregado de ser a vanguarda no caminho para o socialismo.

Em pouco tempo, o Benin reorganizou a agricultura de que vive 85 por cento da população, implantando uma profunda reforma agrária e dando



Governo. Comandante Mathieu Keruku, Presidente - **Capital:** Cotonu (100 000 hab.) - **Superfície:** 112 622 km² - **População:** 3 000 000 de habitantes (85 por cento rural) - **Moeda:** franco de Benin - **Língua Oficial:** francês (compreendido por 5 por cento da população). Fala-se também o *fon*, o *uuna*, o *yoruba* e o *dende* - **Festa Nacional:** 1 de Agosto (Independência, 1960) **Religião:** animista e muçulmana - **PNB per capita:** 120 dólares anuais - **Educação:** 220 000 estudantes no total geral em 1972. Analfabetismo: 80 por cento - **Saúde:** Um médico para cada 30 000 habitantes.

Benin é membro de pleno direito da ONU, da Organização da Unidade Africana, da Organização Interafricana do Café, da Associação dos Países Produtores de Oleaginosas, e do Movimento dos Países Não Alinhados.



tre os férteis territórios do noroeste à alimentação do povo sobre as culturas destinadas à exportação. Os camponeses participam agora na definição das políticas de comercialização, a banca foi nacionalizada, a administração democratizada (com autoridades eleitas e substituíveis pelas suas bases), e consolidam-se os embriões da futura indústria.

Alguns visitantes europeus criticam o "ambiente marcial" que se vive no país, onde são frequentes as manifestações patrióticas e a agitação pela rádio, onde aumenta a criação de órgãos de defesa popular e onde as mobilizações populares têm caráter paramilitar.

Mas o Benin está em guerra. Guerra contra o subdesenvolvimento e contra os sectores feudais, especuladores e pró coloniais que dele beneficiam. Guerra contra as forças externas aliadas do imperialismo, que já em três oportunidades tentaram derrubar o governo. Só graças à vigilância do povo e à sua decidida participação, foi derrotada em 16 de Janeiro de 1977, a invasão mercenária apoiada pelo Gabão e por Marrocos e encorajada pelos serviços secretos franceses, numa tentativa de repetição dos famosos episódios de Entebe, Uganda.

Esta "playa Girón africana" servirá, sem dúvida alguma, para recordar aos regimes progressistas do continente que o imperialismo não descansa. Para o Benin, isto servirá para o reforço e o aprofundamento de uma experiência consciente de que "a Revolução não é um problema de velocidade, mas um processo de desenvolvimento histórico", como costumava afirmar o Presidente Keruku.

Birmânia

Demonstrando admirável habilidade diplomática, a Birmânia sempre conseguiu manter a sua neutralidade no complexo tabuleiro geopolítico do sudeste asiático, o que foi reconhecido pela comunidade internacional ao nomear um dos seus filhos mais lúcidos, U Thant, para Secretário Geral das Nações Unidas.

Mas esta habilidade negociadora não teve reflexo na política interna, onde subsiste com grande dificuldade uma experiência, a qual se chamou "a via socialista birmanesa". O autor deste modelo, mistura de poder pessoal e tendência estatizante, é o general Ne Win, cuja história política está ligada à luta anticolonial contra os ingleses e os japoneses.

Os primeiros comerciantes ingleses chegaram à Birmânia em 1612, e em 1886, incorporaram-na pela força à Índia. A ocupação japonesa (1941-45) foi tenazmente resistida pelos guerrilheiros birmaneses e depois da guerra, o povo pronunciou-se em plebiscito pela independência.

O general Win, que foi um dos organizadores do exército nacional na luta contra o Japão, derrubou em 1962 o governo parlamentarista de U Nu, desprestigiado pela corrupção e pela incapacidade de consolidar a unidade nacional. Somente 60 por cento dos habitantes da federação (10 estados) pertence à etnia birmanesa. O restante está dividido entre os *Karens*, os *Kashins*, os *Sahns* e os *Kayhas*, grupos tradicionalmente opostos ao governo central de Rangum.

Quando Ne Win assumiu o governo, a Birmânia acabava de resolver pacificamente os seus problemas fronteiriços com a China e a Índia. Rangum manteve a sua posição de não-alinhamento, apesar das pressões contra, durante toda a guerra do sudeste asiático, e Ne Win alarmou os Estados Unidos quando nacionalizou a banca e

a indústria do arroz, responsável por 70 por cento das divisas que entram no país. Em 1962 houve uma reforma agrária que atingiu todas as propriedades com mais de 200 hectares, mas ao mesmo tempo foi proibida toda e qualquer actividade sindical.

Apesar da repressão, o poder e a organização dos trabalhadores sofreu grande incremento nos últimos anos, expressando-se através de numerosas greves, principalmente nos caminhos de ferro e na indústria petrolífera.

Na consulta eleitoral de 1974 (ano de grandes manifestações e confrontos entre operários, estudantes e "bonzos" budistas contra a política), o partido único "Lanzin" foi vitorioso a nível nacional, mas nos diversos municípios foram eleitos vários candidatos independentes, que criticaram a linha política do actual governo.

O regime de Ne Win deteriorou-se progressivamente a partir da crise económica de 1973, e os seus opositores põem em relevo as ambiguidades do seu proclamado "socialismo birmanês". Critica-se ainda a ineficácia das empresas estatais — semiparalisadas pela corrupção e pela má administração —, o auge do mercado negro que arruina os camponeses, e a abertura do governo às multinacionais, principalmente às do petróleo, recurso em que a Birmânia é a autosuficiente. Companhias indonésias, norte-americanas e japonesas invadem o país e pressupõe-se que o governo irá acabar com o monopólio estatal da Myanma Oil Corporation.

Governo: general Ne Win, presidente — **Capital:** Rangum (3 000 000 habitantes) — **Superfície:** 678 000 km² — **População:** 32 000 000 de habitantes (80 por cento rural) — **Moeda:** kiat — **Língua Oficial:** birmanês — **Festa Nacional:** 4 de Janeiro (independência, 1948) — **Religião:** maioritariamente budista — **PNB per capita:** 90 dólares anuais — **Educação:** Total geral de 4 250 000 estudantes em 1974. Analfabetismo: 40 por cento — **Saúde:** Um médico para cada 6500 habitantes.

A Birmânia é membro de pleno direito do Movimento dos Países Não-Alinhados e da ONU.



Nestas circunstâncias, houve um recrudescimento das actividades dos diversos grupos guerrilheiros. A Organização para a Defesa do Povo Karen, criada em 1976, afirma poder contar com um exército de 40 000 homens, e os *Kashins* controlam a maior parte do seu território (excluindo-se as cidades), com o Exército para a Independência do Kashin. Por sua vez, maoistas e trotskistas também têm os seus próprios guerrilheiros, e os contrabandistas armam bandos para a protecção das suas rotas de tráfico de estupefacientes.

A burguesia que financiou muitas destas insurreições "étnicas" para desestabilizar o governo de Ne Win, reclama agora "mão dura" contra os operários e intelectuais, receosa de que estas forças recomponham as alianças com a oficialidade progressista do exército, e encorajados pelos sucessos revolucionários do Vietname, Laos e Camboja, retomem o caminho da libertação nacional, em cujo abandono está a razão das actuais dificuldades da Birmânia.



12

Bolívia

Costuma-se dizer que com a prata que os espanhóis extraíram de Potosi, poder-se-ia construir uma ponte que ligaria a América à Europa.

Embora exagerada, esta versão serve para ilustrar uma lei da história do Terceiro Mundo: os territórios mais ricos, ao despertar a cobiça dos impérios, ficaram transformados nos países mais pobres.

Do altamente organizado império Inca, o conquistador espanhol só reteve, na Bolívia, os traços autoritários que serviam para escravizar a força de trabalho, bloqueando a força de uma cultura racionalmente estruturada em torno da produção agrária.

O sistema colonial dividiu a população em três castas: os camponeses que continuam a cultivar as terras que não lhes foram arrebatadas e são chamados "índios"; os mineiros, os trabalhadores das grandes fazendas, os recrutados para o serviço militar e o proletariado urbano passam a ser "cholos"; os fazendeiros, comerciantes, profissionais, estudantes, profissionais, estudantes e funcionários, autodenominam-se "blancos".



13

10

Governo: Hugo Banzer, presidente – **Capital:** La Paz (650 000 hab.) – **Superfície:** 1 098 581 km² – **População:** 5 500 000 hab. (70 por cento rural) – **Moeda:** peso – **Língua Oficial:** espanhol (a maioria da população fala o quechua e o aimará) – **Festa Nacional:** 6 de Agosto (Independência, 1825) – **Religião:** predominantemente católica – **PNB per capita:** 320 dólares anuais – **Educação:** 1 362 000 estudantes no total geral em 1973. Analfabetismo: 50 por cento – **Saúde:** Um médico para cada 2300 habitantes.

A Bolívia é membro de pleno direito da ONU, da OEA, da ALALC, do SELA, do Pacto da Bacia do Prata, do Pacto Andino e da Associação dos Países Produtores de Tungstênio. Participa como observador nas reuniões do Movimento dos Países Não Alinhados.

Três décadas de luta popular anti-espanhola – que teve seu apogeu nas massacradas rebeliões de Tupac Katari (1880-82) e da Junta Tuitiva de La Paz (1809) encabeçada pelo mestiço Pedro Domingo Murillo – são passadas, antes que o sector "criollo" da classe dominante se aproprie do projecto independentista, desfigurando-o numa cópia dos modelos económicos e administrativos emergentes na Europa. A transferência do poder político de Madrid para Chuquisaca (1825), não significou grandes mudanças para os "índios" e "cholos".

O grupo formado pelos proprietários de minas (Patiño, Aramayo, Hoshild e outros), políticos e gerais de raízes oligárquicas, manipula a vida republicana moderna da Bolívia, como parte do negócio do estanho. Os interesses do imperialismo inglês pelo salitre de Antofagasta em primeiro lugar, e pelo petróleo do sul em seguida, desencadearam duas guerras fratricidas na América do Sul: a do Pacífico (1879-73) – Chile contra Bolívia e Peru – e a do Chaco (1932-35) – Paraguai contra a Bolívia. Nelas a Bolívia perdeu a sua costa marítima e três quartas partes da região do Chaco. A cedência ao Brasil do Acre amazónico, em 1904, completa o desmembramento do país.

O sentimento de frustração nacional que produziram estas derrotas, abriu o caminho a um forte impulso de reformas anti-imperialistas. Aparece assim,



ao lado das esquerdas sindicais e camponesas, o Movimento Nacionalista Revolucionário. Depois de várias insurreições e uma vitória eleitoral não respeitada (1951), o MNR encabeça em 1952 uma insurreição popular que derrotou nas ruas sete regimentos de linha, e leva Victor Paz Estensero à presidência. A revolução boliviana nacionaliza as minas de estanho, decreta a reforma agrária e o voto universal. Para evitar o retorno da velha oligarquia, o exército é reestruturado e organizam-se milícias operárias e camponesas.

Enfraquecida pela pressão do imperialismo e pelas divisões internas, a revolução boliviana perde a sua forma original, e a influência norte-americana na economia e na política é restabelecida paulatinamente. Depois da derrocada de Paz Estensero (1964), a vocação revolucionária do povo boliviano voltou a manifestar-se no governo do general Juan José Torres (1970-71). Chefiando um cruel golpe militar, o general Hugo Banzer Suárez (então coronel) derrubou Torres e conseguiu a mais longa permanência deste século no Palácio Quemado, acobertado pela reivindicação nacionalista de uma saída para o mar. Fruto de suas concessões à Junta Militar Chilena, o projecto de Banzer fracassou, e hoje esta meta distancia-se cada vez mais.

A corrida armamentista e a tensão diplomática geradas, põem em perigo a paz no Pacífico Sul, enquanto o governo e o exército não reencontrarem o caminho de identificação com os interesses populares e nacionais deste país que baptizado em homenagem ao Libertador Simón Bolívar, deveria ser, devido à sua localização e trajetória histórica, o eixo da integração libertadora do continente.

Botswana

"Certo dia, o elevador em que subia o Presidente avariou-se durante o percurso, ficando entre dois andares. Por sorte voltou a funcionar em poucos minutos, pois de outra maneira teríamos que chamar um mecânico de Johannesburg para libertar o Presidente. Imaginem então o Primeiro-Ministro sul-africano Vorster a esbravejar: — Da próxima vez que nos faça comentários hostis, deixá-lo-ei preso".

Este episódio verídico, relatado por um ministro botswano, ilustra claramente o grau de dependência deste extenso, mas despovoado país, face aos vizinhos regimes de minoria branca que o rodeiam completamente. Quando o Botswana se tornou independente da Inglaterra, em 1966, a sua economia estava totalmente integrada na África do Sul, a ponto de usar a sua moeda. A sua única via férrea era um ramal da via rodesiana, operada pela Rhodesian Railways, e a principal fonte de trabalho de seus habitantes, eram as minas de ouro sul-africanas, para onde acorriam todos os anos, mais de 30 000 jovens.

Antigo "território dos bechuanos", o Botswana estava, no século XIX, no ponto de encontro dos interesses portugueses — que procuravam unir o Atlântico com o Índico, Angola a Moçambique — e ingleses — orientados do norte para sul, procurando ligar a Cidade do Cabo ao Cairo.

Por este eixo, a chamada "rota dos missionários", verificou-se a penetração inglesa. Quando os alemães colonizaram a África do Sul Ocidental (a actual Namíbia), Londres temeu que estes se aliassem aos boers (sul-africanos de origem holandesa) e anexou em 1885 o território chamado Bechuanalandia, nele impedindo a entrada de brancos, para evitar uma possível infiltração boer. Em 1961, a África do Sul reclamou para si o "protectorado", mas a Inglaterra, inimizada com o regime do "apartheid", preferiu conce-

der a autonomia e em seguida a independência ao país que adoptou o nome de Botswana.

O panorama herdado por Sir Seretse Khama, presidente desde então, não era nada animador. Mas com clara consciência nacionalista, começou a estabelecer as bases da independência real da sua pátria. O seu projecto mais ambicioso é a auto-estrada norte-sul, que liga o país à Zâmbia, criando o primeiro vínculo com o resto da África independente.

Em Setembro de 1974, durante uma visita à Tanzânia, Seretse Khama expressou o seu apoio aos movimentos de libertação da África Austral. Nesse momento, a enérgica reacção sul-africana obrigou-o a retratar-se publicamente, mas depois da independência de Angola e Moçambique, que mudou o panorama da região, o Botswana integra com estas nações, e ainda com a Tanzânia e a Zâmbia, o grupo de "países da linha da frente" na luta anti-racista. Embora a sua situação militar seja de débil defesa, o Botswana converteu-se num refúgio para os jovens que fogem à repressão na África do Sul e na Rodésia e que acorrem aos milhares a este país amigo para se incorporarem nas guerrilhas nacionalistas.

Ao mesmo tempo, no plano económico, o presidente Khama prossegue uma política que visa pôr as riquezas nas mãos do povo, de modo de modo a evitar que qualquer pequeno estrato da população, ajudado pelos interesses sul-africanos, chegue a controlar os recursos daquele país. A proporção do



mercado interno de alimentos assegurada por cooperativas de camponeses e pastores cresce ano a ano, numa luta pelo controlo dos abastecimentos que é vital para a economia nacional.

A situação é bem mais complexa no campo dos imensos recursos mineiros recentemente descobertos e que são explorados por capitais sul-africanos. A nacionalização destas riquezas é porém um sonho. No entanto, outros que pareciam tão inalcançáveis até à bem pouco, são já hoje realidades. O Botswana tem moeda própria (o pula) e alfabetiza os seus filhos no idioma nacional, o setswana.

Estes sacrificados esforços recebem crescente apoio internacional já que, como expressaram recentemente os presidentes da "linha da frente", a defesa da independência e da integridade do Botswana frente às agressões rodésio-sul-africanas "não são só responsabilidade do seu povo, mas também dos cinco países e dos povos livres do mundo".



14

Governo: Sir Seretse Khama, presidente — **Capital:** Gaborones (19 000 hab.) — **Superfície:** 600 400 km² — **População:** 695 000 habitantes (87 por cento rural) — **Moeda:** pula — **Línguas Oficiais:** inglês e setswana — **Festa Nacional:** 30 de Setembro (Independência, 1966) — **Religião:** animista tradicional — **PNB per capita:** 295 dólares anuais — **Educação:** Analfabetismo de 60 por cento. Entre 1971 e 1973, a taxa de escolaridade aumentou em 36 por cento — **Saúde:** Um médico para cada 13 000 habitantes.

O Botswana é membro de pleno direito do Movimento dos Países Não Alinhados, da Organização da Unidade Africana, da Comunidade Britânica e da ONU.

Brasil

O Brasil é, na América Latina, o país de maior território e população, e o único nascido da colonização portuguesa, que penetrou para além das fronteiras inicialmente fixadas pelo Tratado de Tordesilhas, instalando-se em territórios que a resolução papal reservava à Coroa espanhola.

No entanto, no momento da independência (tardia em relação ao resto do continente), a maior parte da população concentrava-se numa estreita faixa costeira. Os portos funcionavam como entrepostos, canalizando os produtos do interior para os mercados europeus, não tendo entre si a mínima conexão. Cabe ao primeiro governador brasileiro, o imperador Pedro I, o mérito de ter evitado o desmembramento do país como ocorreu nos vice-reinados hispano-americanos. O seu filho, Pedro II, abriu as portas ao imperialismo inglês, que penetra no país juntamente com os "rails" da sua via férrea. A ordem oligárquica que então se consolida não se altera signifi-

cativamente com a proclamação da República em 1889. As alterações são sim produzidas pelas modificações dos mercados consumidores, sucedendo-se as eras do açúcar, da borracha, do cacau e do café.

Em 1930, a crise mundial debilita a oligarquia cafeeira e Getúlio Vargas inicia uma política nacionalista e de desenvolvimento industrial. Consciente do efeito negativo dos monopólios multinacionais, defendeu o domínio estatal sobre as indústrias de base. O Estado passa a desempenhar um papel fundamental na criação da indústria siderúrgica, na extração e refinação do petróleo e na produção de motores e automóveis. Getúlio Vargas suicidou-se em 1954, culpando o imperialismo pela crise a que submetera o país, obrigando-o à morte.

O seu sucessor, Juscelino Kubitschek, abriu as portas do mercado brasileiro às empresas multinacionais concedendo-lhes os privilégios que estas exigiam. Esta política vem-se a aprofundar após o golpe de Estado que em 1964 pôs fim à vacilante experiência reformista de João Goulart. Fim às greves, fim aos sindicatos, fim às liberdades políticas. A repressão institucionalizada torna-se então condição necessária ao desenvolvimento capitalista. A justificação desta política, que afecta directamente os assalariados urbanos e marginaliza grandes sectores rurais, é a de que "a colheita tem de crescer antes de poder ser repartida".



Os Estados Unidos, que de modo patente apoiaram os golpistas de 64, não vacilam em dar apoio, e Nixon proclamou que "para onde vá o Brasil, irá a América Latina". Mas o "milagre económico" está baseado nas exportações (os baixos salários que possibilitam o crescimento restringem o mercado interno) e o "modelo brasileiro" não resiste à restrição do consumo internacional provocada pela chamada "crise do petróleo" de 1973.

Enquanto no plano interno se acelera a inflação e a crise começa a manifestar-se num descontentamento popular que chega a sair para as ruas e se repercute no interior dos quartéis, o governo do general Geisel acumula contradições com Washington.

Os Estados Unidos, que condenam o desenvolvimento da energia atómica brasileira (único meio de substituir o petróleo que importa em cerca de 85 por cento), divergem na política africana destinada a abrir novos mercados (o Brasil reconheceu o governo do dr. Agostinho Neto em Angola no próprio dia da independência) e reclamam o respeito pelos direitos humanos.

Certamente que o futuro imediato trará alterações. Os sectores democráticos pensam que estas só significarão um passo em frente se obedecerem a uma política nacionalista e popular, que coloque o país no lugar a que lhe corresponde no Terceiro Mundo e na América Latina, no caminho da cooperação e não como factor de pressão "sub-imperialista".

15



10

Governo: General Ernesto Geisel, presidente. **Capital:** Brasília (550 000 h.). **Superfície:** 8 511 965 km². **População:** 113 000 000 h (39 por cento rural). **Moeda:** cruzeiro. **Idioma oficial:** Português. **Festa Nacional:** 7/9 (Independência, 1822). **Religião:** a maioria da população é católica. Mas está muito difundido o culto sincrético afro-católico de "umbanda", **PNB per capita:** 750 dólares anuais. **Educação:** há 20 milhões de estudantes em todos os graus de ensino. **Analfabetismo:** 25 por cento. **Saúde:** um médico para cada dois mil habitantes.

O Brasil é membro pleno da ONU, da OEA, da ALALC; do Tratado da Bacia da Prata, das Associações de Exportadores de Açúcar e Cacau e participa como observador nas reuniões do Movimento dos Países Não Alinhados.

as vozes da áfrica revolucionária

A REVISTA ANGOLANA

ANO 1 - VOL 1 - N.º 3

PREÇO
20.00

31 JANEIRO 1977

novembro

ANGOLA
NGOLAA
GOLAAAN
OLAANG
LAANGGO
AANGGOL

le ensina
APRENDE A LER

NOVEMBRO, editada em Luanda. Revista ilustrada.

Redacção: Calçada Gregório Ferreira, 26-1.º

Caixa Postal 6518 — Republica Popular de Angola

B

na
pe
da
pe
ra
T
la
sc
es

in
çã
m
ce
va
z
p
te
x
d
d
n
h
l
i
t
d
c

cadernos do
terceiro
mundo
Rua da Lapa
CEP 20000
S/Loja - RJ
242-1957



SANTIAGO DE CHILE 1972

A viragem das panelas

15

10

CLONC! CLONC! CLONC!



MANAGUA - NICARAGUA : 1978